



UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA
LUANA ALVES

**CULTURA ESCOLAR E IDENTIDADES: PESQUISA COM ALUNOS E
PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO INOVADOR DA ESCOLA DE ENSINO
MÉDIO ANNES GUALBERTO, IMBITUBA SC**

Tubarão
2015

LUANA ALVES

**CULTURA ESCOLAR E IDENTIDADES PESQUISA COM ALUNOS E
PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO INOVADOR DA ESCOLA DE ENSINO
MÉDIO ANNES GUALBERTO, IMBITUBA SC**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências da Linguagem.

Orientador: Prof. Dra. Deisi S. Eloy de Farias.

Tubarão

2015

Alves, Luana, 1988-
A48 Cultura escolar e identidades : pesquisa com alunos e
professores do ensino médio inovador da escola de ensino médio
Annes Gualberto, Imbitba, SC / Luana Alves; -- 2015.
168 f. il. color. ; 30 cm

Orientadora : Deisi Scunderlick Eloy de Farias.
Dissertação (mestrado)–Universidade do Sul de Santa
Catarina, Tubarão, 2015.
Inclui bibliografias.

1. Cultura. 2. Patrimônio cultural. 3. Identidade cultural.
4. Ensino médio. I. Farias, Deisi Scunderlick Eloy de. II.
Universidade do Sul de Santa Catarina – Mestrado em Ciências
da Linguagem. III. Título.

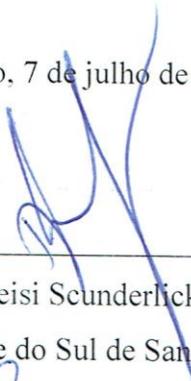
CDD (21. ed.) 306

LUANA ALVES

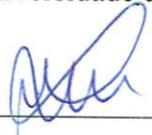
**CULTURA ESCOLAR E IDENTIDADES: PESQUISA COM ALUNOS E
PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO INOVADOR DA ESCOLA DE ENSINO
MÉDIO ANNES GUALBERTO, IMBITUBA SC**

Esta dissertação foi julgada adequada à obtenção do título de Mestre em Ciências da Linguagem e aprovada em sua forma final pelo Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Tubarão, 7 de julho de 2015.



Professora e orientadora Deisi Scunderlick Eloy de Farias, Doutora
Universidade do Sul de Santa Catarina



Professora Márcia Fernandes Rosa Neu, Doutora
Universidade Federal do Paraná



Professora Jussara Bittencourt de Sá, Doutora
Universidade do Sul de Santa Catarina

Dedico este trabalho a todos que me ajudaram
a construí-lo, direta ou indiretamente.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que me deu força para prosseguir durante todo o tempo de acadêmica.

A minha família, meu agradecimento especial a minha mãe Maria Natália, meu pai Raul e minha irmã Lilian, pelo incentivo e confiança que me fizeram enfrentar os obstáculos com coragem e perseverança.

Aos meus amigos: Patrícia B. Martinello, Orivan Santos da Costa, Ricardo R. Elias, Heron Hermes Moreira e Alexandro Demathé que me apoiaram e confortaram nos momentos difíceis, estando sempre dispostos a me ajudar nos dias de pesquisa de campo.

A minha orientadora, a Professora Deisi Scunderlick Eloy de Farias, que me incentivou a participar do mestrado acreditando no meu potencial e me ajudando no processamento das inúmeras ideias e dúvidas que surgiram no decorrer da pesquisa, sempre me apoiando com muita paciência e contribuição.

RESUMO

A presente pesquisa refere-se ao estudo realizado com professores e alunos do ensino Médio Inovador da Escola de Ensino Médio Engenheiro Annes Gualberto, localizada no município de Imbituba SC. A investigação envolve analisar a relação entre memória, identidade social e cultura local em duas turmas de 1º e 2º ano do ensino Médio Inovador. O estudo foi realizado por meio de fontes bibliográficas, documentais e aplicação de questionários com educandos e educadores, além do levantamento do patrimônio cultural de Imbituba.

O estudo mostra que o diálogo entre a sociedade e o patrimônio cultural garante a preservação de princípios culturais formadores da identidade social de um povo, articulando-o como agente transformador da sociedade, e responsável pela formação cidadã.

Palavras-chave: Patrimônio cultural 1. Identidade e memória social 2. Cultura escolar 3.

ABSTRACT

This research refers to the study performed with teachers and students of Innovative High School (EMI [*Ensino Médio Inovador*], in Brazilian Portuguese) from the *Escola de Ensino Médio Engenheiro Annes Gualberto*, located in Imbituba, state of Santa Catarina. The research involves analyzing the relationship between memory, social identity and local culture in two groups of 1^o and 2^o year of innovative High School. The study analyzed the relation between memory, social identity, and local culture through bibliographic and documentary sources with an application of questionnaire involving teachers and students, besides the gathering of Imbituba's cultural patrimony. Thereat, the study shows that the dialog between the society and the cultural patrimony ensures the preservation of cultural principles, which form the social identity of a people, articulating it as a transformer agent of society, and responsible for the citizen formation.

Keywords: Cultural patrimony. Social identity. Memory. Educational culture.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa de localização das ilhas dos Açores no Oceano Atlântico.....	30
Figura 3 – Mapa de localização do município de Imbituba atualmente.....	36
Figura 3 - Barracão da baleia reconstruído.....	62
Figura 4 – Barracão da Baleia original s/d	62
Figura 5 - Chaminé.....	62
Figura 6 – Motor de uma embarcação.....	62
Figura 7 - Tanque e autoclave.....	62
Figura 8 – Guincho.....	62
Figura 9 – Capela São Pedro (Capelinha da Praia) atualmente.....	63
Figura 10 –Capela São Pedro (Capelinha da Praia) s/d.....	63
Figura 11 – Antigo edifício da indústria cerâmica de Imbituba S.A.....	64
Figura 12 – Visão da indústria cerâmica de Imbituba S.A na década de 70	64
Figura 13 – Igreja matriz Nossa Senhora da Imaculada Conceição	65
Figura 14 – Igreja matriz sendo inaugurada em 08 de dezembro de 1954.....	65
Figura 15 – Igreja de Santa’ Ana de Vila Nova atualmente.....	66
Figura 16 – Igreja de Santa’ Ana de Vila Nova com apenas uma torre s/data.....	66
Figura 17 – Instalações administrativas do Antigo Porto Henrique Lage.....	67
Figura 18 – Prédio da antiga cooperativa do porto de Imbituba, atual garagem do Porto	67
Figura 19 – Instalações administrativas do antigo Porto Henrique Lage na década de 50 (à direita). Prédio da Cooperativa do Porto de Imbituba (a esquerda)	67
Figura 20 – Prédio da rádio – Torres Gêmeas, atualmente	68
Figura 21 – Prédio da rádio – Torres Gêmeas, atualmente	68
Figura 22 – Prédio da antiga rádio Bandeirantes – Torres Gêmeas s/data.....	69
Figura 23 – Prédio da Antiga Usina Elétrica de Imbituba, atualmente	70
Figura 24 – Casal de noivos João Cechinel e Terezinha Duarte, posando para foto. Ao fundo, a edificação da Usina Termoelétrica de Imbituba no ano de 1952.....	70
Figura 25 – Igreja de Santa’ Ana de Mirim, atualmente	71
Figura 26 – Igreja de Santa’ Ana de Mirim em 1912.....	71
Figura 27 – Visão parcial da praça Henrique Lage s/data. Presença de algumas das residências mapeadas.....	80
Figura 28 – Hotel Imbituba atualmente fechado	84

Figura 29 – Hotel Imbituba atualmente fechado	84
Figura 30 – Atual Estação ferroviária utilizada como ponto de informações turísticas.....	85
Figura 31 – Antiga Estação Ferroviária de Imbituba s/data	85
Figura 32 – Bandeira do Divino Espírito Santo de Vila Nova	88
Figura 33 – Bandeira do Divino Espírito Santo de Vila Nova	88
Figura 34 – Corte Imperial Festa do Divino Espírito Santo no Mirim ano de 2011	90
Figura 35 – Bandeira do Divino Espírito Santo no Mirim ano de 2011	90
Figura 36 – Dança da Quadrilha desenvolvida pelo Grupo de dança Nova Geração de São Tomaz	92
Figura 37 – Dança da Quadrilha desenvolvida pelo Grupo de dança Nova Geração de São Tomaz	92
Figura 38 – Apresentação da Ratoeira pelo Grupo de Dança Santa Paulínia.....	93
Figura 39 – Apresentação da Ratoeira pelo Grupo de Dança Santa Paulínia.....	93
Figura 40 – Embarcação de pesca artesanal na praia do Porto em Imbituba	96
Figura 41 – Rede de pesca artesanal na praia do Porto em Imbituba	96
Figura 42 – Apresentação da Dança de pau de fita, apresentação no desfile do dia 7 de setembro de 2006.....	99
Figura 43 – Apresentação da Dança de pau de fita, apresentação no desfile do dia 7 de setembro de 2006.....	99
Figura 44 – Mapa de localização da APA – Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca .	102
Figura 45 – Aparição da Baleia Franca Austrais na Praia do Rosa em Imbituba.....	103
Figura 46 – Aparição da Baleia Franca Austrais na Praia do Rosa em Imbituba.....	103
Figura 47 – Dunas da Praia de Ribanceira e Ibiraquera em Imbituba.....	104
Figura 48 – Dunas da Praia de Ribanceira e Ibiraquera em Imbituba.....	104
Figura 49 – Visão geral da Praia de Itapirubá	105
Figura 50 – Visão geral da Lagoa de Ibiraquera	105
Figura 51 – Visão geral da Lagoa do Mirim	105
Figura 52 – Visão geral da Praia do Porto da Vila	105
Figura 53 – Visão geral da Praia D’ Água.....	105
Figura 54 – Visão geral da Praia da Ribanceira	105
Figura 55 – Visão geral da Praia da Vila.....	106
Figura 56 – Visão geral da Praia do Luz	106
Figura 57 – Visão geral da Praia do Porto.....	106

Figura 58 – Visão geral da Praia do Rosa	106
Figura 59 – Visão geral da Praia Vermelha.....	106
Figura 60 – Localização da Escola de Ensino Médio Engenheiro Annes Gualberto.....	114

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Conjunto de edificações históricas presentes na praça da comunidade do Mirim. .	72
Quadro 2- Conjunto de edificações históricas presentes no Centro de Imbituba.....	74
Quadro 3- Conjunto de edificações históricas presentes na praça da comunidade de Vila Nova.	81

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Local de nascimento.....	129
Gráfico 2- Bairro	130
Gráfico 3- Sexo.....	130
Gráfico 4- Idade.....	131
Gráfico 5 – Em sua opinião qual o tipo de prática cultural está presente em grande parte do município de Imbituba – SC?	131
Gráfico 6 - No município de Imbituba, quais dessas edificações históricas culturais você conhece?	133
Gráfico 7 – No município de Imbituba, quais desses patrimônios naturais você conhece?...	134
Gráfico 8 – No município de Imbituba quais dessas práticas culturais você conhece?	136
Gráfico 9 – Você conhece alguns desses alimentos de base cultural luso-açoriana?.....	137
Gráfico 10 – Você conhece algumas dessas brincadeiras de base luso-açoriana?	138
Gráfico 11 – O que você considera símbolo da identidade do município de Imbituba?.....	139

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	CULTURA ESCOLAR, IDENTIDADE E MEMÓRIA SOCIAL.....	18
2.1	ESCOLA E CULTURA ESCOLAR NO SEU PAPEL DINAMIZADOR PARA A CULTURA LOCAL.....	18
2.2	IDENTIDADE E MEMÓRIA SOCIAL.....	22
3	CONTEXTO SOCIOHISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA – SC	29
3.1	DOS AÇORES À COLONIZAÇÃO DO LITORAL DE SANTA CATARINA.....	29
3.2	ORIGEM E POVOAMENTO NO MUNICÍPIO DE IMBITUBA	36
3.2.1	A fundação e desenvolvimento de Vila Nova de Santana e Santana do Mirim.....	38
3.2.2	A Armação baleeira	39
3.2.3	A descoberta do minério e o Porto de Imbituba.....	41
3.2.4	Emancipação político administrativa até os dias atuais	43
4	RECONHECENDO A CULTURA LOCAL NO MUNICÍPIO DE IMBITUBA.....	46
4.1	O PATRIMÔNIO CULTURAL E A CULTURA LOCAL.....	46
4.1.1	O Levantamento do patrimônio cultural de Imbituba	58
4.1.1.1	Primeira etapa.....	59
4.1.1.2	Segunda etapa.....	59
4.1.2	Patrimônio cultural material.....	60
4.1.3	Patrimônio cultural imaterial	85
4.1.4	Patrimônio cultural natural	101
4.1.4.1	Discussão.....	107
5	ENSINO MÉDIO INOVADOR – A PESQUISA NA ESCOLA ENG. ANNES GUALBERTO.....	108
5.1	CONHECENDO O ENSINO MÉDIO INOVADOR E SUA PROPOSTA PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA	108
5.1.1	O Ensino médio inovador na Escola de Ensino Médio Engenheiro Annes Gualberto.....	112
5.2	TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO ENGENHEIRO ANNES GUALBERTO.....	114
5.3	LEVANTAMENTO DOS DADOS NA ESCOLA	115

5.3.1	Análise do Projeto Político Pedagógico da Escola de Ensino Médio Engenheiro Annes Gualberto e sua relação com a identidade social, memória social e cultura local	117
5.3.2	Analisando os Planos de Ensino e as respostas dos professores.....	121
5.3.3	Analisando os dados dos questionários com os alunos	128
5.4	CRUZANDO DADOS: CULTURA LOCAL E CULTURA ESCOLAR.....	139
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
	REFERÊNCIAS	147
	APÊNDICES	156
	APÊNDICE A – FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL PREENCHIDA PELA PESQUISADORA.....	157
	APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES.....	160
	APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS.....	162

1 INTRODUÇÃO

O Ensino Médio no Brasil é um segmento final da Educação Básica e atualmente está passando por problemas de identidade (KLEIN, 2008, CARNEIRO, 2012). A problemática do Ensino Médio é atribuída a crise de identidade causada pela dúvida quanto a sua utilidade no ensino básico. São atribuídas ao Ensino Médio várias funções a serem desempenhadas, porém, não há uma fundamentação para essa funcionalidade perfazendo nesse momento do ensino básico as seguintes perguntas: Qual a função do Ensino Médio? Preparar o aluno para o vestibular? Prepará-lo para o mercado de trabalho? Ou, auxiliá-lo na formação cidadã em primeiro lugar? Essas questões precisam de respostas e para isso, é necessária uma reformulação na estrutura do Ensino Médio no Brasil.

Toda essa discussão fez com que o Ministério da Educação e Cultura criasse através da portaria n. 971, de 09 de outubro de 2009, o Programa do Ensino Médio Inovador (ProEMI), implantado efetivamente nas escolas públicas no ano de 2010, e que tem como propósito reformular o currículo dos alunos que cursam o Ensino Médio, utilizando estratégias inovadoras no método de ensino vinculando a cultura, tecnologia e ciência no espaço de desenvolvimento do conhecimento escolar, despertando nos educandos e educadores a valorização pela educação básica e o entendimento da mesma, como parte da formação cidadã de cada membro da instituição.

Uma das bandeiras levantadas pelo ProEMI é inovar através da sistematização entre a cultura local e escolar como fomentadora para a formação cidadã de jovens em idade entre 14 a 17 anos, ampliando sua carga horária na escola, agregando ao currículo temas diferenciados que incentivem o entendimento da sociedade contemporânea em uma vertente dialógica (KLEIN, 2008).

A problemática do Ensino Médio foi motivadora para o surgimento do presente estudo. A pesquisa tem como financiadora a CAPES por meio do Observatório da Educação – OBEDUC, que realiza um amplo projeto que visa pesquisar as práticas cotidianas do Ensino Médio Inovador da rede pública estadual em 6 (seis) escolas localizadas na microrregião de Tubarão, SC.

O ambiente de estudo da pesquisa é a Escola de Ensino Médio Engenheiro Annes Gualberto, localizada no município de Imbituba SC, pertencente a microrregião de base cultural luso-açoriana, e que aderiu ao Programa do Ensino Médio Inovador no ano de 2013.

A presente investigação tem como objetivo geral analisar a relação entre memória, identidade social, cultura escolar e cultura local com as práticas e propostas do Ensino Médio Inovador. Para isso, se buscou identificar a cultura local através do patrimônio cultural; entender o papel da memória e da identidade social para a formação de indivíduos, relacionar a memória e identidade social com o ambiente escolar, dialogando com a proposta do Ensino Médio Inovador. Para alcançar tais objetivos foram pesquisadas fontes bibliográficas, documentais e aplicação de questionários com educandos e educadores, além do levantamento do patrimônio cultural de Imbituba, junto ao poder público e comunidade representante das manifestações culturais tradicionais.

Essa pesquisa infere que o diálogo entre a sociedade e o patrimônio cultural garante a preservação e valorização de princípios culturais formadores da identidade social de um povo. Entende-se que o patrimônio cultural tem como atribuição criar referências identitárias capazes de transformar a relevância da herança cultural de determinado grupo, por meio da memória social, assim, sua vinculação com o conjunto de referências identitárias, articula-o como agente transformador da sociedade, e responsável pela construção simbólica e social incumbida pela formação cidadã.

Para Toro e Werneck (1997) as estratégias individuais e coletivas que contribuem para a construção de uma identidade social, estão relacionadas com a participação ativa do indivíduo na vida social e política de um determinado grupo. Seu entendimento como parte desse grupo é o processo indispensável para a efetivação e valorização da cultura local.

A escola entra nesse diálogo como responsável por dinamizar e permitir o cultivo de um complexo alegórico de relações e perspectivas culturais, oriundas de todos os membros internos e externos a escola, indivíduos plurais que (re) criam a cada momento as suas heranças culturais transformando-as em um emaranhado de informações que são transmitidas através das relações sociais cotidianamente.

A metodologia utilizada na presente pesquisa valeu-se de ferramentas de natureza qualitativa e quantitativa, onde foram realizadas pesquisas bibliográficas, levantamento de campo referentes aos patrimônios culturais materiais, imateriais e naturais, pesquisa documental, e aplicação de questionários com educandos e educadores. Por fim, realizou-se a compilação dos dados, resultando no material final de estudo.

Os conteúdos da pesquisa são estruturados em 6 (seis) Capítulos, de forma a contemplar os principais conceitos necessários para o entendimento dos resultados esperados nessa pesquisa, que têm a finalidade de convergir em diálogos sobre estudos relativos a cultura escolar, patrimônio cultural, memória e identidade social, oportunizando uma ponte para os

dados obtidos através dos questionários aplicados com educandos e educadores. O diálogo entre esses conceitos é importante para o entendimento do comportamento sociocultural humano, respeitando a particularidade presente na diversidade cultural de cada grupo social, bem como as mudanças ocorridas no espaço e no tempo desse grupo.

O segundo Capítulo desta pesquisa apresenta uma revisão teórica sobre conceitos relativos a cultura escolar, identidade e memória social, bem como a sua relação com a instituição escolar, utilizados no desenvolvimento teórico e prático dessa pesquisa.

O terceiro Capítulo traz um levantamento histórico social da formação do município de Imbituba, aglutinando informações que remetem desde os motivos pelos quais muitos imigrantes luso-açorianos vieram aventurar-se no Brasil meridional, como também como se deu o processo de colonização da região de Imbituba, enfatizando o evento das trocas culturais oriundas do contato entre colonizadores e indígenas nativos.

O quarto Capítulo apresenta o reconhecimento da cultura local do município de Imbituba, nele são expostos conceitos de patrimônio cultural, noções de cultura e os dados adquiridos através do levantamento do patrimônio cultural do município. Este último teve como objetivo realizar um inventário sociocultural do município de Imbituba, oferecendo subsídios para a estruturação dos questionários aplicados aos educandos. A ênfase desse capítulo foi marcada pela discussão sobre a herança cultural luso-açoriana presente na formação cultural de Imbituba.

O quinto Capítulo apresenta os dados da pesquisa realizada na escola. São expostos os problemas enfrentados pelo Ensino Médio no Brasil, bem como o propósito do Programa do Ensino Médio Inovador. Para melhor entendimento do campo de pesquisa, é apresentada uma breve explanação sobre a fundação da escola de Ensino Médio Engenheiro Annes Gualberto, bem como a aderência e desempenho do ProEMI na escola nos anos de 2013 e 2014. Ainda nesse Capítulo, foram apresentados os dados referentes às pesquisas com educandos, educadores e documentos da instituição.

O questionário com os educandos têm como finalidade identificar nestes, os traços marcantes presentes no patrimônio e manifestações da cultura resultante da relação entre o indivíduo, sua família e a escola. Para isso foi utilizado os dados do levantamento do patrimônio cultural de Imbituba.

O questionário utilizado como abordagem aos educadores do Ensino Médio Inovador têm como foco identificar se os mesmos conhecem a cultura da escola, do aluno e do município, identificando como eles abordam as questões relativas ao patrimônio, memória e identidade

social dentro de sala de aula. A fim de aprofundar a análise, realizou-se a pesquisa documental nos planos de ensino e projeto político pedagógico da escola.

O sexto Capítulo refere-se às considerações finais da pesquisa. Nele são apresentados os resultados alcançados, bem como o recenseamento de novas perspectivas para a educação básica do Ensino Médio no Brasil. Por fim, são apresentadas as referências bibliográficas pesquisadas, bem como os apêndices.

Essa pesquisa procura ressaltar elementos que indicaram a importância de se trabalhar o patrimônio cultural nas escolas, já que este fortalece a relação dos indivíduos com suas heranças culturais, estabelecendo um melhor relacionamento com estes bens culturais, percebendo sua responsabilidade pela valorização e preservação do patrimônio, fortalecendo a vivência real com a cidadania, num processo de inclusão social.

2 CULTURA ESCOLAR, IDENTIDADE E MEMÓRIA SOCIAL

Cada indivíduo possui raízes culturais ligadas à herança, à identidade social e à memória social, que são construídas por meio de estruturas, funções e símbolos transmitidos através do tempo, passando de geração em geração. É evidente que cada indivíduo antes de poder decidir sua própria vida, se encontra imerso em seu grupo social combinado de traços culturais específicos e dinâmicos. Porém, sabe-se que essa herança social que cada indivíduo recebe nos seus primeiros contatos sociais, é mesclada por influências externas que entram em contato com influxos culturais locais, que ainda são importantes, mas que se encontram mediados pelos interesses, símbolos e modelos de vida, que se transmite através dos meios de comunicação (GOMEZ, 2001).

Diante desse argumento apresentado por Gómez (2001), procura-se discutir neste Capítulo o papel da escola e da cultura escolar no entendimento da cultura local. Para isso serão abordadas algumas teorias sobre cultura escolar, escola, identidade social e memória social, pois entende-se que dentro das ciências sociais a cultura escolar é o reflexo da cultura local e essa, se dá apenas através da memória e identidade de determinado grupo social.

2.1 ESCOLA E CULTURA ESCOLAR NO SEU PAPEL DINAMIZADOR PARA A CULTURA LOCAL

Discutir a escola, cultura escolar e sua ligação indissociável com a cultura local, nada mais é do que compreender a afinidade teórica e necessária entre elas. Para isso serão utilizadas algumas teorias já discutidas por autores como: Gómez (2001); Silva, (1996); Marques (2000); Sacristán (1998); Viñao Frago (2000); Forquin (1993); Arroyo (1992) e Dayrell (1996). Esses autores visualizam a escola como parte indissociável da sociedade, colocando-a como parte dinamizadora no processo de valorização e reconhecimento da cultura local.

Para dar início a nossa discussão, pensa-se que seja importante utilizar a alusão de Silva (1996 p. 47) quando ele refere-se a escola como sendo “historicamente uma instituição dinâmica, produto de um processo de construção social que tem como função socializar o conhecimento, formando um espaço de identidades”.

Através dessa abordagem, entende-se que a escola constitui um sistema social em contínua construção de conflitos e negociações, fruto de eventos que as compõe historicamente e socialmente. A esses conflitos e negociações pode-se atribuir a escola o dinamismo que ela deve

assumir enquanto instituição de construção social, atendendo as necessidades da sociedade atual, que não se mantém estática, mas vive intensamente uma metamorfose sociocultural (SILVA, 1996; GÓMEZ, 2001).

É evidente a inclusão da sociedade na escola ou vice e versa. Contudo, é necessário que haja mudanças na forma de compreender essa relação. É nesse viés, que Marques (2000, p.68) argumenta:

A relação entre Escola e Sociedade não pode ser vista em uma perspectiva linear, em uma única direção, e sim com uma conotação dialética que abre possibilidades de rupturas e superação desse quadro adverso das instituições escolares e da sociedade brasileira. Esta visão garante a especificidade que a educação possui como prática social. Portanto, as mudanças internas do sistema escolar e das escolas se fazem necessárias para a efetivação do papel ativo das escolas na sociedade.

Na colocação de Marques (2000), a instituição escolar deve estar em sintonia com as mudanças socioculturais que ocorre na sociedade atual, não sendo alheia as novas perspectivas culturais que se manifestam a cada geração em todo mundo. Muito pelo contrário, a escola deve estar aberta as mudanças, buscando compreender as especificidades de cada cultura tentando encaixar-se as novas formas de organização social que surge na sociedade contemporânea. Apenas assim, a escola poderá efetivamente incluir-se como extensão da sociedade e não como um grupo isolado que se atem a absorver elementos sem transformá-los em representações sociais.

A escola desde o Século XIX caracteriza-se como instituição responsável pela educação formal de indivíduos desde a primeira infância até o início de sua vida adulta e diferencia-se de outras organizações sociais, através de seu complexo conjunto de relações que envolve grupos internos, representados por membros diretos da instituição como: alunos, professores, gestores administrativos etc., e membros externos representados pela comunidade como: pais, familiares e demais membros que fazem parte do contexto comunitário onde a escola localiza-se (SACRISTÁN, 1998).

Sacristán (1998) explica que a diferença entre a instituição escolar e qualquer outra organização social encontra-se na seguinte argumentação:

A estrutura da escola, as relações internas, as formas de organização dos professores sua coordenação, as atividades culturais realizadas, a disposição do espaço, a ordenação do tempo, etc. determinam um contexto organizativo que dá significado particular ao projeto concreto que uma escola tem para seus professores e alunos (SACRISTÁN, 1998, p.130).

Assim, se compreende a escola enquanto sistematizadora da cultura local, pois ela é formada de indivíduos pertencentes a uma sociedade complexa, que possui suas identidades sociais constituídas. Por esse motivo, a escola como instituição do Estado deve manter-se próxima dos indivíduos que a compõe, - isso inclui alunos e a comunidade de entorno -, gerando uma cumplicidade de valores culturais que se entendem em prol de um objetivo único que é proporcionar a convivência social harmoniosa entre os conhecimentos escolares estipulados no currículo escolar e a cultura dos indivíduos que a compõe, formando o que se entende por cultura escolar (SACRISTÁN, 1998).

Nesse aspecto, a função da cultura escolar para Viñao Frago (2000) não é ser apenas a transmissora de valores, propostos dentro da escola. Todavia, esse autor corrobora com o argumento trazido por Sacristán (1998) e acredita que a cultura escolar é formada por um conjunto de práticas e procedimentos, que persistem ao tempo, preservando formas de expressar a cultura local e a cultura global, criando modos de vida que são próprios do cotidiano da escola.

Contudo, Viñao Frago afirma que,

Esses modos de fazer e de pensar – mentalidades, atitudes, rituais, mitos, discursos, ações – amplamente compartilhados, assumidos, não postos em questão e interiorizados, servem a uns e a outros para desempenhar suas tarefas diárias, entender o mundo acadêmico-educativo e fazer frente tanto as mudanças ou reformas como as exigências de outros membros da instituição, de outros grupos e, em especial, os reformuladores, gestores e inspetores (VIÑAO FRAGO, 2000, p.100).

Diante da argumentação do autor, é possível compreender que as práticas desenvolvidas na e pela escola, são primordiais para o entendimento da cultura escolar. Todas as ações compartilhadas dentro e fora da escola interfere diretamente na forma de organização, seleção de conteúdos curriculares e no desenvolvimento de relações interpessoais, assim como nas formas de comunicação e de linguagens, vividas no cotidiano da escola.

Assim, entende-se que:

Cada estabelecimento de ensino tem sua cultura definida de acordo com o sistema educacional a que pertence, isto é, também tem uma cultura institucionalizada a qual se expressa por meio da compreensão de que as normas de comportamento escolar não foram geradas como algo autônomo, ainda que a escola elabore seus próprios ritos, tem relação com os valores sociais (...) dos indivíduos nos processos sociais (SACRISTÁN, 1998, p.132).

Não obstante, percebe-se que Sacristán (1998), visualizava a escola como uma instituição repleta de singularidades, que se estruturava sobre normas, valores, significados, rituais, e configurações de pensamentos que formam sua própria cultura, e que se modifica na

velocidade do mundo, pois, recebe influências culturais externas a todo momento sistematizando suas próprias atribuições simbólicas de forma dinâmica e articulada.

Seguindo ao encontro da abordagem trazida por Sacristán (1998) de que a cultura escolar se desenvolve por meio de um processo dinâmico, repleto de singularidades. Arroyo (1992 p.48) enfatiza que,

[...] cultura escolar é mais do que reconhecer que os alunos e os profissionais da escola carregam para esta, suas crenças, valores, expectativas e comportamentos, o que sem dúvida poderá condicionar os resultados esperados. Aceitar que existe uma cultura escolar significa trabalhar com o suposto de que os diversos indivíduos que nela entram e trabalham, adaptam seus valores aos valores, crenças, expectativas e comportamentos da instituição. Adaptam-se a sua cultura materializada no conjunto de práticas, processos, lógicas, rituais construtivos da instituição (ARROYO, 1992, p.48).

A escola nessa conjuntura tem papel fundamental no desenvolvimento dos indivíduos que fazem parte do seu universo. Ela agrega configurações e elementos ativos, que são responsáveis pela perspectiva e comportamento atribuído a instituição. Os alunos inseridos na instituição são repletos de signos e significados que são formados no decorrer de sua vida e desenvolvidos a partir das relações sociais do indivíduo com o meio interno (família) e externo (escola, comunidade, mundo) (ARROYO, 1992).

Outra abordagem sobre a cultura escolar parte de Forquin (1993) que constrói seu conceito embasado no espaço da escola e seus condicionamentos, afirmando que a cultura escolar é:

[...] o conjunto dos conteúdos cognitivos e simbólicos que selecionados, submetidos a um 'condicionamento didático' e organizados na forma de programas de estudos institucionalizados, são objeto de uma transmissão deliberada no quadro dos estabelecimentos de ensino (FORQUIN, 1993, p.20).

O autor entende que a cultura escolar é formada por uma gama de conhecimentos e saberes sistematizados, que não se limitam apenas a normas pré-estabelecidas pela instituição, mas, fazem parte da vida cotidiana da escola. Entre os conhecimentos sistemáticos estão os discursos pedagógicos, que definem de certo modo a escola, e entre os saberes encontram-se as disciplinas escolares. O elemento que compõe a cultura escolar, na sala de aula, na sala dos professores, no pátio da escola, faz parte do que se entende por cultura escolar, sendo esta constantemente reinterpretada e ressignificada pelos indivíduos que as compõe (FORQUIN, 1993).

Abordar a escola na dimensão cultural dá prioridade para o reconhecimento simbólico da realidade, ou seja, pelos sistemas significantes e os significados que estruturam as

realidades escolares, presentes no cotidiano dos indivíduos que fazem parte da instituição escolar. Essa ideia reforça a constituição da cultura como uma rede de significados, presentes em diversos níveis da vida humana, influenciando a vida social também fora do âmbito da escola (FORQUIN, 1993).

Compreender a função da cultura escolar dentro da sociedade contemporânea é fundamental para o entendimento do processo de formação cidadã de crianças, adolescentes, jovens e adultos, que realizam as trocas culturais dentro dos muros da escola, recebendo e processando elementos sociais e culturais por meio do convívio. Através dessa revisão teórica sobre escola e cultura escolar, foi possível perceber o papel dinamizador da escola e da cultura escolar para a valorização e entendimento da cultura local. A escola é apreendida como o espaço de diálogo entre a cultura local - trazida pelos alunos, funcionários e demais membros participantes da sociedade - e sua relação com os condicionamentos didáticos da qual a instituição deve ter sua responsabilidade.

Todavia, é importante lembrar que os indivíduos que compõe a escola são membros de uma sociedade global, tecnológica e inquieta, que consegue ao mesmo tempo viver em meio a agitação e fluidez do mundo moderno e praticar e cultivar os hábitos culturais tradicionais, que são repassados de geração em geração pela memória e história dos seus descendentes. Essas ações proporcionam trocas de informações, que articuladas com as relações individuais e coletivas, formam a identidade cultural de cada grupo social em épocas diferentes.

2.2 IDENTIDADE E MEMÓRIA SOCIAL

Compreender a relação íntima entre a cultura escolar e a cultura local, sugere que se tenha esclarecido alguns, conceitos básicos de identidade e memória social. Conceitos que são indissociáveis, já que um depende do outro para se constituírem no âmbito social. Todavia, para discorrer sobre esses conceitos, serão abordados autores como: Cuche (2002); Bauman (2005); Le Goff (1996); Stuart Hall, (2002, 1990), Castells (1999), Halbwachs (2004); Augusto (2011); Pollak (1992), Augé (1994), Wehling (2003) e D'Allessio (1998), que expõe de forma clara a relação entre identidade e memória social na atualidade, abrindo possibilidades para a compreensão da cultura escolar como parte representativa da cultura local.

Conceituar o termo “identidade” é uma tarefa complexa e vem sendo discutida por muitos pesquisadores no âmbito das Ciências Sociais, causando controvérsias em relação a sua significação e ligação com a sociedade globalizada, onde o indivíduo possui identidade (s)

composta (s) por vários elementos como: religiosidade, sexualidade, contexto social e econômico entre outros (BAUMAN, 2005; HALL, 2002).

Nos dias atuais com a globalização e o surgimento intenso dos meios de comunicação como a televisão e internet, criam-se identidades estereotipadas, que influenciam diretamente na vida dos indivíduos, se utilizando de artifícios que marcam uma realidade vivida pela sociedade contemporânea (BAUMAN, 2005).

O pertencimento e a identidade social na contemporaneidade, segundo Bauman (2005), não possui durabilidade, é líquida e se modifica de acordo com as circunstâncias do mercado. Dessa forma, as identidades sociais se apresentam em constante movimento possibilitando aos indivíduos através das relações sociais recriarem-se (BAUMAN, 2005). É nessa conjuntura da identidade social na contemporaneidade, que podemos pensar a relação íntima entre cultura escolar, identidade-memória e cultura local.

Porém, para se discutir o conceito de identidade social e memória social é preciso que se entenda o contexto de estabelecimento dos conceitos e suas origens na história. O conceito de identidade social tomou força no espaço teórico de discussões a partir do momento em que se tornou uma abordagem entrelaçada com a noção de Estado Moderno, que entra como gerenciador da identidade social instaurando seu controle, propulsando mudanças na sociedade, que desloca os indivíduos do seu local de pertencimento (HALL, 2002, 1990).

Nessa situação o Estado Moderno tenta a “mono-identificação”, da identidade, ou seja, tenta estipular uma cultura nacional, tornando-a única, porém, para não apresentar-se claramente fechado, admite o pluralismo cultural em seu interior. Dessa forma, a identidade coletiva pluralizada passa a ser singularizada. O que se apresentava como único, torna-se plural e o que aparentemente torna-se plural acaba sendo denominado como singular. Essa inserção de possibilidades culturais e sociais gera o fenômeno comum no mundo globalizado que se caracteriza como a fusão de etnias (CUCHE, 2002).

Atribui-se a essa fusão de etnias alguns contratempos como a possibilidade de grupos sociais até então pertencentes a uma identidade social por vezes rejeitada historicamente, achar-se no dever de pertencer a uma identidade social dominante, apagando suas próprias raízes, e buscando uma identidade social construída pelo imperialismo econômico (CUCHE, 2002; BAUMAN, 2005). Nesta percepção D’Alessio (1998, p. 274-275) conceitua a identidade social como:

(...) auto-re-conhecimento, uma ideia de proteção, o sujeito que se reconhece dentro de um lugar espaço, cultura, tem uma espécie de proteção contra o isolamento. Essa reflexão encontra-se em oferecer indícios de uma busca generalizadora de referências

identitária no passado, em função de vivermos um momento histórico que a todo custo, tenta fabricar um presente eterno, os questionamentos e impasses que se produzem no interior da própria historiografia criam, igualmente, condições para a solicitação da memória como fonte histórica.

D'Alessio e Cuche (2002) atribuem a situação de muitos imigrantes tanto do passado como do presente, que seguem para outras nações em busca de novas oportunidades e acabam se despreendendo de suas raízes culturais, por acharem-se subordinados a identidade cultural propagada como dominante pelo país que o acolheu.

De acordo com Bauman (2005 p.26),

(...) o nascente Estado Moderno fez o necessário para tornar esse dever obrigatório a todas as pessoas que se encontravam no interior de sua soberania nacional. Nascida como ficção, a identidade precisava de muita coerção e convencimento para se consolidar e se concretizar numa realidade (...).

Bauman (2005) afirma que o pertencimento e a identidade social não possuem uma constância, pois assim como a cultura, elas se encontram em constante transformação. A identidade social se fortalece por meio de sua centralidade, e importância atribuída pelo homem que se entende portador de intelectualidades biologicamente superiores, gerando um sentimento coletivo de pertencimento do plural, o que cria a identidade social, podendo ser modificada através das trocas culturais. Nessa vertente, Bauman (2005), diz que,

(...) a 'identidade' só nos é revelada como algo a ser inventado, e não descoberto; como alvo de um esforço, 'um objetivo'; como uma coisa que ainda se precisa construir a partir do zero ou escolher entre alternativas e então lutar por ela e protegê-la lutando ainda mais – mesmo que, para que essa luta seja vitoriosa, a verdade sobre a condição precária e eternamente inconclusa da identidade deva ser, e tenda a ser, suprimida e laboriosamente oculta (BAUMAN, 2005, p.22)

Adentrando na conceitualização de identidade social Cuche (2002) afirma que ela não está ligada a um único indivíduo. Sua relação é mais ampla e complexa e diz respeito a um conjunto social, sendo assim, ela se faz dentro de contextos sociais, onde, o espaço escolar está inserido. Dessa maneira se entende que,

A identidade é uma construção que se elabora em uma relação que opõe um grupo aos outros com as quais está em contato (...). A identidade é um modo de categorização utilizado pelos grupos para organizar suas trocas. Também para definir a identidade de um grupo, o importante não é inventar seus traços culturais distintivos, mas localizar aqueles que são utilizados pelos membros do grupo para afirmar e manter uma distinção cultural (CUCHE, 2002, p 182).

Cuche (2002) salienta que é no interior dos contextos sociais que os elementos identitários são produzidos, pois é dentro dessas relações sociais que se compartilham emoções e estilos de vida; o que pode ser considerado como identidade cultural. Sendo assim, admite-se que a identidade cultural se dá através das pessoas como algo simples que é transmitido pelo grupo produzindo uma identificação espontânea. Dessa forma, a língua, a cultura, a religião podem ser entendidas como produtoras de vínculos identitários que são facilmente modificados pela sua dinamicidade.

Nessa circunstância Castells (1999, p.22) expõe que:

Entendo por identidade o processo de construção de significados com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o (s) qual (ais) prevalece (m) sobre outras fontes de significação.

A colocação de Castells (1999) corrobora com a ideia de Cuche, pois o processo de construção de significados se dá apenas através da troca social, assim “a identidade se constrói e se reconstrói constantemente no interior das trocas sociais” (CUCHE, 2002, p.183). Essa colocação de Cuche, confirma a argumentação de Stuart Hall (1990), quando ele assume que as identidades culturais se apresentam de diversas formas, e que não são estáticas, unificadas em um “eu” individualizado, mas sim em “nós”, se criando e recriando através das relações sociais e históricas.

Nessa perspectiva Hall (2002, p. 38-39) enfatiza que:

(...) a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente a consciência no momento do nascimento (...) a identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é preenchida a partir de nosso exterior, pelas formas pelas quais nós imaginamos ser vistos por outros.

Dessa maneira Augusto (2011, p.41) alega que “não é possível a identidade na ausência de uma identidade grupal”. Nessa afirmação o autor ressalta que a identidade se dá apenas nas relações sociais. Sendo assim, para que alguém se reconheça como diferente é necessário que haja outro, que se distingue, gerando o compartilhamento de valores e significados (AUGUSTO, 2011).

Augé (1994 p.44) desenvolve a ideia de que “a identidade do grupo (as origens do grupo são, muitas vezes, diversas, mas é a identidade do lugar que o funda, congrega e une) e o que o grupo deve defender contra as ameaças externas e internas para que a linguagem da identidade conserve um sentido”. Nessa abordagem de Marc Augé (1994), se entende que a identidade do grupo, manifestada por ele, possui diferentes origens (raízes culturais), mas porém,

o que se fundamenta como local da identidade reconhecida é o local da fundação desse grupo, onde vive e se desenvolve, o meio social ao qual pertence. Todavia, dentro desse meio social, é trocada uma série de símbolos e significados que pertencem ao grupo e por ele deve ser cultivado para que não se perca.

Os laços culturais que compõe a cultura local do município de Imbituba são representados principalmente por expressões e manifestações culturais oriundas dos descendentes luso-açorianos e indígenas que viveram na região e compartilharam símbolos e significados, que vem sendo modificado com o tempo e incorporado até os dias atuais no cotidiano dos indivíduos que vivem no município, principalmente os que ali nasceram e possuem suas raízes culturais na região. A essa identidade cultural de base luso-açoriana atribui-se a memória social, propulsora dessa herança cultural, pois sem ela, não haveria a identidade social e vice e versa.

A partir desse arcabouço teórico sobre identidade social e cultural, percebe-se que a memória social está interligada na troca de símbolos e significados colocados por Marc Augé (1994), que trata justamente da memória, que é passada com o tempo através das relações e compõe a identidade social de determinado grupo, que se situa em um lugar formado de significado e carregado de história e identidade.

Para essa reflexão, Pollak (1992), enriquece, argumentando que,

Existem lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico. Pode ser, por exemplo, um lugar de férias na infância, que permaneceu muito forte na memória da pessoa, muito marcante, independentemente da data real em que a vivência se deu (POLLAK, 1992, p. 202)

Essa argumentação de Pollak, apresenta o lugar da memória social com uma variante, isto é, ela é colocada tanto em uma lembrança íntima sem necessidade de data, como uma lembrança de fatos que são contados através de datas e contextos. A “memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa” (POLLAK, 1992 p.201), todavia, ela não se resume a isso, ela deve ser entendida de forma ampla, como um fenômeno social construído historicamente carregado de significados contextualizados em lugares.

Esses lugares para D’Alessio (1998, p.271) fazem parte de um contexto construído na mente humana, assim o “tempo e espaço confundem-se no resgate das lembranças” e é “graças a memória, o tempo não está perdido, e, se não está perdido, também o espaço não está” (D’ALESSIO, 1998, p.271).

Diante dessa argumentação, Pollak (1992, p. 204) enfatiza que,

A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator importante do sentimento de continuidade de coerência de uma pessoa de um grupo em sua reconstrução de si.

Também neste mesmo processo tem-se Halbwachs, que acrescenta que,

(...) os quadros coletivos da memória não se resumem em datas, nomes e fórmulas, eles representam correntes de pensamento e experiências onde reencontramos nosso passado porque este foi atravessado por isso tudo (HALBWACHS, 2004, p. 71).

Sendo assim, Halbwachs (2004) institui a memória social como algo presente em um passado vivido, onde permite ao sujeito passar a narrativa sobre o passado através tanto da história oral como da história escrita, sendo esta compreendida como uma série de acontecimentos que formam a história e conseqüentemente, faz parte da identidade de uma sociedade. Assim Halbwachs, insere a história na relação da memória enfatizando que,

(...) a história começa somente do ponto onde acaba a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social. Enquanto uma lembrança subsiste, é inútil fixa-la por escrito (HALBWACHS, 2004, p.85).

Outro autor que faz referência ao conceito de memória social e história é Jacques Le Goff (1994), na concepção dele, memória refere-se a um conjunto de funções psíquicas que permite ao indivíduo obter impressões sobre fatos ocorridos, que são passadas e reinterpretadas a medida que são disseminadas através do tempo. Contudo, o autor coloca a memória nas bases da História e da Antropologia, ligando-a ao documento, ao monumento e a oralidade, como fontes de pesquisa para se obter as informações.

De acordo com Le Goff (1994, p. 224),

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças as quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas (LE GOFF, 1994, p.224).

Todavia é importante lembrar que a construção da memória se dá apenas quando relacionada diretamente com a identidade social (POLLAK, 1992). Assim, só existe memória social se a identidade social estiver imbricada nela como lembrança. Segundo Halbwachs (2004, p.73),

As lembranças podem organizar-se de duas maneiras: tanto agrupando em torno de uma determinada pessoa, que as vê de seu ponto de vista, como se distribuindo dentro de uma sociedade grande ou pequena.

Como a memória se organiza dentro de grupos culturais por meio de sentimentos de indivíduos singulares, suas relações criam laços e ideologias plurais, que podem ser explicadas através da identidade social, conforme conceitua Wehlig (2003, p.13), afirmando que:

A memória do grupo sendo a marca ou o sinal de sua cultura, possui algumas evidências bastante concretas. A primeira e mais penetrante dessas finalidades é a da própria identidade. A memória do grupo baseia-se essencialmente na afirmação de sua identidade (WEHLIG, 2003, p.13)

A colocação de Wehlig (2003) exprime resumidamente a ligação indissociável de identidade e memória social, uma vez que a memória constitui-se da relação de pertencimento e valorização da identidade cultural e surge da confirmação e aceitação dessa identidade cultivada através da relação social.

Em suma, pode-se compreender que a relação entre os conceitos de identidade social, memória social, cultura escolar e cultura local, associadas a formação histórica de determinada sociedade e conseqüentemente sua adaptabilidade e a capacidade de perpetuação cultural ao longo do tempo, são considerações fundamentais para se alcançar o objetivo da presente pesquisa, pois é através da amarração conceitual e prática de cada uma dessas referências, que será possível compreender como se dá o entrecruzamento entre identidade social, cultura local e cultura escolar nas duas turmas do Ensino Médio Inovador pesquisadas.

Ante este ponto entende-se que a cultura escolar encontra-se representada pela cultura local, pois os indivíduos que fazem parte da escola e formam a cultura escolar, são membros da sociedade local e manifestam de forma direta ou indireta essa cultura, integrando aspectos sustentados pela instituição comuns em todas as regiões do Brasil, com aspectos locais presentes em cada escola de cada município do país.

3 CONTEXTO SOCIOHISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA – SC

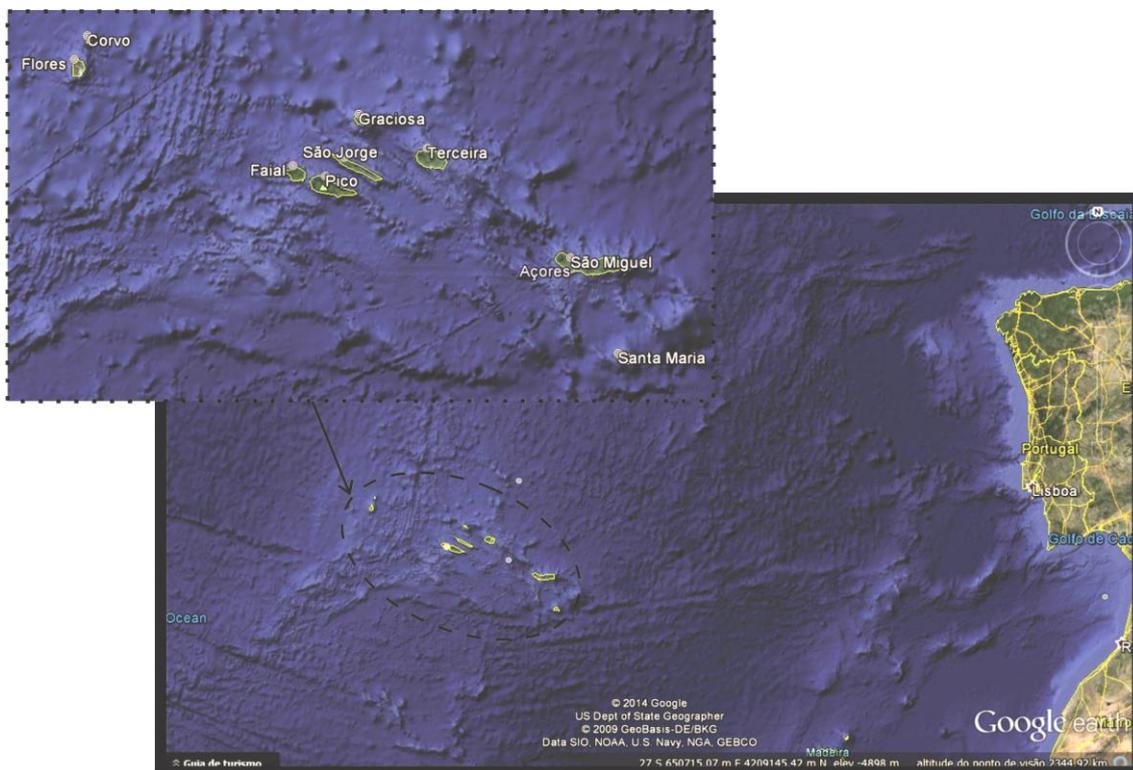
Este capítulo traz uma revisão teórica do contexto histórico, social e cultural da formação de Imbituba. Abordando desde a chegada dos primeiros colonizadores; o contato com os nativos indígenas e as trocas culturais resultante desse contato, o que acarretou no desenvolvimento das primeiras vilas e freguesias, até a formação política administrativa do município.

Esse conhecimento histórico enfatiza a memória e identidade social dos indivíduos que compõem a sociedade imbitubense, pois, faz com que os mesmos reconheçam-se enquanto parte da formação histórica e cultural da região, assimilando seus valores, signos e significados vividos no presente, com os acontecimentos ocorridos no passado.

3.1 DOS AÇORES À COLONIZAÇÃO DO LITORAL DE SANTA CATARINA

O arquipélago dos Açores situa-se no Oceano Atlântico Norte, entre a Europa, América e África. É composto de nove ilhas: Santa Maria, São Miguel, Terceira, São Jorge, Faial, Pico, Graciosa, Flores e Corvo, que se estendem ao longo de 600 (seiscentos) quilômetros, abrangendo uma área de 2344 (dois mil trezentos e quarenta e quatro) quilômetros quadrados. O arquipélago dista aproximadamente 1500 (mil e quinhentos) quilômetros de Lisboa capital de Portugal Continental e 8000 (oito mil) quilômetros de Florianópolis – SC, Brasil (FARIAS, 2000).

Figura 1 – Mapa de localização das ilhas dos Açores no Oceano Atlântico.



Fonte: Imagem aérea do Google Earth (2014) modificada pela autora.

A descoberta das Ilhas dos Açores ocorreu no ano de 1427, por Diogo de Silves, de nacionalidade portuguesa. Registros históricos da época confirmavam que as ilhas se encontravam desabitadas, sendo povoada apenas por volta de 1439, tendo como encarregado o Frei Gonçalo Velho (MENEZES, 1997). O povoamento das ilhas foi constituído em sua maioria por indivíduos provenientes de Portugal Continental em especial das regiões de Algarve, Alentejo e Minho. Entretanto, há também a presença de indivíduos de origem judaica, escravos negros, entre outros oriundos de países da Europa como: Itália, França, Alemanha e Inglaterra (MATOS, 1989a; MENDONÇA; 1996; GOMES; 1997 apud LIMA, 2008).

Por localizar-se em um ponto estratégico na rota das navegações, o Arquipélago dos Açores foi visto no início do século XV ao XIX como parada obrigatória das grandes frotas comerciais que circulavam entre a Europa e as Américas portuguesa e espanhola, bem como a Rota das Índias Orientais, tornando-se um local de disputas entre frotas ibéricas e os corsários durante muitos anos. Nesse emaranhado de interesses políticos e econômicos, as forças militares de Portugal se voltam para a defesa das rotas comerciais, dando origem às fortalezas, construções presentes nos principais portos açorianos que tinham a função de fornecer munição e

apoio as frotas de guerra que guardavam os mares dos Açores, protegendo os navios da Carreira das Índias Orientais, da América Espanhola e do Brasil (FARIAS, 2000, 1998; SEQUEIRA, 1994).

O desenvolvimento sustentável e a boa localização do arquipélago para as grandes navegações fizeram com que as ilhas garantissem o abastecimento próprio de bens e mercadorias, criando assim, uma espécie de proteção contra as dificuldades econômicas surgidas como consequência para o expansionismo comercial da Europa. O padrão econômico no arquipélago tinha como característica básica dois modelos econômicos complementares, eram eles: o modelo de subsistência e o de mercado com base na exportação. A economia de subsistência era voltada para a pequena agricultura, abastecendo a demanda interna das ilhas. O trigo e o pastel¹ eram os produtos chave dessa economia. Já a economia de base na exportação, tinha como finalidade fornecer produtos também para a metrópole, que mesmo sem dar assistência econômica, exigia cada vez mais do arquipélago (SEQUEIRA, 1994).

A estratégia de colonizar a ilhas dos Açores no cenário econômico em que a Europa encontrava-se no século XV fez parte de uma tática de conquista da Coroa Portuguesa, que surgiu da necessidade de ocupar e controlar os pontos de abastecimento das Rotas de Navegação que ligavam o Oriente e a América. Em fins do século XVI (1590) as ilhas dos Açores começou a enfrentar dificuldades sócio econômicas oriundas da falta de planejamento no seu povoamento: a fome, a desigualdade, o isolamento oceânico e também as condições geoclimáticas e sísmicas, foram algumas das repercussões dessa crise. Todavia, é importante ressaltar que o crescimento populacional não obedeceu a uma ordem em todas as ilhas, havendo umas mais populosas do que as outras, ocorrendo uma discrepância populacional no arquipélago (SEQUEIRA, 1994).

A emigração dos Açores foi a solução plausível naquele momento. Foram diversos os motivos que levaram os açorianos a deixarem sua vida no arquipélago e saírem em busca da sobrevivência em terras estrangeiras. “A emigração açoriana começou a ser um cano de esgoto social para se transformar em uma terrível hemorragia” (SEQUEIRA, 1994 p.89). Essa frase elucidada como os açorianos encontravam-se em fins do século XVII início do XVIII, tendo como o aumento populacional, a fome, a falta de trabalho e conseqüentemente, a miséria, umas das maiores dificuldades enfrentadas pelos moradores das 9 (nove) ilhas.

A solução encontrada para essa crise generalizada foi a emigração de diversas famílias para o litoral meridional do Brasil; sendo esta alternativa, uma válvula de escape

¹ É o nome dado a planta, nome científico - *Isatis tinctoria* é uma angiosperma, possui extrato fermentado suas folhas podem ser usadas como corante azul em tinturaria e pintura. Atualmente sua tinturaria é utilizada como instrumento artístico.

econômico e social para os açorianos, que mergulhados na crise, viram-se na obrigação de aventurar-se em navios abarrotados, sujeitando-se a todo tipo de situação, não tendo do governo Português o incentivo financeiro adequado (FARIAS, 1998).

Mattos e Silva (2012) argumentam sobre os motivos que levaram a intensa emigração de açorianos para Santa Catarina:

Os motivos para estas vagas migratórias são diversos. A situação geográfica instável do arquipélago, com ocorrência de atividades vulcânicas e freqüentes abalos sísmicos, pode ser tida como motivador. Assim como a superpopulação existente nas ilhas, associadas á ausência de reforma agrária e a miserabilidade do povo em geral. A estes fatores de ordem interna, adiciona-se o interesse da Coroa Portuguesa em assegurar posses na América (MATTOS e SILVA, 2012 p.47).

O incentivo propagado para a emigração dos açorianos pode ser entendido através da situação em que esses grupos encontravam-se, Motta (2011 p.18) reafirma aspectos naturais como um dos motivos que impulsionaram os açorianos a terras desconhecidas, mas também alega que:

Os motivos que trouxeram os casais dos arquipélagos dos Açores e Madeira foram diversos: o esgotamento do solo das ilhas, superpopulação, os abalos sísmicos, a falta de ocupação, a fome e a esperança de se tornarem proprietários de terras. O fato de estar acostumado ao clima e a vida insulares contribuiu para sua boa adaptação na Ilha de Santa Catarina (MOTTA, 2011 p.18)

No início do século XVI quando os primeiros navegadores europeus aportaram em terras do Brasil Meridional, a região que compreende o atual litoral de Santa Catarina era habitada por indígenas Guarani, também conhecidos como Carijós. Esses índios ocupavam todo o litoral desde a Cananéia em São Paulo até a Lagoa dos Patos no Rio Grande do Sul. Eram organizados em grandes subgrupos e distribuídos em diversas aldeias. O Guarani possuía estabilidade territorial e dominava a técnica da horticultura, também desempenhando atividades como a caça e coleta. Produziam artefatos em barro, como vasilhas para cocção e para o desenvolvimento de rituais de iniciação e funerários; teciam cestas e fiavam algodão, além, do conhecimento das plantas que eram utilizadas para fins medicinais (MIRA, 2002).

O sistema de povoamento do Brasil obedeceu a um esquema de ordem expansionista da coroa portuguesa que teve como objetivo principal, garantir a proteção do litoral principalmente às terras situadas na porção Meridional da Colônia Portuguesa, a fim de garantir a posse das terras disputadas entre as coroas de Espanha e Portugal (FARIAS, 2000, 1998).

As primeiras levadas de imigrantes açorianos chegaram a Santa Catarina nos séculos XVII e XIX. Como se comentou a vinda desses grupos para Brasil foi uma estratégia muito bem articulada que beneficiou a coroa portuguesa duplamente, pois tanto resolveu os problemas do arquipélago como também foi uma importante medida de proteção territorial para o sul do Brasil. A localização estratégica e os portos naturais nas regiões de São Francisco e da Ilha da Santa Catarina tornaram a região um ponto importante de parada de navios que viajavam em direção a Bacia do Rio da Prata. Todavia, antes da articulação para a emigração dos açorianos para o Brasil, sabe-se que alguns naufragos que frequentavam essas rotas anteriormente acabaram permanecendo em terras Catarinenses e misturando-se entre as populações indígenas que habitavam todo o litoral fronteiriço, o que proporcionou um reconhecimento prévio da região, preparando o território para vinda dos migrantes açorianos e intervindo de forma sistemática no abastecimento das embarcações que seguiam para o Prata (FARIAS, 2000, 1998).

Esse processo de desembarques de navios em Santa Catarina foi anterior ao processo de colonização efetiva de Desterro e da região sul. Segundo Várzea (1985 p.5), “em 1515 João Dias de Solis, navegante espanhol em viagem ao sul do Brasil foi o primeiro a desembarcar na ilha, posteriormente veio Sebastião Caboto, em 1540; Diego Garcia, em 1527; e Álvaro Nunes Cabeza de Vaca, em 1540. Em seguida no ano de 1554, uma frota castelhana que seguia para o Rio da Prata, também aportou na Ilha”.

Como a navegação era o meio de transporte mais viável na época, o litoral catarinense mostrou-se como um local de grande interesse da Coroa Portuguesa, isso fez com que os portos de Laguna, São Francisco e da Ilha de Santa Catarina, fossem estrategicamente fundamentais para abastecerem com água os navios que seguiam em direção ao Rio da Prata ou para o Pacífico. (VARZEA, 1985).

A emigração para o Brasil provocou a readaptação territorial dos açorianos, provocando uma intensa miscigenação étnico-cultural, visível até hoje nos valores de uma cultura ampla, onde se integra tradições, línguas, costumes e imaginários que dividem o mesmo espaço territorial (FARIAS, 1998). De acordo com Motta (2011), no processo de emigração, houve a preferência pela chegada de casais jovens, a fim de viabilizar o povoamento efetivo desses grupos, sendo que os primeiros núcleos a se formarem no Estado, abrangeram a região da Lagoa da Conceição em Florianópolis, da Enseada de Brito em Palhoça, São Miguel em Biguaçu e Santo Antônio dos Anjos em Laguna.

No arquipélago houve um alistamento sistemático para as pessoas que desejassem emigrar para o Brasil. A partir de 1746, nas ilhas dos Açores: Terceira, Faial, Pico, São Jorge, Graciosa, São Miguel, Santa Maria e Flores, muitos jovens que tinham o desejo de construir sua

história de vida, foram atraídos pela oferta da Coroa Portuguesa que dava um valor em dinheiro, terras, instrumentos agrícolas, sementes, gado e arma de fogo, para quem viessem para o Brasil (FARIAS, 1998).

Os primeiros casais açorianos agarrados nessas promessas desembarcaram em Desterro em meados do século XVIII (1748-1757), onde eram alocados temporariamente na Capitania de Santa Catarina, sendo enviados aos locais pré-estabelecidos pela coroa portuguesa, através do seu representante local, o Coronel José da Silva Paes. À medida que chegavam, os imigrantes eram assegurados de suas condições mínimas de instalação e em seguida eram transferidos para os locais de moradia efetivo. A Ilha de Santa Catarina e seu entorno continental até Laguna, foi o espaço geográfico selecionado para a ocupação desses primeiros grupos de imigrantes (FARIAS, 1998).

Todavia, ao chegarem a terras, não encontraram todo o apoio prometido pela coroa portuguesa, sendo submetidos às piores condições de sobrevivência, tendo que se adaptarem ao tipo de terras concedidas, fazendo-as produzir, com o mínimo de recurso necessário para tal empreitada (KNORST, 2011; CONEVA, 2009).

Além da falta de incentivo, os casais açorianos que recebiam um pedaço de terra para trabalhar na lavoura tinham o dever de produzir uma quantia determinada pelo governo, caso não cumprissem essa exigência cobrada, deveriam pagar multas ou até mesmo perder as terras doadas (KNORST, 2011, MOTTA, 2011).

As sementes entregues aos imigrantes açorianos para darem início a produção, foram as mesmas sementes cultivadas por eles nas ilhas dos Açores. Isso justifica a má colheita dos produtos em terras meridionais, sendo insatisfatória a produção de linho cânhamo, trigo e pinheiros. Como resposta a má produção das sementes, o governo português culpava as condições naturais da terra. Esse acontecimento reafirmou a falta de planejamento para se garantir o bem estar dos imigrantes em terras tropicais. Porém, por sorte, alguns desses imigrantes, começaram a observar que o problema da falta de produção estava na cultura e nos tipos de produtos cultivados, pois, as diferenças climáticas dos Açores para o Brasil eram fortes, e conseqüentemente os produtos produzidos no hemisfério norte não se adaptaria as condições exatas do hemisfério sul do Brasil; todavia, esse evento fez com que os açorianos substituíssem a cultura da sua terra de origem, adaptando o seu fazer a cultura produzida pelos indígenas. (CONEVA, 2009).

Os produtos adaptados consistiam principalmente no feijão, milho, batata, café, cana – de – açúcar e mandioca. Nesse processo a mandioca passou a ser substituída pela cultura do trigo, comum na Ilha dos Açores, passando a ser o principal alimento das populações do litoral

catarinense. Contudo, além de seu papel na subsistência da população, a farinha de mandioca também foi incorporada pelas tropas e as tripulações das embarcações, que frequentavam o litoral catarinense (MOTTA, 2011).

A adaptação dos açorianos a uma alimentação baseada na mandioca, produziu a longo prazo, uma economia pautada no plantio e beneficiamento dessa raiz tuberosa. Basicamente todas as famílias possuíam seu próprio engenho de farinha e as que não possuíam plantavam a mandioca e a beneficiavam a meia, com algum engenho (FARIAS, 1998).

Nesse contexto, observa-se que:

Os engenhos de farinha foram às primeiras unidades semi-industriais criadas no Sul do Brasil. Resultaram da aplicação da tecnologia dos moinhos de trigo utilizados no arquipélago dos Açores. A sua introdução revolucionou os processos de produção até então utilizados, além de melhorar qualitativamente o produto. A importância dos engenhos de farinha foi tão grande nas atividades econômicas do atual Estado de Santa Catarina, que em 1796, para uma população de 23865 habitantes, existiam 884 engenhos. Na mesma época a freguesia da Lagoa possuía 101 engenhos e uma população de 1.916 habitantes, com 329 famílias, resultando numa média de um engenho para cada 3,12 famílias (FARIAS, 1998 p.249).

Apesar do sucesso de muitos imigrantes com esse tipo de cultura, alguns não se adaptaram e deixaram a zona rural, partindo em direção a cidade. Esse episódio causou um aumento significativo do número de pessoas desempregadas. Porém, muitos dos imigrantes que saíram da zona rural dedicaram-se a pesca, criando materiais que possibilitaram a pesca da baleia e retirada do seu óleo para a construção civil e a iluminação, além de sua carne para a alimentação (KNORST, 2011). Nesse circuito da pesca da baleia, o município de Imbituba se destacava.

O sistema de povoamento açoriano no sul do Brasil contribuiu intensamente para as forças governamentais portuguesas, protegendo o território contra a coroa espanhola. O incentivo para a instalação de freguesias, fez com que surgissem os primeiros políticos de origem açoriana e conseqüentemente, a valorização social e política dos imigrantes, antes desprezados pelo poder político do continente português. Além da ascensão política, ocorreu a valorização cultural desse grupo, que tiveram o reconhecimento de suas manifestações populares (KNORST, 2011).

A colonização de Santa Catarina marca um cenário de lutas entre nativos e brancos, resultando na expansão do território e expulsão dos indígenas das terras litorâneas. Nesse período, configurou-se uma mistura de povos e de culturas. Portanto, retratar as relações sociais e socioculturais dos povos catarinenses implica em conhecer a perspectiva histórica que orienta os saberes de quem habitou e ainda habita o Estado catarinense.

Atualmente, a região sul de Santa Catarina, destaca-se como sendo um dos locais de maior expressão da cultura de base luso-açoriana. Todos os emigrantes que aportaram em terras catarinense durante as levas migratórias, auxiliaram na formação das freguesias e vilas espalhadas em todo o território catarinense, especialmente no litoral. A freguesia da Vila de Nova Santana, atual distrito de Mirim fundada em 1755, é tida como um dos mais importantes núcleos populacionais do litoral sul de Santa Catarina, pois juntamente com o apoio da freguesia de Santo Antônio, atual município de Laguna, é responsável pela irradiação do povoamento de Imbituba, Tubarão e Imaruí (FARIAS, 1998).

3.2 ORIGEM E POVOAMENTO NO MUNICÍPIO DE IMBITUBA

O município de Imbituba localiza-se no litoral sul de Santa Catarina, possui atualmente uma área de 182 Km², limita-se ao sul com Laguna, ao Norte com Garopaba e Paulo Lopes, a oeste com Imaruí e leste com o Oceano Atlântico. Sua população estimada para 2014 é de 42.170 (quarenta e dois mil cento e setenta) habitantes, de acordo com o censo de 2010 (IBGE, 2014).

Figura 2 – Mapa de localização do município de Imbituba atualmente.



Fonte: CIASC, 2009 apud Prefeitura Municipal de Imbituba, 2015.

A história do município de Imbituba tem sua origem bem antes da chegada dos europeus. Foram vários os grupos indígenas que habitaram o litoral catarinense durante a Pré-história, sendo que o último deles foi o Guarani, também conhecido como Carijó. Os Carijós tiveram contato direto com os imigrantes açorianos e madeirenses que vieram para Santa Catarina em meados do século XVIII (1748-1756). A ligação entre os nativos e os primeiros imigrantes, foi de extrema importância para a constituição do legado cultural presente hoje no litoral catarinense (FARIAS, 1998; 2000).

Percebe-se a combinação na constituição desse legado cultural, quando se analisa a gastronomia, as manifestações culturais, a agricultura e a pesca de subsistência, além da utilização de instrumentos de trabalho e como não se pode deixar de perceber, a linguagem que se caracteriza como um dos legados mais marcantes oriundos dessa integração cultural (FARIAS, 1998).

O nome “Imbituba” deriva de uma expressão da língua Tupi denominada “Embituba”, que designa uma planta conhecida como “Imbé” ou “guaibé”, pertencente à família das *Aráceas*, a grafia “tuba” ou “tuva”, significa abundância. Na região havia uma grande quantidade de Imbé, comum em áreas de vegetação de restinga que era utilizado na confecção de cordas (MELLO FILHO, 2009; SERAFIM, 2006).

No ano de 1534, as terras do Brasil pertencentes a Portugal, foram divididas em capitânicas pelo rei D. João III, sendo criada a Capitania de Santana localizada onde hoje é o território de Imbituba e municípios adjacentes no sul do Brasil. Após a fundação da Capitania, em 1622 chegaram à região os primeiros padres jesuítas, Antônio Araújo e Pedro da Mota, com a missão de catequizar os índios Carijós que habitavam o território nesse período. Os padres missionários permaneceram na Capitania de Santana até 1624, quando foram para a Capitania de Santo Antônio dos Anjos da Laguna e por lá se fixaram, desenvolvendo sua missão de catequizar (SERAFIM, 2006, BARBOSA, 2011).

Nesse período histórico, percebe-se uma estreita ligação entre as Capitânicas de Santana e Santo Antônio dos Anjos de Laguna, já que Laguna abrangia o porto de embarque e desembarque de imigrantes e mercadorias para a região sul, refletindo no processo de colonização de Imbituba e Laguna simultaneamente (SERAFIM, 2006).

No ano de 1715, a expedição do vicentista Capitão Manoel Gonçalves de Aguiar, segue em direção a região de Imbituba, por determinação do Governador do Rio de Janeiro, no intuito de inspecionar as colônias do sul do Brasil, observando as características e potenciais a serem explorados posteriormente. Foi nesse episódio que o Capitão Manoel Gonçalves recebeu a

recomendação de formar a Armação Baleeira, considerada um dos principais potenciais da região (SERAFIM, 2006, MARTINS, 1998).

Segundo Martins (2006), o primeiro contingente de açorianos a chegarem na região de Imbituba, vieram do sul da Ilha de Desterro motivados pela insatisfação com as produções agrícolas, que se deslocaram para o litoral sul em busca de melhores condições de vida, espalhando-se por todo o litoral. Na época, contabilizou-se um total de 70 pessoas que foram fundamentais para o início da colonização açoriana e formação da freguesia de Vila Nova (MARTINS, 2006).

Os primeiros agrupamentos de imigrantes na região de Imbituba concentraram-se em Vila Nova de Santana e posteriormente em Santana do Mirim seguindo para outras regiões interioranas onde atualmente localizavam-se os municípios de Paulo Lopes e Imaruí.

3.2.1 A fundação e desenvolvimento de Vila Nova de Santana e Santana do Mirim

A freguesia de Vila Nova de Santana foi fundada em 1755, sendo considerado um ponto estratégico no processo de povoamento o que possibilitou a formação de Mirim e Imbituba que antes pertenciam a Vila Nova, bem como, a formação e organização da Vila de São João Batista, que deu origem ao município de Imaruí (FARIAS, 1998).

O processo de colonização de Vila Nova tem início com os primeiros descendentes de açorianos oriundos de Desterro, Vicentistas e outros imigrantes que vieram em expedições das ilhas de Madeira e Açores no ano de 1720. No ano de 1747, os imigrantes açorianos que habitavam a Vila Nova ergueram a primeira Capela no local, no intuito de abrigar a imagem de Santa Ana, vinda com a expedição que os trouxeram. A implantação da Capela e o início das manifestações religiosas na Vila, fez com que aflorasse nos imigrantes o sentimento de pertencimento ao novo território, reconhecendo-o como seu lugar de moradia e sobrevivência, adaptando-se as novas condições de vida que lhe foram apresentadas (MARTINS, 2006).

Verificando o sucesso e o bom desempenho dos primeiros imigrantes colonizadores de Vila Nova, o Rei de Portugal D. João V autorizou o Conselho Ultramarino a enviar mais uma leva de imigrantes para fixarem-se na região litorânea, onde hoje se situa o município de Imbituba. Os novos imigrantes dedicaram-se a agricultura e pesca, seguindo as orientações e experiências dos imigrantes que vieram anteriormente, dessa forma sabiam quais produtos cultivar e como pescar tanto no oceano como na lagoa (SERAFIM, 2006).

Foi nesse momento que os imigrantes açorianos e madeirenses, incorporaram hábitos indígenas a sua cultura europeia, modificando gradativamente o seu estilo de vida. O conhecimento da horticultura pelos indígenas, com produtos como a mandioca, o milho e o amendoim, bem como a pesca com rede, arpão, canoa de um pau só, foram algumas das incorporações necessárias a cultura açoriana e madeirense, e que foram primordiais para o bom desempenho da freguesia (FARIAS, 1998).

No ano de 1856, foi criada a freguesia de Santana do Mirim, sendo desmembrada de Vila Nova. A freguesia do Mirim foi constituída por indivíduos descendentes de açorianos que residiam na região do Rio D'Una, atual bairro do município de Imaruí e que ao tomarem conhecimento da fundação da nova freguesia vieram contribuir para sua constituição. Em 1844, foi edificada a igreja de Santa Ana do Mirim na Vila de Santana do Mirim, fortalecendo ainda mais os laços dos imigrantes com o território local (MARTINS, 2006).

O desenvolvimento das freguesias de Santana e Vila Nova era consideravelmente bom, conseguiam subsistir praticamente sozinhas, cultivando e beneficiando a mandioca, o milho, a cana-de-açúcar e praticando a pesca artesanal na lagoa, rio e no Oceano Atlântico. O crescimento de Vila Nova foi considerável no ano de 1796. Havia na freguesia, engenhos de açúcar, aguardente e farinha de mandioca e atafonas de trigo, habitavam nessa época na vila cerca de 1109 (mil cento e nove) indivíduos, distribuídos em 242 famílias (FARIAS, 1998; MARTINS, 1998).

Todavia, a freguesia de Santana do Mirim, desenvolveu-se paralelamente a freguesia de Vila Nova, onde se verificou no ano de 1866 um crescimento populacional apreciável, com cerca de 2172 (dois mil cento e setenta e dois) habitantes, o que junto a população de Vila Nova contabilizava um total de 3258 (três mil duzentos e cinquenta e oito) habitantes em toda região de Imbituba (FARIAS, 1998, SEVERINO, 1999).

3.2.2 A Armação baleeira

A expansão da pesca da baleia foi estabelecida oficialmente no Brasil no século XVII, quando em 1602, Felipe II, Rei da Espanha e Portugal, deu a concessão para o início da captura de baleias francas. A partir dessa concessão iniciou-se a construção das primeiras Armações, destinada a caça e preparo da baleia (MARTINS, 1998; SERAFIM, 2006).

No ano de 1796 foi instalada a quarta armação baleeira do Brasil localizada em Imbituba, o que acarretou no desenvolvimento e aumento da população de Vila Nova, na época

distrito do município de Santo Antônio dos Anjos de Laguna. No século XVIII, a armação baleeira de Imbituba encontrava-se expressiva no mercado brasileiro, contribuído para o surgimento do município de Imbituba (MARTINS, 1998; CABRAL, 1958 apud NEU, 2003).

Os responsáveis pelo comando das armações em Imbituba eram Pedro Quintela e João Ferreira Sola que cuidavam do setor administrativo das Armações com a separação do pagamento das taxas de exportação à Coroa Real (SERAFIM, 2006, CABRAL, 1958 apud NEU, 2003). A comprovação da grande importância da pesca da baleia para o desenvolvimento regional do sul catarinense durante este período foi percebido quando:

No século XIX, a pesca tornou-se a principal ocupação da região, a tal ponto que chegou a receber o apoio oficial das empresas montadas com o único fim de pescar e industrializar a baleia (SERAFIM, 2006 p.49).

Para confirmar esse contexto sócio econômico em Imbituba, Silva (1978 apud NEU, 2003, p.29) afirma que:

(...) no século XVIII, a conservação do peixe pela salga e, sobretudo, a exploração da pesca da baleia e de alguns derivados formaram uma das atividades básicas da economia catarinense. A pesca da baleia constitui provavelmente, neste século, a atividade de maior movimento econômico e, inclusive arregimentou um grande número de escravos (SILVA, 1978 apud NEU, 2003, p.29).

As baleias bastante comuns no litoral sul de Santa Catarina, especificamente na região que compreende o município de Imbituba, eram arpoadas e rebocadas para os barracões, onde se realizava o retalhamento do animal. Os instrumentos utilizados para matar a baleia resumiam-se em dois: na bombilança e o arpão. A bombilança consistia em uma lança pontiaguda com cabo de madeira, onde se colocava um tubo com dinamite, porém, com o passar do tempo essa lança foi substituída pelo canhão. O arpão era utilizado para atrelar a baleia ao barco, que a rebocava até a costa (SERAFIM, 2006).

A matéria prima de maior interesse para a exportação era sem dúvida a gordura do animal, que derretida em enormes caldeiras se transformava em óleo, que era depositado em tonéis e exportado para cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, onde era utilizado na iluminação pública, e como argamassa para reboco na construção civil. Além da gordura, utilizavam-se também as barbatanas, que após passar pelo processo de industrialização era exportada para a Europa, e aplicada na confecção de roupas femininas, como o espartilho. A mão-de-obra para o setor do preparo da baleia era basicamente escrava, que ficava encarregada de realizar todo o processo de descarte da baleia e retirada da gordura e barbatanas (MARTINS, 1998; SERAFIM, 2006; NEU, 2003).

A armação baleeira de Imbituba fundada em 1796, com o intuito de dar continuidade ao processo de legalização da prática portuguesa de caça às baleias, cobrando impostos e consequentemente, fortalecendo tanto economicamente quanto politicamente, o sul da colônia. A Armação de Imbituba tornou-se a mais forte estação de pesca a baleia do Brasil colônia, iniciando um ciclo econômico importante para a região. Todavia, em 1801, com o decreto pelo fim dos monopólios, as armações perdem os subsídios do governo imperial e atrelado a esse fator, em 1867, a descoberta do petróleo americano e a fabricação do cimento, substitui a matéria-prima animal, tanto no mercado interno quanto no externo (MARTINS, 1998; PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA, 1996; NEU, 2003).

No ano de 1973 a última baleia franca foi morta em Imbituba, fechando o ciclo de pesca da baleia franca, que levou a espécie à beira da extinção. No ano de 1982 liderados por Ibsen de Gusmão Câmara, ambientalistas voluntários redescobriram no Estado de Santa Catarina as últimas baleias francas brasileiras e iniciaram uma ação pela preservação e recuperação da espécie (PROJETO BALEIA FRANCA, 2014).

Hoje, o município de Imbituba abriga o Projeto Baleia Franca uma ONG, localizada na Praia de Itapirubá, que tem como objetivo realizar pesquisa e garantir à conservação e proteção a baleia franca. O projeto desenvolve, há mais de dez anos, em Imbituba atividades de valorização e preservação da espécie, produzindo ações para garantir a sobrevivência e a recuperação populacional da baleia franca em águas brasileiras.

3.2.3 A descoberta do minério e o Porto de Imbituba

No ano de 1835 a Assembléia Provincial de Santa Catarina encaminhou um projeto ao governo imperial solicitando que fosse aberta uma companhia para explorar carvão na região sul de Santa Catarina. Assim, em 1837, Santa Catarina oficializou a descoberta do carvão mineral, o que gerou intensa movimentação política e econômica para a implantação da estrada de ferro e do porto, com o objetivo de escoar a produção. (SERAFIM, 2006).

A estrada de ferro teria 130 quilômetros e, inicialmente, ligaria o litoral ao planalto, na cidade de Lages, no entanto esse trajeto não foi concluído. A exploração das jazidas carboníferas iniciou em 1876, por meio de capital estrangeiro representado pelas empresas: “The Tubarão Coal Mining Company Limited”, responsável pela extração mineral e pelos estudos de viabilidade para implantação do porto em Imbituba; e “The Donna Thereza Cristina”, que

construiu a estrada de ferro integrandos os municípios de Imbituba, Laguna, Tubarão, Jaguaruna, Criciúma, Lauro Muller, Urussanga e Araranguá (SERAFIM, 2006; NEU, 2003).

O projeto oficial do Porto foi organizado por engenheiros ingleses no ano de 1871 e incluía além da estrutura básica administrativa, a construção de um quebra-mar com galerias tubulares ou arcadas submersas, porém, por determinação do governo, essa obra não foi realizada, sendo construído, na mesma enseada onde se arpoavam as baleias, um trapiche com 70 metros de extensão, feito de ferro e madeira, (SERAFIM, 2006; NEU, 2003).

A descoberta do carvão, a construção da ferrovia e a instalação do porto foram os principais elementos que alavancaram econômica e socialmente a região de Imbituba. Foi a partir da efetivação desses episódios que ocorreu o crescimento da região, com a especulação de investimentos de empresas estrangeiras e nacionais, com a aposta de que o desenvolvimento estava por vir. O consumo nacional de carvão era de aproximadamente 30 mil toneladas anuais. Essa produção era transportada pela via férrea, e posteriormente nos navios que saiam do porto de Imbituba. A primeira crise começou a se desenhar em 1894, quando foi colocado em dúvida a qualidade do carvão da região. Diante disso, os políticos locais, promoveram um movimento a fim de obter incentivos comerciais, que foram sancionados apenas em 1895 (SERAFIM, 2006; PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA, 1996).

Após a primeira crise a companhia inglesa “The Tubarão Coal Mining Company Limited”, foi vendida para a empresa “Lage & Irmãos” (SERAFIM, 2006; NEU, 2003).

A partir de 1889, o porto de Imbituba já era considerado o principal centro de escoamento de carvão do sul do Brasil. Porém, apenas no ano de 1919 é que a obra completa do Porto foi efetivada. Nesse período, o empresário Henrique Lage, assume o cargo de diretor Presidente da Companhia Nacional de Navegação Costeira, adicionando o cargo com a direção da Organização Henrique Lage. Com o apoio do engenheiro Álvaro Monteiro de Barros Catão - diretor da Estrada de Ferro Tereza Cristina, Henrique Lage inicia o processo de construção dos molhes de proteção, prédios administrativos e os armazéns da cooperativa do porto (SERAFIM, 2006).

A cooperativa do porto era composta por um conjunto de lojas e ferragens, açougue, padaria e farmácia e situava-se ao lado do prédio administrativo do Porto, hoje ainda utilizado para este mesmo fim. O prédio da cooperativa dividia-se pela linha da malha ferroviária central, que era utilizada para descarga de produtos que chegavam de trem. No lado esquerdo do prédio, ficavam à disposição os produtos secos e molhados (carnes, farinha, feijão, banha, pão vendido a peso, etc.) e no direito localizava-se uma completa loja de tecidos, calçados, cama, mesa, banho, louças, entre outros produtos (SERAFIM, 2006).

Em 1931, Getúlio Vargas garantiu o consumo interno do carvão nacional através do Decreto Federal nº 20.089, que determinou o aproveitamento de 10% do carvão nacional pelas indústrias brasileiras (SERAFIM, 2006).

No ano de 1941, a Companhia Docas de Imbituba passou a ser administrado pelo engenheiro Francisco Catão, que deu continuidade ao processo de ampliação e desenvolvimento do Porto, buscando novos recursos que proporcionasse a continuidade do desenvolvimento econômico do sul de Santa Catarina. Em 1943 o Governo determinou a instalação da Delegacia da Marinha Mercante em Imbituba, que através do Decreto Federal nº 67.992, passou a denominar-se Superintendência Nacional da Marinha Mercante – SUNAMAM. Em 1957 o Ministério da Marinha criou a Agência da Capitania dos Portos (SERAFIM, 2006).

No entorno do desenvolvimento da Ferrovia e do Porto, surgiram nesse período uma série de outras atividades econômicas no município, como a Cerâmica Imbituba, a Usina Elétrica e o Hotel Imbituba, todos impulsionados pelas famílias Lage e Catão.

A cerâmica foi à primeira do Estado de Santa Catarina, construída no ano de 1919 por Henrique Lage, que tinha como anseio fabricar louças, porém, com a mudança econômica, a indústria iniciou o processo de produção de azulejos. Chegando em 1941 a expansão do mercado interno e externo de azulejos, abrangendo comercialmente países como Argentina, Paraguai, Chile e Bolívia. No ano de 1952, a Cerâmica Henrique Lage mudou sua razão social para Cerâmica Imbituba S/A (PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA, 2014).

A Usina Termoelétrica de Imbituba também representa parte significativa da história do desenvolvimento econômico e social do município e região. Sua construção foi iniciada em 1920, com o objetivo de produzir energia elétrica através da combustão de carvão para suprir as necessidades do porto de Imbituba, além de fornecer energia para alguns estabelecimentos como: oficinas, engenhos de farinha movidos a eletricidades, padarias e a estrutura do grande Hotel Imbituba (SANTANA, 2014).

A descoberta do Carvão Mineral, a instalação do Porto e as diversas outras melhorias oriundas desse processo de desenvolvimento regional, foram importantes legados que fizeram com que Imbituba tivesse um crescimento econômico considerável.

3.2.4 Emancipação político administrativa até os dias atuais

A emancipação político administrativa de Imbituba ocorreu quando a região teve seus primeiros indícios de que poderia manter-se economicamente. No ano de 1923, em 30 de

agosto através da Lei nº 15.451, aprovada pelo governador Hercílio Pedro da Luz, que determinava que o ex - município de Garopaba e os dois distritos de Vila Nova e Mirim, até então pertencentes ao município de Laguna, se tornaria um único município com a denominação de Imbituba (MARTINS, 1998).

Porém, em outubro de 1930, o governador provisório do sul de Santa Catarina, considerou que Imbituba não possuía estabilidade econômica suficiente para manter-se independente de Laguna. Com isso, Imbituba voltou a fazer parte do território de Laguna, recebendo o nome de Distrito de Henrique Lage, este foi o primeiro caso de revogação de emancipação do Brasil. Em 1949 um projeto de resolução da Câmara de Laguna elevou o distrito a categoria de município, com o nome de Henrique Lage, permanecendo com essa denominação até o ano de 1959, quando foi aprovado na Assembleia Legislativa Estadual o Projeto de Lei nº 446/58 que autorizava a mudança do nome do município, passando a se chamar novamente Imbituba (MARTINS, 1998)

Após 1959, quando definitivamente Imbituba tornou-se independente de Laguna verificou-se um processo de crescimento econômico e social, com a criação de hospital, escolas, ambulatórios; construção de pontes, asfaltamento do acesso à BR-101, bem como a distribuição de água e energia elétrica.

No ano de 1971, com a criação da Indústria Carboquímica Catarinense – ICC ocorreu a ampliação de distribuição de energia elétrica para toda a região, utilizando o carvão catarinense. O sucesso da indústria seguiu até a década de 1990, quando entrou em falência, desestabilizando novamente a economia de Imbituba (PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA, 1996).

Nas décadas de 1980 e 1990, o poder público voltou suas ações para o desenvolvimento do turismo de praia, focando na busca de mercados como Rio de Janeiro e São Paulo, onde foi fortemente divulgada as belezas naturais da região e os esportes náuticos, com o objetivo de atrair turistas. Esse movimento crescente tem sustentado a economia de Imbituba até hoje, favorecendo a ampliação da rede hoteleira e da implantação de infraestrutura que atenda a demanda que é duplicada na alta temporada (PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA, 1996).

Abordar a formação histórica de Imbituba contribuiu para o objetivo da pesquisa, porque este se alicerça na cultura local e patrimônio cultural do município. Assim, o modo de vida presente na região representa intimamente a sua gênese, com a herança cultural luso-açoriana mesclada com a nativa indígena, dando origem à cultura local de Imbituba.

As edificações construídas no passado também são testemunhas vivas e contam em obras, a história de desenvolvimento social e econômico de Imbituba. Assim, como as paisagens naturais, que são parte integrante da história, pois durante muito tempo, foi do mar e da baleia que Imbituba ficou reconhecida e deu o salto inicial para o desenvolvimento, além disso, é do mar e das lagoas, que muitos imbitubense retiram ainda hoje o sustento através do turismo de praia e pesca artesanal.

Em suma, a contextualização da história de Imbituba desde a chegada dos primeiros imigrantes, as trocas culturais entre nativos indígenas, o surgimento das primeiras vilas e o desenvolvimento social e econômico da região, são importantes subsídios para o entendimento da cultura local e como se essa cultura se mantém viva até hoje.

4 RECONHECENDO A CULTURA LOCAL NO MUNICÍPIO DE IMBITUBA

Este Capítulo traz uma discussão ampla sobre o reconhecimento da cultura local de Imbituba. Nele serão apresentados elementos referentes à cultura local, patrimônio cultural material, imaterial e natural instituído pelo poder público e representante das manifestações culturais ainda preservadas no município.

Esse reconhecimento do patrimônio como parte da história dos indivíduos é fundamental para a valorização da identidade cultural, pois é através da contextualização histórica e social que se adiciona ao patrimônio o significado da memória.

4.1 O PATRIMÔNIO CULTURAL E A CULTURA LOCAL

O patrimônio cultural material ou imaterial é elemento fundamental na busca do (re) conhecimento da cultura local, pois é através dele que são construídas as identidades sociais e culturais de uma sociedade. Ele é repleto de símbolos e significados que proporcionam um retorno ao passado, buscando nas raízes culturais de uma sociedade toda a sua história (CHOAY, 2006).

Assim, o patrimônio cultural pode ser entendido como um testemunho do passado, já que, ele também se encarrega de (re) significá-lo no presente, fazendo com que a identidade social de determinado grupo permaneça viva e possa ser transmitida através das relações socioculturais desenvolvidas cotidianamente, garantindo a perpetuação da identidade cultural (CHOAY, 2006).

Para se realizar o (re) conhecimento da cultura local de Imbituba, foi preciso reconhecer traços culturais que se perpetuaram no contexto sociohistórico da região, documentando a formação étnico, histórica e cultural dos grupos que ali habitaram e deixaram seus traços, que foram amalgamados e transformados no decorrer da história, estando ainda hoje presentes no patrimônio edificado, nas festas religiosas, nos folguedos, na paisagem e na memória da população. Para discutir essa integração cultural que perpassa o tempo através do patrimônio, colocou-se em pauta alguns diálogos entre os conceitos de cultura e patrimônio cultural, a partir de autores como Santaella (2003); Cuche (2002); Geertz (1989); Tilio (2009); Vannucchi (1990) e Vianna (2003).

O ser humano vive em constante transformação, reconfigurando-se de acordo com as necessidades elencadas por ele. Os costumes, as crenças, a alimentação são elementos culturais instituídos e vividos dentro das relações sociais em que o homem se insere. Discorrendo nesse viés, Santaella (2003, p.31) argumenta que:

(...) a cultura é mais do que um fenômeno biológico. Ela inclui os elementos de legado humano maduro que foi adquirido através do seu grupo pela aprendizagem consciente ou, num nível algo diferente, por processos de condicionamento-técnicas de várias espécies, sociais ou institucionais, crenças, modos padronizador de conduta.

Nessa perspectiva Tilio (2009), avalia que a cultura não pode ser entendida como algo genérico, muito pelo contrário, ela se caracteriza como um emaranhado de relações sociais complexas, envolvendo elementos naturais e culturais diversificados, que tem a função de divergir e convergir, possibilitando uma série de significados diferentes, que podem ser interpretados por diversos grupos humanos disponibilizando uma grande quantidade de sentidos. Na ótica de Vannucchi (1990, p.24) a complexidade da cultura é visível quando:

Cultura (...) é a forma própria e específica da existência humana no mundo. É a nossa própria existência fenomenologizada, ou, seja, um processo histórico permanente e inevitável, em que o ser humano tanto representa o sujeito produtivo como o objeto produzido. Em suma os homens são seres culturais por natureza.

Por ser dotado de cultura, o ser humano tem a capacidade de se comunicar, trocar experiências, agir e reagir de forma dinâmica transmitindo seu conhecimento, que foi adquirido de geração em geração, dando sentidos e valores as suas formas de viver e de se relacionar com o outro e com o ambiente. Geertz (1989, p. 103), enfatiza ainda que a cultura consiste em um:

(...) padrão de significados transmitidos historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de concepções expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens se comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento em relação a vida.

De acordo com Vianna (2003), cada sociedade possui sua própria cultura, imbricada de signos e significados que são incorporados e compartilhados pelos seus membros através dos tempos. É por meio dessa diversidade de representações presentes no dinamismo da cultura, que Vannucchi (1990) corrobora com o conceito de Tilio (2009) e argumenta que:

A cultura não existe em seres humanos genéricos, em situações abstratas, mas em homens e mulheres concretos, pertencentes a este ou aquele povo, a esta ou aquela classe, em determinado território, num regime político A ou B, dentro desta ou daquela realidade econômica (VANNUCCHI, 1990, p.21).

As pessoas compartilham costumes, memórias, saberes e crenças que caracterizam seu modo de vida e compõe sua identidade cultural, porém, essas manifestações compartilhadas socialmente sofrem influências que as modificam constantemente, caracterizando seu dinamismo (CUCHE, 2002). Assim,

Cada cultura se caracteriza (...) por seu *parten*, isso é, por uma certa configuração, um certo estilo, um certo modelo. O termo implica a idéia de uma totalidade homogênea e coerente. Toda cultura é coerente, pois está de acordo com os objetivos por ela buscados, ligados a suas escolhas, no conjunto das escolhas possíveis. Ela busca estes objetivos à revelia dos indivíduos, mas através deles, graças às instituições (sobretudo as educativas) que vão moldar todos os seus comportamentos, conforme os valores dominantes que lhe serão próprios (CUCHE, 2002, p.77-78).

Refletindo sobre o dinamismo cultural Cuche (2002) observa que a diversidade cultural brasileira, é múltipla, pois se percebe diferentes culturas que dividem o mesmo espaço territorial, mas que enfatizam fortemente as fronteiras culturais. Entende que ao mesmo tempo em que se distinguem, entrelaçam-se por meio da globalização cultural. Todavia, “cada cultura é dotada de um “estilo” particular que exprime através da língua, das crenças, dos costumes, também da arte, mas não apenas dessa maneira” (CUCHE, 2002, p.45). O homem compõe sua personalidade através do convívio social e manifesta diferentes reações observadas em seu comportamento, o que marca a diversidade dentro da unitariedade, criando um vínculo próprio entre ele e sua cultura (CUCHE, 2002).

A cultura local do município de Imbituba está extremamente ligada a sua história de formação social, cultural e econômica; assemelhando-se a diversos municípios do Estado de Santa Catarina que viveram o mesmo sistema de colonização e formação social, e hoje possuem sua base cultural luso-açoriana. Verificou-se a influência luso-açoriana na religiosidade, nos mitos e ritos, na gastronomia, na economia pesqueira e na agricultura de subsistência, no modo de falar e nos estilos arquitetônicos, enfim, são traços que marcam a identidade e a cultura do município.

Essas peculiaridades culturais presentes no município são percebidas nas comunidades dos distritos de Vila Nova, Mirim e sede de Imbituba. A sede de Imbituba é composta pelos bairros: Centro, Pães Leme, Ribanceira, Village, Vila Alvorada, Vila Nova Alvorada (Divinéia), Vila Nova Esperança e Barra da Ibraquera; o distrito de Vila Nova é

composto pelos bairros: Vila Nova, Vila Santo Antônio, Porto da Vila, Sagrada Família, São Tomas, Campo D'Aviação, Guaiúba, Roça Grande, Boa Vista e Itapirubá; o distrito do Mirim é composto pelos bairros: Mirim, Morro do Mirim, Nova Brasília, Campestre, Sambaqui, Arroio do Rosa, Arroio Alto, Ibiraquera, Praia do Rosa, Araçatuba, Penha, Lauzane e Campo D'Una. Em cada uma dessas comunidades é possível averiguar as nuances da cultura de base-luso açoriana, no cotidiano dos moradores, que também são atingidos pela diversidade cultural da sociedade globalizada, que transforma e remodela o convívio social, dando novos tons ao que se produz culturalmente em cada comunidade (PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE IMBITUBA, 2008)

Os dados obtidos, através de relatos com representantes do poder público, indicam que há tempos atrás essas comunidades mantinham características bem específicas, apresentando fortes traços da cultura de base luso-açoriana, no entanto, atualmente, muito dessa cultura vem se perdendo, ainda que pese o fato de alguns grupos lutarem para manter traços nas comunidades tradicionais, envolvendo as manifestações da cultura imaterial, refletida nas formas de expressão, celebrações religiosas, lugares e saberes.

O patrimônio cultural, formador de identidade do município, encontra-se na raiz histórica do imbitubense. Para compreender um pouco mais sobre o que tange o patrimônio cultural em Imbituba, se faz necessário discutir o conceito de patrimônio cultural no Brasil, bem como a sua importância na formação da identidade de um povo.

Para a presente revisão teórica serão abordados conceitos e teorias já discutidas por autores como: Oliveira e Ferreira (2014); Santos (2001); Veloso (2006); Chuva (2012 a; 2012 b); D'Alessio (2012); Arantes (2001); Vogt (2008), Gonçalves (2005) Castro (2008); e informações em textos da constituição federal de 1934, 1937, 1946, 1967 e 1988, além de textos do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional e Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura; que servirão de base para compreender o papel do patrimônio cultural na formação e reconhecimento social do Brasil e no município de Imbituba.

No Brasil o primeiro indício de preocupação com o patrimônio cultural está atrelado às expressões culturais ocorridas na década de 20, evidenciadas pelo movimento conhecido como Modernismo. Atribui-se a Semana de Arte Moderna, realizada em São Paulo em 1922, como o evento de referência para o Modernismo. O evento organizado por um grupo de artistas e intelectuais assume a ruptura com o tradicionalismo cultural presente nas correntes literárias e artísticas do simbolismo, parnasianismo e arte acadêmica. Essa busca pela valorização e reconhecimento da realidade local, foi primordial para impulsionar o projeto nacionalista,

articulando a renovação da arte brasileira auxiliando na construção de uma identidade nacional (OLIVEIRA E FERREIRA, 2014).

Na história do Brasil, a primeira vez em que se abordou o tema patrimônio foi na Constituição de 1934 no Capítulo II – Da Educação e da Cultura do Título VI, artigos 10 e 148, que citam algumas incumbências do Estado em relação ao patrimônio nacional, com o objetivo de guardar os interesses históricos e culturais do país, constituindo que:

Art.10. Compete concorrentemente à União e aos Estados: III – proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte.

Art.148. Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e a da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do País, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual (Constituição Federal Brasileira de 1934).

Anos depois, a Constituição Federal de 1937 faz-se referência a livre manifestação das artes e das ciências, enfatizando que fica a cargo do Estado proteger e estimular essas práticas, bem como proteger os monumentos históricos de danos físicos, sob a condenação de ações contra o patrimônio nacional.

Assim fica assegurado que:

Art.128. A arte, a ciência e o seu ensino são livres à iniciativa individual e à de associação ou pessoas coletivas, públicas e particulares. É dever do Estado contribuir, direta e indiretamente, para o estímulo e desenvolvimento de umas e de outras, favorecendo ou fundando instituições artísticas, científicas e de ensino.

Art. 134. Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza, gozam de proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos estados e dos Municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional (Constituição Federal Brasileira de 1937).

Na conjuntura da Constituição de 1937, no Decreto nº 25, de 30 de novembro de 1937 o conceito de patrimônio fica condicionado ao que era regulamentado pelo poder público, isto é, as práticas artísticas, científicas e históricas relacionadas à memória sociohistórica vinculada apenas aos segmentos da elite nacional. De acordo com a legislação de 1937, considera-se o patrimônio como:

Conjunto de bens e móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, que por achar ligadas a fatos memoráveis da História do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (Decreto nº 25, de 30 de novembro de 1937).

Na constituição de 1946, no Capítulo II – Da Educação e da Cultura Título VI, no artigo 175, reforça-se o dever do Estado enquanto protetor do patrimônio nacional, destacando os locais de particular beleza como espaços a serem salvaguardados.

Art. 175. As obras, monumentos e documentos de valor histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza, ficam sob a proteção do Poder Público (Constituição Federal Brasileira de 1946).

Em relação à constituição de 1967 no que tange o Título IV – Da família, da Educação e da Cultura, constitui-se que é de responsabilidade do Estado o amparo a cultura e o incentivo as pesquisas científicas e tecnológicas, sendo livres as práticas das ciências, artes e letras. Desse modo, condiciona-se que:

Parágrafo único – Ficam sob a proteção especial do Poder Público os documentos, as obras e os locais de valor histórico ou artístico, os monumentos e as paisagens naturais notáveis, bem como as jazidas arqueológicas (Constituição Federal Brasileira de 1967).

Todavia, na Constituição de 1988 o conceito de patrimônio, bem como as normas que estabelecem a sua proteção e responsabilidade, tomam uma definição mais abrangente, dando maior atenção aos sítios arqueológicos pré-históricos e manifestações populares. Assim quanto a proteção fica estabelecido:

Art.20. São bens da União- as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos;

Art.23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: III – proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos; IV – impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural; V – proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afrobrasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. (Constituição Federal Brasileira de 1988).

Quanto a definição e abrangência do patrimônio cultural brasileiro:

Art.216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tombados individualmente ou em conjunto, portadores de referências a identidade, a ação, a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico;

Parágrafo 1. O poder público, com a colaboração da comunidade promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação” (Constituição Federal Brasileira de 1988).

Diante dessa revisão das constituições federais entorno do patrimônio, percebe-se o comprometimento e interesse do poder público em manter o domínio sobre todos os enclaves das pesquisas científicas, documentos de valor histórico e artístico, monumentos arquitetônicos e naturais, paisagens e locais de beleza particular, além de jazidas arqueológicas e paleontológicas cujo, reverterem valor histórico e cultural para a Nação e deverão ser protegidos contra qualquer ato de depredação.

É notável a amplitude da definição do que se considera patrimônio cultural brasileiro, passando de seguimento ligado a feitos memoráveis, para a representação da identidade e memória de grupos culturais comuns que compõe a sociedade brasileira representada por sua cultura multifacetada. Chuva (2012 a) atribui a esta realidade a noção de referência cultural intentada na década de 70 e que contribuiu para a inclusão de elementos culturais pertencentes a grupos sociais diversificados na seleção do patrimônio cultural brasileiro, apesar de atualmente ainda muitos destes grupos permanecerem em combate contra a invisibilidade. Posto isto, Chuva (2012 a), enfatiza que a noção de patrimônio cultural não é única, trata-se de uma constante luta de representação e significado, gerando diferentes apropriações sobre o conceito do que se considera patrimônio cultural e menciona que a sua preservação integral, depende de seu entendimento em uma perspectiva histórica e social.

Nessa vertente, Veloso (2006) discorre sobre a expressividade que o patrimônio tem dentro do coletivo, ressaltando os valores e significados presentes no cerne das comunidades que os manifestam, e sua importância enquanto identidade social.

A esta fase da constituição brasileira compreendida entre os anos de 1934 à 1988, Castro (2008), afirma que é resultante do impulso do movimento Modernista da década de 1920, que deu início aos diálogos sobre o patrimônio cultural, considerando-o como um elemento importante para a construção da memória nacional. Destacou que no ano de 1937, houve a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) no Brasil e no âmbito internacional, a Convenção de Londres em 1946, que instituiu a UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, que determinou o estabelecimento em

cada país de grupos interessados em educação, ciência e cultura. Também é nesse mesmo período que o Brasil estabelece o Decreto-Lei de 13 de junho de 1946, criando o Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC) que tinha ligação com o Ministério das Relações Internacionais.

Com isso, percebe-se que as mudanças ocorridas em todo o mundo relativas ao patrimônio, foram impulsionadas por diferentes elementos e contextos históricos e sociais, sendo esses, partes diretamente influente na construção de sentido e significação do patrimônio para cada grupo social, lhe dando significado e noção em uma perspectiva ampla e plural, recebendo designações e atributos mais complexos. (CHOAY, 2006; CASTRO, 2008).

Chuva (2012 b) coloca que a história sempre esteve presente no entendimento do patrimônio cultural, sendo utilizada tanto para investigação como metodologia de pesquisa quanto como disciplina secundária, auxiliando na construção de conhecimento histórico sobre a constituição do patrimônio cultural. Portanto, a autora, alega que há a necessidade de se quebrar as regras que estipulam a divisão histórica entre o que é patrimônio material e imaterial, definição criada por historiadores impulsionados pela formação dos estados nacionais no século XIX, movimento que proporcionou o reconhecimento de diversos conjuntos de bens arquitetônicos e monumentais, além da organização de uma escrita da história nacional. Coloca a necessidade do dialogo entre a matéria e sua representação através da memória, o que seria o sentido para a preservação de determinado monumento ou objeto. Daí, a necessidade de se oferecer ferramentas que propiciam o diálogo interdisciplinar para o entendimento do patrimônio cultural através de novos paradigmas que proporcionem a integração histórica entre a categoria material e imaterial.

Complementando o raciocínio de Chuva (2012 b) D'Alessio (2012), reforça que a história desde sua concepção como ciência no século XX, se ocupa dos vestígios do passado para a construção do conhecimento histórico. Através dessa colocação, o autor liga diretamente o conhecimento histórico com a preservação do patrimônio, seja ele, material ou imaterial. E alega que a relação entre o passado e seus objetos revela além da historicidade de cada sociedade, o sentimento de preservar os traços e contextos construídos com o tempo. Dessa forma, cria-se um vínculo de pertencimento entre a sociedade e a história social e cultural construída por essa sociedade, que assegurada pela memória mantém-se eternizada.

O desenvolvimento científico e tecnológico visto principalmente a partir do final do século XX, criou o que Chuva (2012b) chama de enfrentamento ideológico, social e cultural, que levou a ruptura das utopias e conseqüentemente, um redirecionamento das fronteiras nacionais, resultando na crise de referência cultural do indivíduo contemporâneo. Envolvidos nestas nova

perspectiva, verifica-se o aumento do que se pode chamar de “mergulho no universo singular das identidades locais territorializadas e a proliferação de memórias como característica *sui generis*² da contemporaneidade” (CHUVA, 2012 b p.14), configuração que dá vazão para o diálogo entre a noção de patrimônio instituída por instituições responsáveis como o IPHAN e pesquisadores independentes que exercem a função de configurar o patrimônio cultural com a história (CHUVA, 2012b).

D’Alessio (2012) corrobora com o pensamento de Chuva (2012b) quando coloca que o advento da industrialização causou o que se entende pelo trauma da descontinuidade de modos de vida, formas de trabalho, valores, paisagens e temporalidades. Essa descontinuidade causou a obsessão atual pela busca da memória e identidade social. Porém, essa busca acaba sugerindo ainda mais a perda de referência.

Porém, às diversas iniciativas de se contextualizar a noção de patrimônio cultural, nos auxilia no entendimento da palavra que de acordo com Vogt (2008 p.14):

Etimologicamente, a palavra *patrimônio* deriva do latim e significa herança paterna. Por decorrência, patrimônio cultural constitui uma herança do passado com a qual os homens do presente convivem e a qual pretendem transmitir às gerações futuras.

A declaração de Vogt (2008), sobre a etimologia do patrimônio, reafirma sua funcionalidade de herança do passado que é transmitida de geração em geração através da valorização do que será passado. Assim, conhecer o patrimônio não se resume apenas em identificá-lo como patrimônio pelo simples fato de sua denominação, mas, conhecer um patrimônio local, por exemplo, é admiti-lo como parte da conjuntura social, reconhecendo-o como essencial para o entendimento de particularidades culturais de uma determinada sociedade. Santos (2001), afirma que atualmente verifica-se o crescimento na política de ‘criação do patrimônio’, muitos municípios criam eventos e monumentos que não são representativos para os membros da sociedade local, mas são empurrados como relevantes por atraírem turistas e levarem o nome da cidade como sede de algum evento. Para ele, não basta o poder público “construir” determinada forma de expressão ou monumento, pelo contrário, esses elementos devem ser parte da história e identidade local, não devendo estar alheia à formação social e cultural dos indivíduos. Dessa maneira, para a realização da identificação de um patrimônio cultural local, deve-se sempre levar em conta a sua representatividade histórica e cultural para a

² Expressão em latim que significa: diferente, especial, incomparável, ímpar, original etc.

formação do município e/ou região, pois será através dessa representatividade que se visualizará a identidade e memória refletidas na organização e cultura de cada grupo social.

Para D'Alessio (2012), o patrimônio cultural é abordado como marcas no tempo. O autor proferi que o patrimônio tem como função servir de referência aos indivíduos inseridos em determinado grupo social. As lembranças provocadas pelo patrimônio, tanto material como imaterial, provocam sentimentos que remontam a histórias tanto pessoais como sociais, que conseqüentemente alimentam o sentimento de pertencimento do indivíduo social ao meio em que está introduzido.

Para Gonçalves (2005 p.16-17) o conceito de patrimônio cultural deve ser entendido de maneira ampla e ao mesmo tempo pontual. Para ele:

“Patrimônios culturais” seriam entendidos mais adequadamente se situados como elementos mediadores entre diversos domínios social e simbolicamente construídos, estabelecendo pontes e cercas entre categorias cruciais, tais como passado e presente, deuses e homens, mortos e vivos, nacionais e estrangeiros, ricos e pobres, etc. (GONÇALVES, 2005 p.16-17).

Para contribuir com a colocação de Gonçalves (2005), Silva (2000 p.218) argumenta que “o patrimônio não é só o legado que é herdado, mas o legado que, através de uma selecção consciente, um grupo significativo da população deseja legar ao futuro”. Nesse entendimento, o patrimônio depende do consenso obtido através de uma construção social e cultural, isto é, uma aferição do coletivo que se sente representado pelo patrimônio, através de um processo simbólico de legitimação social e cultural que resulta em um sentimento coletivo de identidade e memória sociais (SILVA, 2000).

O uso do patrimônio como indústria do turismo tornou-se uma forte tendência comercial no mundo inteiro, o que resultou na aparição de alguns percalços, claramente evidenciados e que muitas vezes ridicularizam o patrimônio apresentado (SILVA, 2000). O autor afirma que os modelos de pacotes turísticos estilo ‘Disneylândia’, são os mais comuns e são encontrados em diversas partes do mundo, geralmente concentrados em locais específicos, como grandes centros de interesses econômicos que tem como objetivo principal atrair olhares de turistas. Dentro desse estilo de pacotes turísticos, criam-se personagens, cenários e formas de vida que transmitem ao observador uma ilusão social e cultural que alimenta a indústria do turismo cultural, embasados em imaginários históricos.

É lamentável essa forma de organização para a exploração do patrimônio cultural, pois, ao invés de alimentar o conhecimento do que é parte da identidade de determinado grupo social, evidenciando sua história e memória, há o efeito contrário, distorcendo a memória

coletiva dos grupos sociais que tem identidade social intrínseca no patrimônio, tornando-a vazia e descontextualizada, compreendida como mera representação do irreal (SILVA, 2000).

Assim, a necessidade de estabelecer formas de convivência entre o turismo e o patrimônio através do desenvolvimento durável é uma meta a ser alcançada, Silva (2000) comenta que essa convivência harmônica deve ser pautada em critérios que tenham como missão proporcionar a qualidade de vida e o respeito a todos os indivíduos, seja ele, o turista que recebe as informações ou o sujeito que tem sua representatividade exposta. O não abuso da exposição alegórica do patrimônio e a seriedade da transmissão das informações relativas a ele, certamente produzirá o resultado esperado pelo mercado do turismo, pois atrairá públicos interessados em conhecer e promover o diálogo entre as diferentes culturas associando-as aos contextos históricos mais variados (SILVA, 2000).

A compreensão do patrimônio como representante social e cultural de determinado grupo, pode ser conceituado de diferentes formas, cada qual, com suas especificações; no entanto, para uma conceituação mais genérica sobre o patrimônio material e imaterial na presente pesquisa, se utilizará os conceitos trazidos pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - e pela UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, pois se entende que esses dois órgãos representam não só o poder público, mas o anseio das sociedades por eles representadas.

Buscaremos ainda nesse processo de definição de patrimônio deixar clara sua relevante ligação com a história de formação histórica e cultural de determinada sociedade como sugere Chuva (2012 b).

O IPHAN define patrimônio material, a partir das legislações específicas, que o classifica em quatro livros tombos, divididos em bens móveis e imóveis, estando classificados da seguinte forma:

Livro do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Eles estão divididos em bens imóveis como núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; e móveis como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos (IPHAN, 2014 – Site do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

Em relação ao patrimônio imaterial, a convenção da UNESCO, possui uma definição bem clara, entendendo-o como:

Práticas representações, expressões, conhecimentos e técnicas – com instrumentos, objetos, artesanatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades,

os grupos e, em alguns casos os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural (UNESCO, 2006 p.02).

As duas definições apresentadas pelo IPHAN e pela UNESCO sobre o patrimônio material e imaterial são bastante abrangentes, porém, cada uma delas deve atender a especificidades, isto é, deverão ser compreendidas como parte integrante de uma convenção social adquirida por meio das relações de identidade e memória de uma sociedade, não podendo ser meramente instituída sem que haja um estudo pautado em argumentos coesos para ambas as partes interessadas, ou seja, membros internos - manifestantes e representantes do patrimônio- e membros externos, representantes políticos entre outros.

Assim, embora toda prática cultural se realize localmente e estejam relacionados a grupos sociais determinados, os sentidos locais tendem a ser deslocados de forma abrangente. Dessa forma, as discussões sobre o patrimônio devem ser feitas através da inserção política, econômica e cultural desses grupos, que se encontram localizados em realidades sociais complexas e únicas. É que apesar das influências culturais oriundas da difusão de modelos culturais estrangeiros, muitas das manifestações locais praticadas, mantêm-se firmes no cotidiano desses grupos, sendo transformadas e recriadas a cada geração, adaptando-as a nova realidade, compondo dessa forma, uma identidade cultural dinâmica e ao mesmo tempo, original (CASTRO, 2008; ARANTES, 2001).

Todavia, apesar de todas as tendências de uniformização da cultura, Silva (2000) adverte que no âmbito local, a necessidade de reafirmação das identidades, resulta na preocupação com a preservação do patrimônio, que é visto como parte indissociável do indivíduo, que com ele se identifica, dentro de um espaço e tempo, produzindo elementos simbólicos, que são referências para a manutenção das identidades locais.

Assim, pode-se considerar que cultura e patrimônio cultural são diálogos imprescindíveis para se compreender a formação sociohistórica de qualquer comunidade, entendendo como ela se movimenta e se transforma no decorrer dos tempos históricos.

Essa reflexão nos possibilitou traçar um panorama dos aspectos culturais do município de Imbituba, a partir dos dados obtidos na pesquisa de campo, proporcionando a discussão entre a identidade e memória social e a cultura local, na perspectiva escolar. Relacionando as práticas escolares do Ensino Médio Inovador com a cultura local.

4.1.1 O Levantamento do patrimônio cultural de Imbituba

A presente pesquisa possui um enfoque social, e as pesquisas relativas às ciências sociais são repletas de subjetividades. Porém, esse tipo de pesquisa, assim como qualquer outra pesquisa científica, é desenvolvida com base em métodos sistêmicos, que são capazes de alcançar respostas para determinados problemas levantados (GIL, 1999).

Partindo do referencial proposto por Gil (1999), para se alcançar o objetivo proposto nessa primeira fase da pesquisa de campo, valeu-se de dois importantes métodos de investigação que proporcionaram levantar e sistematizar dados necessários para alcançar os objetivos propostos.

Para a realização do levantamento do patrimônio cultural de Imbituba se amparou na metodologia de pesquisa baseada em identificação, que teve como função elencar os bens tangíveis e intangíveis, bem como sua relação com a história de formação sócio cultural do município e região. A proposta do levantamento foi juntar informações históricas e atuais de uso e preservação dos patrimônios naturais, materiais e imateriais mais expressivos para os setores públicos e representantes praticantes das manifestações culturais organizados.

A metodologia de reconhecimento desses patrimônios baseou-se em conversa informal com representantes do setor público e grupos comunitários responsáveis pelas manifestações. Nessa etapa foi realizado o preenchimento de uma ficha de identificação (Apêndice A), previamente elaborada, com o objetivo de identificar o nome e a natureza do patrimônio, o local onde ele se manifesta (bairro) e o grau de interesse em preservá-lo, além de informações sobre organizações locais interessadas nesse patrimônio e fatores que o afetam. Além disso, agregaram-se à documentação, informações acerca do patrimônio cultural material, imaterial e natural examinando (história) e documentação fotográfica naqueles disponíveis. Estes dados são indispensáveis para que o patrimônio cultural observado seja adequadamente identificado e caracterizado.

A base de formação e prática cultural do município de Imbituba caracteriza-se pela herança cultural de base luso-açoriana, representadas por inúmeras manifestações de religiosidade, festividade, saberes e crenças, enraizadas no cotidiano de muitas comunidades do município, essas práticas foram citadas pelo poder público, bem como o local onde são manifestadas. No que se refere ao patrimônio material, foram citados pelo poder público, apenas os monumentos arquitetônicos e ruína, que se concentraram em três comunidades específicas: Mirim, Vila Nova e Centro.

Quanto aos patrimônios naturais destacaram as praias, as dunas e a baleia franca austral, como patrimônios naturais de forte identidade para o poder público, pois, atribui-se a esses elementos a formação da história social e econômica do município, partindo desde a pesca da baleia na época do império, até os dias atuais como a pesca e o turismo de praias e da observação da baleia.

Metodologicamente o levantamento foi realizado em duas etapas que atenderam ao objetivo final da identificação dos bens tangíveis e intangíveis de maior expressividade em Imbituba.

4.1.1.1 Primeira etapa

Buscaram-se informações em setores públicos, como Prefeitura Municipal e departamentos de cultura, turismo e patrimônio. Essa estratégia valeu-se por acreditar que esses departamentos são mediadores entre a sociedade e sua representatividade cultural, sendo responsáveis por dinamizar e preservar as formas de expressões, patrimônios arquitetônicos e naturais considerados de maior expressividade no município. Durante esse processo, foi adquirido os contatos com os representantes dos Grupos Culturais responsáveis pela perpetuação das manifestações tradicionais; também foi dado início ao preenchimento da ficha de identificação do patrimônio. Foram citadas 5 (cinco) comunidades reconhecidas pelo poder público, como detentoras de grupos culturais e edificações históricas importantes, são elas: Mirim, Vila Nova, Centro, Paes Leme e São Tomaz, porém, algumas formas de expressões e saberes encontram-se dispersas em todo o município e regiões próximas, não havendo uma comunidade específica que as desenvolvam. Em relação aos patrimônios materiais representados pelas edificações históricas, adquiriram-se informações relativas ao tombamento municipal das edificações e seu estado de conservação, bem como proprietários. Quanto ao patrimônio natural, obteve-se a informação que esse se encontra em toda a extensão do município, se caracterizando como uma faixa de terra com praias, dunas, lagoas, frequentadas pelas baleias francas em determinados períodos do ano.

4.1.1.2 Segunda etapa

Após, obterem-se os contatos dos representantes dos grupos culturais e informações relativas às edificações históricas, e patrimônios naturais, realizou-se a pesquisa nas comunidades elencadas pelo poder público como locais que ocorrem as manifestações culturais e onde estão situados os patrimônios arquitetônicos mais expressivos historicamente no município.

Quanto aos patrimônios imateriais, a pesquisa realizada junto ao poder público auxiliou para a obtenção dos contatos dos representantes dos grupos culturais que preservam as manifestações folclóricas e saberes tradicionais. Nessa etapa do levantamento, conversou-se com esses representantes, onde se coletaram fotos e informações superficiais sobre as manifestações e saberes, sendo necessária a aquisição de dados bibliográficos sobre as histórias de origem dos patrimônios durante o preenchimento da ficha de identificação. Também nessa ocasião, realizaram-se as fotos, das edificações históricas e patrimônios naturais, sendo algumas delas retiradas de sites, como as fotos antigas das edificações, por não haver arquivo público que disponibilizasse esse material, sendo possível apenas encontrá-los em posse de moradores e fotos das baleias francas, devido ao grau de dificuldade em fotografá-las.

4.1.2 Patrimônio cultural material

Dentre os patrimônios culturais materiais identificados no município de Imbituba destacaram-se 14 (quatorze), edificações, consideradas pelo poder público como de maior relevância histórica são elas: ruínas da armação baleeira, capela de São Pedro, Cerâmica Imbituba, Igreja Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Igreja Santa 'Ana da Vila Nova, instalações do Porto incluem os prédios do escritório e da cooperativa, prédio da antiga rádio conhecida como torres Gêmeas, prédio da antiga usina elétrica (atual museu do Porto), igreja de Sant'Ana do Mirim, hotel Imbituba, ferrovia Teresa Cristina em Imbituba, Conjunto arquitetônico da praça do Mirim, centro de Imbituba e praça da Vila Nova.

Todos esses elementos dos patrimônios representam a história e a formação social, econômica e cultural da região. A seguir faremos a descrição de cada um deles, bem como a contextualização histórica de sua formação.

I – Ruína da Armação Baleeira (Barracão da Baleia)

As ruínas da armação baleeira são constituídas pelas componentes utilizados antigamente na pesca da baleia, incluindo a estrutura da chaminé, estrutura de suporte de uma serra para ossos, tanque, peças de autoclaves de processamento da gordura das baleias, guincho e motor de uma embarcação, que se encontra em estado de conservação satisfatório. Estes componentes atualmente estão abrigados no prédio do Museu da Baleia de Imbituba,

reconstruído a partir da ruína por iniciativa da comunidade e do Projeto Baleia Franca no ano de 1998. A edificação localiza-se na Rua Itagiba no bairro Vila Alvorada.

O tombamento das ruínas da antiga estação baleeira de Imbituba foi feito pelo Decreto Municipal nº039 de 21 de setembro de 1998.

Sua história está intimamente ligada a pesca da baleia entre os anos de 1796 a 1976, sendo a última armação da baleia a ser desativado em 1973 (PROJETO BALEIA FRANCA, 2014; PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA, 2014).

As ruínas tombadas e o barracão da baleia reconstruído possuem grande representatividade histórica para o município, pois evidenciam a importância da pesca da baleia durante a época do Império.

Figura 3 - Barracão da baleia reconstruído.



Fonte: Autora, 2014

Figura 4 – Barracão da Baleia original s/d



Fonte: Página de Memórias de Imbituba no Facebook, 2014

Figura 5 - Chaminé



Fonte: Museu da Baleia de Imbituba, 2015.

Figura 6 – Motor de uma embarcação.



Fonte: Museu da Baleia de Imbituba, 2015.

Figura 7 - Tanque e autoclave.



Fonte: Museu da Baleia de Imbituba, 2015.

Figura 8 – Guincho.



Fonte: Museu da Baleia de Imbituba, 2015.

II – Capela São Pedro

A Capela foi construída no ano de 1898, na Rua Manoel Florentino, dentro das dependências do Porto no Bairro de Vila Alvorada. Está mal conservada e raramente é utilizada nos ritos católicos, já que encontra-se nas dependências do Porto desde 1919, o que dificulta o acesso da comunidade ao patrimônio. A Capelinha da Praia como é conhecida pela comunidade, está na origem da formação histórica e cultural do município de Imbituba. Ela comportava a imagem de Nossa Senhora da Imaculada Conceição doada em 1898, no entanto, após a construção da Igreja Matriz, em 1954 a santa foi transferida para lá e a capela passou a ser chamada de Capela São Pedro. (DIARIO DO SUL, 2014; CDIPORT, 2014).

Figura 9 – Capela São Pedro (Capelinha da Praia) atualmente Figura 10 – Capela São Pedro (Capelinha da Praia) s/d



Fonte: Autora, 2014



Fonte: Página de Memórias de Imbituba no Facebook, 2014

III – Cerâmica Imbituba

A Cerâmica Henrique Lage está incorporada na história de desenvolvimento e formação econômica e social do município de Imbituba, que no passado teve reconhecimento internacional pela qualidade e beleza de suas peças cerâmicas. A edificação da antiga Cerâmica Henrique Lage foi construída no ano de 1919 por Henrique Lage, e tinha como objetivo fabricar louças para abastecer os navios de passageiros da Organização Henrique Lage. No entanto, alterações na economia, fizeram com que ocorresse a produção de azulejos. No ano de 1952, a cerâmica mudou sua razão social para Cerâmica Imbituba S/A e após o falecimento do engenheiro João Rimsa, ela passou por problemas financeiros. Diversos administradores

tentaram e não conseguiram manter o ritmo de produção, foi quando abriu falência no ano de 2009 (PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA, 2014).

Figura 11 – Antigo edifício da indústria cerâmica de Imbituba S.A



Fonte: Autora, 2014

Figura 12 – Visão da indústria cerâmica de Imbituba S.A na década de 70



Fonte: Página de Memórias de Imbituba no Facebook, 2014

IV – Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição

A história da Paróquia Nossa Senhora Imaculada Conceição tem início no ano de 1878, quando um navio inglês carregando material para a construção da estrada de ferro dona Tereza Cristina naufraga nas praias de Imbituba. O comandante do navio era um irlandês católico que ao atracar em Imbituba doa uma imagem de Nossa Senhora da Imaculada Conceição ao vigário da Paróquia do Mirim, que logo passou a mesma para a Capelinha da Praia, ficando por lá até a inauguração da Igreja Matriz em 8 de dezembro de 1954. A imagem da Imaculada Conceição foi talhada em madeira no estilo rococó, uma peça raríssima de valor comercial e artístico, que foi roubada da igreja ano de 1982, até hoje não se sabe o paradeiro da Imagem (IGREJA MATRIZ DE IMBITUBA, 2012).

A igreja matriz de Nossa Senhora da Imaculada Conceição possui estilo arquitetônico tardio colonial. O altar-mor foi doado pela família Catão e pertencia a uma igreja do Rio de Janeiro, formado de mármore branco de Carrara com estilo gótico (IGREJA MATRIZ DE IMBITUBA, 2012).

Figura 13 – Igreja matriz Nossa Senhora da Imaculada Conceição



Fonte: Autora, 2014

Figura 14 – Igreja matriz sendo inaugurada em 08 de dezembro de 1954



Fonte: Página de Memórias de Imbituba no Facebook, 2014

V – Igreja Santa’Ana da Vila Nova

A história da construção da Igreja de Santa’ Ana de Vila Nova, se entrelaça com a história da formação da Capitania de Santana no ano de 1534, quando as terras brasileiras foram divididas em capitanias. No ano de 1622, os padres missionários denominados Antônio Araújo e Pedro da Mota, chegaram à região de Imbituba, com a atribuição de catequizar os índios Carijós presentes na região, porém, para tal missão, os padres se fixaram no Santuário de Santana em Vila Nova até 1624. A presença dos padres ao Santuário deu grande visibilidade à vila, o que impulsionou a fundação da freguesia de Vila Nova no ano de 1755. A primeira Capela da Vila Nova foi construída no ano de 1747, apresentando uma estrutura simples de pau-a-pique e cobertura de palha. Passados sete anos, o Rei D. João V instruiu para que fosse construída uma igreja com uma estrutura melhor na Vila Nova. Diante dessa licença de Dom João, em 1 de março de 1753 o Alvará Régio autorizou a criação da Paróquia, sendo terminada sua construção no ano de 1765 (SERAFIM, 2006).

A edificação está localizada na Rua Santana, na praça do Distrito de Vila Nova, no bairro de Vila Nova, e foi tombada pela Fundação Catarinense de Cultura: Registro- P.T. nº: 103/98. Decreto nº 2.995 de 25 de junho de 1998, notificação número: 016/97. Apresenta estado de conservação satisfatório, tendo sua arquitetura modificada, com o acréscimo de uma torre.

Figura 15 – Igreja de Santa’ Ana de Vila Nova atualmente



Fonte: Autora, 2014

Figura 16 – Igreja de Santa’ Ana de Vila Nova com apenas uma torre s/data



Fonte: Página de Memórias de Imbituba no Facebook, 2014

VI – Instalações do escritório e cooperativa do Porto

A implantação efetiva da estrutura do Porto Henrique Lage, esteve ligado ao embarque do carvão, descoberto no sul catarinense no início do século XIX. A partir de 1889, o Porto de Imbituba já era considerado o principal local de escoamento de carvão do sul do Brasil. Porém, apenas no ano de 1919 é que a obra completa do Porto foi efetivada. Álvaro Monteiro de Barros Catão - diretor da Estrada de Ferro Tereza Cristina e Henrique Lage iniciaram o processo de construção dos molhes de proteção, prédios administrativos e os armazéns da cooperativa do porto. A cooperativa do porto era composta por um conjunto de lojas e ferragens, açougue, padaria e farmácia e situava-se ao lado do prédio administrativo do porto, hoje ainda utilizado para este mesmo fim (SERAFIM, 2006).

Localiza-se na Av. Presidente Vargas – dependência do porto, no bairro de Vila Alvorada. Não é tombada. Encontra-se em estado de conservação satisfatório, sendo utilizada ambas as edificações em prol do Porto - uma como departamento administrativo e outra como garagem. As duas edificações passam por reformas regularmente, não havendo modificações na sua estrutura original.

Figura 17 – Instalações administrativas do Antigo Porto Henrique Lage



Fonte: Autora, 2014

Figura 18 – Prédio da antiga cooperativa do porto de Imbituba, atual garagem do Porto



Fonte: Autora, 2014

Figura 19 – Instalações administrativas do antigo Porto Henrique Lage na década de 50 (à direita). Prédio da Cooperativa do Porto de Imbituba (a esquerda)



Fonte: Página de Memórias de Imbituba no Facebook, 2014

VII – Prédio da antiga rádio (Torres Gêmeas)

O prédio da antiga rádio foi construído no ano de 1935 e apresenta estilo neocolonial. A edificação é conhecida popularmente como Torres Gêmeas, por tratar-se de dois edifícios semelhantes. Na época da idealização da rádio Difusora de Imbituba, o objetivo principal era criar um instrumento de comunicação a serviço do Porto e da pequena população que se instalou na região de Imbituba. A criação efetiva da rádio se deu em 1956 pelo Grupo Catão, administradores da Companhia Docas de Imbituba responsáveis pelo Porto. A rádio iniciou oficialmente suas atividades de programação no dia 1 de outubro de 1956, com a presença do radialista Manoel Martins apresentando a banda Jazz de Imbituba e a cantora Valcária Pacheco (MANOEL, 2014).

Localiza-se na Av. Dr. João Rimsa, no bairro Centro e foi tombada pelo município (Conselho Municipal de Patrimônio Artístico e Cultural - COMPAC), conforme consta na Av.2-11.999, nos termos da Resolução n 01/COMPAC/2007, publicada no diário oficial SC n 18.343, em 16/04/2008. Encontra-se em estado de conservação satisfatório, sendo utilizada pela EMACOBRAS – Imóveis comércio e serviços. As edificações passam por reformas regularmente, não havendo modificação na sua estrutura.

Figura 20 – Prédio da rádio – Torres Gêmeas, atualmente



Fonte: Autora, 2014

Figura 21 – Prédio da rádio – Torres Gêmeas, atualmente



Fonte: Autora, 2014

Figura 22 – Prédio da antiga rádio Bandeirantes – Torres Gêmeas s/data



Fonte: Pagina do facebook de Memórias de Imbituba, 2014

VIII – Prédio da antiga Usina Elétrica

A Usina Termoelétrica de Imbituba representa parte significativa da história do desenvolvimento econômico e social do município e região. O projeto da edificação é do ano de 1917 e sua construção foi iniciada em 1920, sob a administração do engenheiro Álvaro Monteiro de Barros Catão. A criação da Usina Elétrica teve como objetivo produzir energia elétrica através da combustão de carvão para suprir as necessidades do Porto de Imbituba, além de fornecer energia para alguns estabelecimentos comerciais do município. A Usina foi inaugurada no ano de 1923, passando por reformas de ampliação no final da década de 40, pois era necessário atender a demanda do aumento do consumo de energia elétrica nas localidades da região de Imbituba. A Usina Termoelétrica funcionou a todo o vapor durante aproximadamente 40 anos, quando em 1963 ela foi parcialmente desativada pela Cia. Docas de Imbituba. Sendo completamente desativada após a implantação da CELESC da ICC. Atualmente o edifício, localizado na Av. Dr. João Rimsa, no bairro Centro, pertence à Companhia Docas e é utilizado como museu com a denominação de Museu da Usina (SANTANA, 2014).

Figura 23 – Prédio da Antiga Usina Elétrica de Imbituba, atualmente



Fonte: Autora, 2014

Figura 24 – Casal de noivos João Cechinel e Terezinha Duarte, posando para foto. Ao fundo, a edificação da Usina Termoelétrica de Imbituba no ano de 1952



Fonte: Maria Aparecida Samato Santana, 2014

IX – Igreja Santa’Ana do Mirim

A história da Igreja de Santa’ Ana do Mirim encontra-se ligada à formação da freguesia de Santa’ Ana do Mirim, demarcada por determinação da câmara municipal de Laguna em 13 de julho de 1852. A data da edificação oficial da Igreja é do ano de 1844. Logo, em 28 de abril de 1856 a igreja foi elevada à categoria de Paróquia através da lei Provincial n° 413. No ano de 1929 o Padre César Rossi, vigário da época, conseguiu recursos financeiros para remodelar a Igreja já edificada, constituindo o modelo que existe hoje. A Igreja do Mirim, localizada na Rua Espírito Santo, possui estilo colonial que foi sendo modificado com o tempo, porém mantém em sua aparência as características marcantes, apresentando ainda apenas uma torre. A parte traseira da Igreja, onde se localiza o altar-mor, encontra-se bastante preservada, sendo elemento construído da primeira Igreja (SOUZA, 2012; MIRIM ONTEM E HOJE, 2011).

Figura 25 – Igreja de Santa’ Ana de Mirim, atualmente. Figura 26 – Igreja de Santa’ Ana de Mirim em 1912



Fonte: Autora, 2014



Fonte: Página do blogspot Mirim ontem e hoje, 2014

X - Conjunto arquitetônico da Praça do Mirim

Foram identificados na comunidade de Mirim 7 (sete) edificações distribuídas entre as ruas: Espírito Santo, Odilson Pratés e João Carvalho. Todas possuem a descrição individual quanto ao seu grau de conservação.

As casas que antigamente compunham o conjunto arquitetônico da Praça do Mirim eram originalmente de estilo luso-açoriano, porém, basicamente todas foram demolidas ou ruíram, e a única residência que sobrou com este estilo foi reformada mantendo as características originais (figura 30). As demais edificações históricas que restaram compreendem o período da década de 20 a 60 e encontram-se em posse de herdeiros e da Prefeitura Municipal no caso da antiga Escola Reunida, atualmente ocupada pela central do correio no Mirim. Essas construções fazem parte da memória local e são detentoras de história presente nas suas peculiares características da arquitetura açoriana, que ainda sobreviveram ao passado. Vale ressaltar que as edificações da década de 20 e 60 são semelhantes as encontradas nas ilhas dos açores atualmente, e certamente possuem o mesmo vínculo arquitetônico e histórico.

Quadro 1- Conjunto de edificações históricas presentes na praça da comunidade do Mirim.



Fonte: Autora, 2014

Endereço: Rua Espírito Santo/Modelo arquitetônico: Neoclássico/Data da construção: 1920-1930/Proprietário: Cláudia Regina de Carvalho/Estado de Conservação: Regular/Modificações realizadas: Não



Fonte: Autora, 2014

Endereço: Rua Espírito Santo/Modelo arquitetônico: Neoclássico/Data da construção: 1920-1930/Proprietário: Jair Cardoso/ Estado de Conservação: Regular/Modificações realizadas: Sim



Fonte: Autora, 2014

Endereço: Rua Espírito Santo/Modelo arquitetônico: Neoclássico/Data da construção: 1920-1930/Proprietário: Edite Cardoso/Estado de Conservação: Ruim/Modificações realizadas: Sim (demolição da residência, restando apenas a fachada).



Fonte: Autora, 2014

Endereço: Rua Espírito Santo/Modelo arquitetônico:
Casa açoriana/Data da construção: 1800-
1900/Proprietário: João Barreto/Estado de Conservação:
Regular/Modificações realizadas: Sim (restauração)



Fonte: Autora, 2014

Endereço: Rua Odilson Prátes/Modelo arquitetônico:
Neoclássico/Data da construção: 1960/Proprietário:
Maria dos Santos Dalbosco/Estado de Conservação:
Bom/Modificações realizadas: Sim (ampliação e
reforma)



Fonte: Autora, 2014

Endereço: Rua João de Carvalho/Modelo arquitetônico:
Neoclássico/Data da construção: 1920-
1930/Proprietário: João Barreto/Estado de Conservação:
Bom/Modificações realizadas: Não



Fonte: Autora, 2014

Endereço: Rua Espírito Santo/Modelo arquitetônico: Neoclássico/Data da construção: 1940-1950/Proprietário: Prefeitura Municipal de Imbituba/Estado de Conservação: Regular/Modificações realizadas: Sim (restauração e modificações). Utilizado atualmente como central do correio do Mirim, até o final da década de 70 foi utilizada como escola reunida.

XI - Conjunto arquitetônico do Centro de Imbituba

Realizou-se o levantamento das edificações distribuídas entre as ruas do entorno da Praça Henrique Lage e as ruas Quirino Bocaiúva e Irineu Bornhausen e as Avenidas principais Dr. Álvaro Catão, Dr. João Rimsa e Avenida Manoel Florentino Machado, onde se verificou 16 (dezesseis) edificações históricas construídas entre 1920 e 1935, grande parte com estilo arquitetônico neoclássico e neoclássico francês, apresentando algumas descaracterizações por conta de constantes reformas.

Quadro 2- Conjunto de edificações históricas presentes no Centro de Imbituba.



Fonte: Autora, 2014

Endereço: Avenida Dr. João Rimsa/Modelo arquitetônico: Neoclássico/Data da construção: 1923-1935/Proprietário: Adelfo Pamato/Estado de Conservação: Bom/ Modificações realizadas: Sim (telha)



Fonte: Autora, 2014

Endereço: Avenida Dr. João Rimsa/Modelo
arquitetônico: Neoclássico/Data da construção: 1923-
1935/Proprietário: Eduardo P.Ferreira/Estado de
Conservação: Bom/ Modificações realizadas: Sim
(telha)



Fonte: Autora, 2014

Endereço: Avenida Dr. João Rimsa/Modelo
arquitetônico: Neoclássico/Data da construção: 1923-
1935/Proprietário: José Domingos Lima/Estado de
Conservação: Regular/ Modificações realizadas: Sim
(telha)



Fonte: Autora, 2014

Endereço: Avenida Dr. João Rimsa/Modelo
arquitetônico: Neoclássico/Data da construção: 1923-
1935/Proprietário: Airon da Silva Acosta/Estado de
Conservação: Bom/ Modificações realizadas: Sim
(telha)



Fonte: Autora, 2014

Endereço: Rua Quirino Bacaiúva/Modelo arquitetônico: Neoclássico/Data da construção: 1920/Proprietário: Roberto Vila Real/Estado de Conservação: Ruim/ Modificações realizadas: Não



Fonte: Autora, 2014

Endereço: Rua Quirino Bacaiúva/Modelo arquitetônico: Neoclássico Francês/Data da construção: 1923-1935/Proprietário: Coopeimb/Estado de Conservação: Bom/ Modificações realizadas: Sim (telha) e parte interna.



Fonte: Autora, 2014

Endereço: Praça Henrique Lage/Modelo arquitetônico: Neoclássico Francês/Data da construção: 1923-1935/Proprietário: Osmar Machado/Estado de Conservação: Ruim/ Modificações realizadas: Não



Fonte: Autora, 2014

Endereço: Avenida Dr. Álvaro Catão/Modelo
arquitetônico: Neoclássico Francês/Data da construção:
1923-1935/Proprietário: Jesiel Patamo
Estado de Conservação: Bom Modificações realizadas:
Sim (telha)



Fonte: Autora, 2014

Endereço: Avenida Dr. Álvaro Catão/Modelo
arquitetônico: Neoclássico Francês/Data da construção:
1923-1935/Proprietário: Margarita Aldona
Minniauska/Estado de Conservação: Bom/
Modificações realizadas: Sim (telha)



Fonte: Autora, 2014

Endereço: Rua Quirino Bacaiúva/Modelo arquitetônico:
Neoclássico/Data da construção: 1920/Proprietário:
Roberto Vila Real/Estado de Conservação: Ruim/
Modificações realizadas: Sim (telha)



Fonte: Autora, 2014

Endereço: Avenida Manoel Florentino
Machado/Modelo arquitetônico: Neoclássico/Data de construção: 1923-1935/Proprietário: Djalma Fernandes
Estado de Conservação: Ruim/ Modificações realizadas: Não.



Fonte: Autora, 2014

Endereço: Avenida Manoel Florentino
Machado/Modelo arquitetônico: Neoclássico/Data de construção: 1923-1935/Proprietário: Cia Docas
Estado de Conservação: Ruim Modificações realizadas: Não



Fonte: Autora, 2014

Endereço: Rua João Rimsa/Modelo arquitetônico: Neoclássico Francês/Data de construção: 1923-1935/Proprietário: Prefeitura Municipal de Imbituba/Estado de Conservação: Bom/ Modificações realizadas: Sim (telha)



Fonte: Autora, 2014

Endereço: Praça Henrique Lage/Modelo arquitetônico: Neoclássico Francês/Data de construção: 1923-1935/Proprietário: Desconhecido/Estado de Conservação: Bom Modificações realizadas: Não



Fonte: Autora, 2014

Endereço: Rua Quirino Bocaiúva/Modelo arquitetônico: Neoclássico/Data de construção: 1923-1935/Proprietário: ISO - Indústria da Solidariedade/Estado de Conservação: Bom/ Modificações realizadas: Sim (telha)



Fonte: Autora, 2014

Endereço: Praça Henrique Lage/Modelo arquitetônico: Neoclássico/Data de construção: 1923-1935/Proprietário: Desconhecido/Estado de Conservação: Bom/ Modificações realizadas: Sim (telha)

Figura 27 – Visão parcial da praça Henrique Lage s/data. Presença de algumas das residências mapeadas



Fonte: Página do facebook de Memórias de Imbituba, 2014

XII - Conjunto arquitetônico da Praça da Vila Nova

Realizou-se o levantamento das edificações distribuídas entre as ruas do entorno da Praça de Santana da Vila Nova, abrangendo as ruas: Santana, Bel Teixeira, Vila Paraíso e Pires Silveira.

O patrimônio arquitetônico que ainda resta no entorno da praça do Distrito de Vila Nova no município de Imbituba, mostra um pouco da história viva da comunidade nas décadas de 40 e 50, já que as casas de estilo açoriano que existiam na época da formação da Vila e fundação da igreja, não existe mais. Grande parte das residências encontra-se em posse de herdeiros e de moradores idosos que se encontram sob cuidados de filhos. Essas construções fazem parte da memória local e são detentoras da história presente nas suas peculiaridades arquitetônicas.

Quadro 3- Conjunto de edificações históricas presentes na praça da comunidade de Vila Nova.

	<p>Endereço: Rua Santana/Modelo arquitetônico: Eclético muito alterado /Data da construção: 1920-1930/Proprietário: Igreja Santa' Ana da Vila Nova/Estado de Conservação: Bom/Modificações realizadas: Sim (restaurado)</p>
	<p>Endereço: Rua Santana Travessa Rua Vila Paraíso/Modelo arquitetônico: Traços de Art Déco, porém muito alterada /Data da construção: 1940-1950/Proprietário: Joana Olegário/Estado de Conservação: Regular/Modificações realizadas: Sim (durante a reforma foi modificada as janelas, telhas e assoalho)</p>
	<p>Endereço: Rua Bel Teixeira/Modelo arquitetônico: Volumetria similar ao casarão colonial. Muito alterada /Data da construção: 1940-1950/Proprietário: Cheonoe Nascimento/Estado de Conservação: Regular/Modificações realizadas: Sim (durante a reforma foi modificada as telhas).</p>

Fonte: Autora, 2014

Fonte: Autora, 2014

Fonte: Autora, 2014



Fonte: Autora, 2014

Endereço: Rua Santana travessa Rua Bel Teixeira/Modelo arquitetônico: Eclético alterado /Data da construção: 1940-1950/Proprietário: Leonor Pires/Estado de Conservação: Regular/Modificações realizadas: Sim (durante a reforma foi modificada as telhas



Fonte: Autora, 2014

Endereço: Rua Pires Silveira/Modelo arquitetônico: Volumetria similar ao casarão colonial. Alterada /Data da construção: 1940-1950/Proprietário: Gabriel Garcia/Estado de Conservação: Ruim/Modificações realizadas: Sim (durante a reforma foi modificada as telhas e construído muro ligado a parede)



Fonte: Autora, 2014

Endereço: Rua Pires Silveira travessa Rua Santana/Modelo arquitetônico: Sem estilo definido /Data da construção: 1940-1950/Proprietário: Desconhecido/Estado de Conservação: Bom/Modificações realizadas: Sim (durante a reforma foi modificada as telhas e janelas)



Fonte: Autora, 2014

Endereço: Rua Santana/Modelo arquitetônico: Volumetria similar ao casarão colonial. Alterada /Data da construção: 1940-1950/Proprietário: Maria Francisco Jorge/Estado de Conservação: Bom/Modificações realizadas: Sim (durante a reforma foi modificada as telhas e janela lateral)



Fonte: Autora, 2014

Endereço: Rua Santana/Modelo arquitetônico: Volumetria similar ao casarão colonial. Alterada /Data da construção: 1940-1950/Proprietário: Maria Francisco Jorge/Estado de Conservação: Bom/Modificações realizadas: Sim (durante a reforma foi modificada as telhas e detalhe em madeira na fachada)



Fonte: Autora, 2014

Endereço: Rua Santana/Modelo arquitetônico: Eclética alterada /Data da construção: 1940-1950/Proprietário: Maria de Lourdes Nascimento/Estado de Conservação: Bom/Modificações realizadas: Sim (durante a reforma foi modificada as telhas)

XIII – Hotel Imbituba

O Grande Hotel de Imbituba fez parte de um dos melhores momentos econômicos do município, construído em 1919/1920, a edificação possui padrão neoclássico francês e era considerado até meados do século XX um dos hotéis mais luxuosos do sul do Brasil. Muitas foram as famílias e pessoas da alta sociedade brasileira que se hospedaram no Grande Hotel de Imbituba uma delas foi à Família Imperial do Brasil, Pedro Gastão e João d' Orleans e Bragança no ano de 1935. O Hotel possuía boa localização, situado na região central do município, próximo ao Porto e voltado com a frente para a Ferrovia, o que facilitava o transporte de passageiros, que muitas vezes vinham de outras cidades e estados para participar de comemorações e demais festividades na região (MARTINS, S/D; SERAFIM, 2006).

Localiza-se na Av. Dr. Álvaro Catão, no bairro Centro. Foi tombado pelo município (Conselho Municipal de Patrimônio Artístico e Cultural - COMPAC), conforme consta da Av.2-12.001 nos termos da Resolução n 01/COMPAC/2007, publicada no diário oficial SC n 18.343, em 16/04/2008. Encontra-se em estado de conservação ruim, não sendo utilizado no momento.

Figura 28 – Hotel Imbituba atualmente fechado



Fonte: Autora, 2014

Figura 29 – Hotel Imbituba atualmente fechado



Fonte: Foto disponível no blog Manoel Martins, 2014

XIV – Ferrovia Teresa Cristina em Imbituba

A estação ferroviária inaugurada em 01 de setembro de 1884 em Imbituba teve grande comemoração ao som da banda municipal de Imaruí. O empreendimento fundado por uma empresa inglesa denominada A E.F. Dona Teresa Cristina, tinha como função principal, transportar o carvão das Minas de Lauro Muller para o Porto de Imbituba. A história da Ferrovia mantém uma ligação forte com a história e o desenvolvimento do município de Imbituba. Hoje, ela é lembrada como a propulsora do desenvolvimento juntamente com o Porto (PLANETA FERROVIA, 2014).

Localiza-se na Av. Dr. Álvaro Catão, no bairro Centro. Não é tombada, sendo de propriedade da FTC – Ferrovia Teresa Cristina e emprestada a prefeitura municipal, sendo utilizada como ponto de informações turísticas. Foi reconstruída, porém, mantém algumas características da antiga estação.

Figura 30 – Atual Estação ferroviária utilizada como ponto de informações turísticas



Fonte: Autora, 2014

Figura 31 – Antiga Estação Ferroviária de Imbituba s/data



Fonte: Manoel Martins Retratos de Imbituba, 2014

4.1.3 Patrimônio cultural imaterial

Quanto aos patrimônios imateriais, foram identificados um total de 18 (dezoito) patrimônios no município, são eles: boi de mamão, terno de reis, cantoria do divino, festa do divino espírito santo, história de boitatá, história de lobisomem, história de bruxa, quadrilha, ratoeira, renda de bilro, benzedura, pesca artesanal, brincadeiras de base luso-açoriana, alimentos de base luso-açoriana, pau de fita, , pão-por- deus, malhação de Judas e coberta d'alma, sendo que esta última encontra-se em processo de enfraquecimento na comunidade do Mirim, onde identificou-se sua manifestação, assim como em todo o município.

A seguir serão descritos os patrimônios imateriais identificados em Imbituba, buscando interligá-los com o contexto histórico de formação sócio cultural da região com a herança cultural trazida pelos colonizadores luso-açorianos e sua recriação através das influências indígenas.

I - Boi de mamão

O boi de mamão é um folguedo cultural e está ligado ao ciclo natalino. Sua representação tem como base os animais do presépio como: o boi e o burrinho, que de acordo com o folclore disponibilizam a manjedoura para colocar o Filho de Deus o 'Menino Jesus'. O

ato da ressurreição do boi, também revela a dimensão simbólica do sagrado (MARTINS, 1995; SOARES, 1978).

Sabe-se que há diversas atribuições quanto a origem e nome da manifestação. Abordaremos nesta pesquisa quatro delas exposta por quatro autores.

Para Soares (1978) a brincadeira do boi de mamão está incluída entre os folguedos culturais com dança, e sua origem está ligada a manifestação do bumba-meu-boi que chegou a Santa Catarina pela herança cultural do nordeste do Brasil.

Segundo Piazza (1953) o folgado teve origem com os descendentes lusos, sendo sua origem em Santa Catarina com a chegada dos imigrantes açorianos. Porém há divergências quanto essa hipótese, já que Pereira (2010) afirma que o folgado chegou a ilha de Santa Catarina trazido pelos Espanhóis, que estiveram presentes na região nos anos de 1500 e 1800, não admitindo a influência do bumba meu boi nordestino. Todavia, Uriarte (2006) argumenta que a incorporação do folgado tem a ver com a presença açoriana no litoral de Santa Catarina, que se deve as características das cantorias apresentando trechos com uso de fonemas e os instrumentos musicais como: tamborim, pandeiro, gaita, tambor e violão utilizados durante a encenação.

De acordo com Serafim (2006 p.110) a origem do nome em Imbituba diz respeito a “utilização, no passado, de mamões verdes para confeccionar a cabeça do boi. Daí o termo boi-de-mamão”.

Atualmente no município a brincadeira do boi é realizada nos meses de junho e julho época das festas juninas, muitas escolas montam seus grupos individualmente e se apresentam na própria instituição. Porém, o Grupo de Mães Santo Anjo da Vila Santo Antônio, em Imbituba possui um grupo formado por homens e mulheres que tem a iniciativa de preservar a manifestação e desenvolve a brincadeira nos locais onde são convidados a se apresentar.

II - Terno de Reis

O terno de reis atualmente é pouco conhecido principalmente entre a juventude de Imbituba, por ser uma tradição associada a Igreja, muitos a consideram uma tradição do passado, assim como as demais manifestações, sendo que algumas ainda são lembradas nas festas juninas.

O terno de reis é uma manifestação de cunho religioso e tem sua origem na Europa. Ele celebra a divindade de Cristo, dia da adoração dos Reis Magos ao Menino Jesus. Historicamente no ano de 376 o papa Júlio I intitulou o dia 25 de dezembro como sendo a data

no nascimento de Jesus Cristo, filho de Deus. Nesse dia, realizou-se uma grande celebração em homenagem ao Salvador. Todavia, nesse período na Roma pagã o dia 6 de janeiro era dedicado a celebração do tríplice triunfo de Augusto César, tornando-se a data destinada a celebração dos três Reis Magos que visitaram o Menino Jesus em Belém. Segundo a tradição do terno de reis, tudo no terno de reis deve lembrar três, já que foram três os Reis Magos que visitaram o Menino Jesus, foram três presentes oferecidos (ouro, mirra e incenso), e são três os principais cantores de Reis (CÓRDOVA, 1991).

No Brasil a manifestação foi trazida e deixada como herança pelos colonizadores portugueses. Em Santa Catarina sabe-se que a tradição da manifestação foi incorporada como cultura através dos açorianos que no período da colonização trouxeram para o litoral diversas manifestações culturais, transmitindo sua religiosidade até os dias atuais (FARIAS, 2000).

Em Imbituba o Grupo Folclórico Estrela Guia mantém vivo o folclore do terno de reis a mais de 70 anos, sendo passado de geração em geração. O Grupo tem sua sede no Distrito de Vila Nova e se apresenta anualmente nas residências de fiéis da região.

III – Cantoria do Divino

Culturalmente a tradição ao culto do divino espírito santo, tem sua origem no cristianismo proveniente do dogma da santíssima trindade, também representado pelo Pai, Filho e o espírito santo, celebrado dentro da liturgia cristã. A figura do Espírito Santo possui visibilidade dentro da religiosidade católica e sua origem histórica é conhecida através do ato do cisterciense denominado Joaquim de Fiori que entre os anos de 1186 e 1190, propôs um novo método de interpretação dos textos bíblicos, reinterpretando a história entre o Novo e o Antigo Testamento (MALLON, 2006; ROSSATO, 2003).

A partir da iniciativa de Joaquim, começou a dissipar pela Europa uma corrente da ordem Franciscana conhecido como “Os Espirituais”, que foi perseguida pela Igreja Católica. E como a monarquia tinha como objetivo diminuir o poder político da Igreja passou a apoiar Joaquim Fiore. Dentro da Corte Arnau de Vilanova ele, manteve ligações com a rainha Isabel que se mostrou muito interessadas em conhecer suas ideias. Ao casar-se com o rei de Portugal D. Dinis (1261-1325) no ano de 1282 a rainha passou a viver na Vila de Alenquer, onde ajudou a disseminar a adoração ao divino espírito santo em terras portuguesas. No reinado de D. Dinis houveram disputas entre o rei e seus filhos e a rainha Isabel prometeu que se as disputas acabassem, ela coroaria anualmente alguém da comunidade e assim ela o fez. Foi realizada uma

procissão com os símbolos do divino espírito santo, representado pela Pomba Sagrada em bandeiras, e a distribuição de esmolas em agradecimento ao espírito santo (MALLON, 2006; ROSSATO, 2003).

No município de Imbituba a cantoria do divino ocorre em basicamente todas as comunidades da cidade, destacando-se a presença de pessoas idosas entre os membros da cantoria, sendo pouco manifestada por jovens e adolescentes.

No Distrito de Mirim em Imbituba, a cantoria da Bandeira do Divino é realizada em casas da comunidade e também em localidades próximas, pertencentes ao município de Imaruí, onde os fiéis chegam de barco. O grupo geralmente é formado por membros da igreja católica da comunidade que se juntam formando repentes que trazem a religiosidade nas letras.

No Distrito de Vila Nova a Bandeira peregrina por todas as casas dos fiéis, sendo comandada pelo Grupo Estrela Guia. Juntamente a cantoria com ilustrações bíblicas e do cotidiano, são realizadas orações do Pai nosso e ave Maria pedindo paz, saúde e benção a família. Na Vila, as cantorias acontecem há dois séculos, ela percorre 15 comunidades levando a cantoria desde o sul de Itapirubá até o Norte de Ibiraquera (MARTINS, 1995).

Figura 32 – Bandeira do Divino Espírito Santo de Vila Nova



Fonte: Portal do Divino Imbituba SC, 2014

Figura 33 – Bandeira do Divino Espírito Santo de Vila Nova



Fonte: Portal do Divino Imbituba SC, 2014

IV – Festa do Divino Espírito Santo

A tradição da festa do Divino Espírito Santo tem sua origem com a história de Joaquim Fiore, sendo admitido a simbologia da santíssima trindade ao cristianismo. Em Santa Catarina a vinda dos colonizadores europeus, fez com que viesse com eles uma grande bagagem cultural, que seria disseminada por séculos e séculos. Todavia, com o passar dos anos, toda

tradição adquire diferentes influências e está sempre vulnerável a adaptações. Foi o que aconteceu com a festa do divino espírito Santo em Santa Catarina.

Ao comparar as características da festa do divino realizada nos açores com a realizada em Santa Catarina, percebeu-se que pouco se modificou, mantiveram-se a mesma cantoria com ritmos e vestimentas medievais, a coroa e o cerimonial, no entanto diferentemente dos açores, no Estado não há a realização do “bodos”. Segundo manifestação açoriana, o “bodos” é a distribuição de comida (pão, carne e vinho) que simboliza a fraternidade e igualdade entre todos, diante dessa oferta aos membros da comunidade em geral, todos comem da mesma comida e estarão cheios do espírito santo. De acordo com registros históricos a prática do bodos se perdeu com o passar do tempo no Brasil, porque o Estado depois da Proclamação da República deixou de manter a Igreja, dessa forma, as festas religiosas teriam que gerar lucro para manter a estrutura das paróquias, não possuindo recursos para realizar a distribuição de pão e carne anualmente como se fazia antigamente (MALLON, 2006; ROSSATO, 2003).

É interessante observar que durante a celebração da festa do divino espírito santo, há o encontro entre o profano e o sagrado. Os devotos do divino pagam promessas, fazem oferendas, rezam e mostram a sua devoção a terceira pessoa da santíssima trindade.

A folia do divino ou a cantoria do divino como é conhecida na região de Imbituba SC, desempenha o papel de acompanhar o cortejo da festa na igreja, cantando e tocando instrumentos. Porém, nos açores a cantoria do divino não tem a permissão de acompanhar o cortejo dentro da igreja, dessa forma ela acompanha somente até a porta, aguardando na saída (BARRETO, 1993; MALLON, 2006).

Em Imbituba no dia da Festa do Divino também se comemora a festa do padroeiro da cidade, realizada sempre no mês de novembro (BARRETO, 1993). A cerimônia de coroação de um plebeu, realizada pela rainha Isabel, rende sensações de fraternidade e igualdade semelhantes aos sentimentos que apresentavam os plebeus de Portugal medieval (BARRETO, 1993). Essa renovação de sensações é o que mantém viva a tradição do Cortejo do Divino Espírito Santo, regenerando-se a cada ano com mais vigor nas comunidades tradicionais de descendentes de açorianos no litoral sul de Santa Catarina.

Figura 34 – Corte Imperial Festa do Divino Espírito Santo no Mirim ano de 2011



Fonte: Blog Mirim ontem e hoje, 2014

Figura 35 – Bandeira do Divino Espírito Santo no Mirim ano de 2011



Fonte: Blog Mirim ontem e hoje, 2014

V – História de Boitatá

Como parte das manifestações culturais do folclore catarinense, tem-se em Imbituba a lenda do boitatá que é uma das estórias que fazem parte do imaginário catarinense. Também contada pelos indígenas com a denominação de “Mbaê-Tata”, a lenda do boitatá foi propagada na região do Estado de Santa Catarina pelos descendentes de açorianos que tinham esse fenômeno da natureza como a manifestação de uma espécie de bicho (BIBLIOTECA DO FOLCLORE, 2014).

De acordo com a lenda, o boitatá propagado no sul de Santa Catarina foi uma cobra que sobreviveu do dilúvio e escondeu-se em um buraco escuro, onde seus olhos se acenderam para poder clarear até o dilúvio acabar. Após a devastação, a cobra sobrevivente anda pelos campos e plantações principalmente de bananeiras e árvores frutíferas. Segundo se conta, ele come apenas os olhos dos animais capturados ou já mortos, e de tanto comer os olhos desses animais a cobra ficou cheia de olhos na cabeça e esses olhos brilham a noite parecendo uma bola de fogo (SÓ HISTÓRIA, 2014).

No município de Imbituba, a história de boitatá é passada de geração em geração, principalmente, através da escola que na semana em que se comemora o dia do folclore brasileiro, faz um levantamento dessa história e organiza apresentações e exposições de cartazes sobre o folclore.

VI – História de lobisomem

A lenda do lobisomem possui origem na Europa do século XVI, embora tenha alguns mitos da Grécia Antiga que trazem semelhanças com a lenda, que se propagou em várias regiões do mundo. Segundo se conhece, na Europa durante os séculos XV e XVI acreditava-se que o lobisomem estaria ligado a atos de bruxarias (MUNDO LOBSOMEM, 2014).

A lenda do lobisomem chegou ao Brasil com os primeiros colonizadores portugueses; na região sul de Santa Catarina o lobisomem propagou-se com os açorianos que colonizaram a região a partir do século XVI. Na região catarinense, se acredita que o lobisomem é o sétimo filho homem de uma sucessão de filhos do mesmo sexo, podendo adquirir a capacidade de se transformar em lobisomem. Já em outras regiões acredita-se que se uma mãe tiver seis filhas e o sétimo for homem, este se transformará em lobisomem (LENDAS REGIONAIS, 2014).

No município de Imbituba a primeira versão é a mais conhecida entre os descendentes de açorianos. O lobisomem ataca animais e pessoas chupando seu sangue em noites de lua cheia.

Atualmente as histórias de lobisomem são propagadas na escola durante a semana em comemoração ao dia do folclore.

VII – História de Bruxa

Na região de Imbituba e Imaruí as histórias de bruxa que se conhece são originárias de conto de pescadores, que afirmam ver bruxas andando pela praia e lagoa durante a noite de lua cheia. Conta-se que na época dos antigos, muitas crianças apareciam embruxadas. Isso acontecia por que a bruxa se transformava em cobra e durante a noite ia até a casa onde tinha bebê em período de amamentação dormindo com sua mãe, colocava a ponta do rabo na boca do bebê e bebia do leite materno nos seios da mãe, que adormecida pensava que era o bebê que estava mamando, por isso os bebês ficavam doentes “embruxados”, emagreciam, ficavam com manchas vermelhas pelo corpo e a pele chegava a descascar. Desconfiados de que era a cobra que mamava no seio da mulher e roubava o leite do bebê, alguém (geralmente o marido) ficava de guarda durante a noite esperando que a cobra aparecesse. Assim que a mãe e o bebê adormeciam, a cobra vinha e era apanhada com pauladas, ao se ferir espalhava-se o leite branco pelo chão comprovando a suspeita. Após quebrar o feitiço com pauladas na cobra, a mesma

voltava para sua forma normal que era humana. No outro dia, a mulher que aparecesse machucada com pauladas era considerada a bruxa que roubava a vida dos bebês.

Atualmente essas histórias, permanecem no imaginário das pessoas mais antigas como fatos que aconteciam no passado. Todavia, assim como as histórias de lobisomem e boitatá, a história de bruxas é lembrada no dia do folclore nas escolas do município.

VIII – Quadrilha

A dança da quadrilha tem sua origem na França durante o século XVIII, tornando-se popular com o nome de “Neitherse”. No Brasil, a quadrilha foi introduzida pelos colonizadores portugueses durante o período colonial no ano de 1530. A dança possui resquícios de gestos trazidos pela contradança holandesa, modificadas por demais influências principalmente portuguesas das ilhas dos açores. Hoje em dia a dança da quadrilha é celebrada em todo o território nacional em comemorações as festas juninas, onde a dança apresentada por casais vestidos de “jecas” (QUADRILHA, 2014).

No município de Imbituba a quadrilha é uma dança bastante presente nas escolas durante as festividades juninas, grande parte das instituições educacionais, ensaiam a dança e apresentam-se nesses pequenos eventos fechados. Porém, além das escolas, tem-se o Grupo de Mães de São Tomaz que possui um grupo de dança denominado Nova Geração que desenvolve apresentações de dança da quadrilha em diversos locais públicos com apoio da Secretaria de Cultura e particulares. O grupo é composto por dez membros e os agendamentos são realizados com a coordenadora do grupo a senhora Valdirene Tomaz.

Figura 36 – Dança da Quadrilha desenvolvida pelo Grupo de dança Nova Geração de São Tomaz



Fonte: Valdirene Tomaz, 2014

Figura 37 – Dança da Quadrilha desenvolvida pelo Grupo de dança Nova Geração de São Tomaz



Fonte: Valdirene Tomaz, 2014

IX – Ratoeira

A dança da ratoeira é uma manifestação tipicamente luso-açoriana, caracterizada como uma dança de roda que tem como fundo musical a composição de versos improvisados. No passado, em Santa Catarina a ratoeira fazia parte de uma das atrações de maior expressividade entre as festas dos descendentes de açorianos, com o objetivo de proporcionar a diversão de homens e mulheres, que através dos gestos e das cantorias, agiam no intuito de conquistar um ao outro (FARIAS, 2001).

A dança era realizada geralmente em períodos de colheita no intervalo das farinhadas nos engenhos, em festas e nas escolas. Hoje a apresentação da dança se transformou em uma manifestação artística e folclórica e é realizada como forma de reviver o tradicionalismo luso-açoriano (FARIAS, 2001).

Atualmente, no município de Imbituba, não se pratica a dança da Ratoeira nas escolas, porém o Grupo de Mães do Bairro Paes Leme possui o Grupo de dança Santa Paulina que realiza ensaios e faz apresentações em diversos locais públicos promovidos pela Secretaria de Cultura e em locais privados como Salões de Baile da cidade. A coordenadora do Grupo é a senhora Jeni da Silveira Lourenço de 85 anos de idade. O grupo é composto por homens e mulheres que se reúnem todas as sextas feiras na casa de dona Jeni para confeccionarem artesanatos de papel, junco e tecido, além de ensaiarem a dança e elaborarem quando são convidados a se apresentarem.

Figura 38 – Apresentação da Ratoeira pelo Grupo de Dança Santa Paulínia



Fonte: Jeni da Silveira Lourenço, 2014

Figura 39 – Apresentação da Ratoeira pelo Grupo de Dança Santa Paulínia



Fonte: Jeni da Silveira Lourenço, 2014

X – Renda de Bilro

As rendas de bilro eram feitas na Europa, sendo difícil afirmar com precisão o período em que surgiu como técnica de decoração têxtil, tendo registros de confecção, desde 1560, quando recebeu a denominação de Renda (PITTA, 2010; RAMOS, 2000).

No Brasil as poucas referências que trazem informações sobre a renda de bilro, não precisam a data de sua origem, porém, são fortes os indícios de que ela tenha sido trazida pelas religiosas portuguesas, francesas e espanholas, seguindo características artísticas típicas de Portugal (RAMOS, 2000).

As rendas de bilro são feitas em almofadas, e os bilros prendem os fios que alternam nas mãos das rendeiras, dando formato aos desenhos e pontos articulados pelas artesãs (PITTA, 2010).

No município de Imbituba, ainda que discretamente temos a presença das rendas de bilro como tradição, algumas poucas mulheres confeccionam a renda em suas casas, mas não costumam vendê-las. A maioria das mulheres que confeccionam o artesanato são da terceira idade e aprenderam a confeccionar a renda com suas mães. Porém, com o passar dos anos deixaram de confeccionar o artesanato por falta de compradores ou divulgadores dessa arte.

Nos Grupos de Mães presentes em Vila Nova, Paes Leme, São Tomaz e Guaiuba, as participantes conhecem a prática, mas não a praticam dentro do grupo. Segundo informações da senhora Jeni da Silveira Lourenço do bairro Paes Leme e senhora Ondina Vieira da Rosa do bairro da Vila Nova, apenas algumas mulheres mais idosas confeccionam a renda em casa e basicamente todas não vendem o artesanato, fazem para consumo próprio ou como terapia. Os grupos de Mães dos diversos bairros de Imbituba desenvolvem atividades de confecção de artesanatos em papel, junco, tecidos e lã, e vendem o produto em feiras de artesanato no município.

XI – Benzedura

As benzeduras fazem parte da religiosidade e do imaginário trazidos pelos açorianos para o Brasil. A mistura de fé, com as palavras combinadas e ervas medicinais deu origem a uma das manifestações mais consagradas em uma época em que não havia nenhuma forma de cura na região litorânea de Santa Catarina, pois até meados do século XIX, os tratamentos clínicos hospitalares existiam apenas em Desterro (FARIAS, 1998).

Atualmente no município de Imbituba, a prática da benzedura persiste ao tempo, principalmente entre os descendentes de açorianos mais idosos que vivem nas comunidades mais tradicionais. A prática é feita por caridade aos que necessitam, e é tida como uma forma de fazer o bem proporcionando a cura de alguns males causados por enfermidades (FARIAS, 1998). O ritual de benzedura está associado a uma condição, sendo geralmente realizado com objetos, orações e cuidados. São várias as enfermidades tratadas, como: cobreiro³, mau-olhado⁴, zipra⁵, berruga⁶, entre outros.

XII – Pesca artesanal

Os açorianos introduzidos no litoral sul do Brasil em meados do século XVIII encontraram em terras estrangeiras algumas dificuldades de adaptabilidade, sendo assim, tiveram que se ajustar aos aspectos físicos e climáticos da região (FARIAS, 2001).

Todavia, além da adaptabilidade na agricultura, os açorianos também iniciaram a prática da pesca artesanal, apreendida com os índios Carijós, que habitavam a região do litoral e possuíam experiência em praticar a pesca com redes e arpões, o que influenciou culturalmente o modo de produção e a adaptação dos açorianos (FARIAS, 2001).

Com as influências na atividade econômica os primeiros açorianos, começaram a praticar a pesca sazonalmente, com os ciclos dos pescados e produtos agrícolas intercalados.

A pesca artesanal no município de Imbituba é sazonal e ocorre nas lagoas de Ibirapuera e Mirim e no Oceano Atlântico (CAPELLESSO, 2010).

Na lagoa da Ibirapuera é proibida o uso de redes e embarcações motorizadas, sendo permitido apenas o uso de tarrafas e a propulsão manual com ferramentas como remo ou calão. Já na Lagoa do Mirim é mais comum a utilização de redes de aviãozinho e embarcações pequenas como: bateiras e canoas motorizadas, resultando no aumento do custo das embarcações e ferramentas de pesca. Nas lagoas, os frutos mais expressivos e que dão maior retorno econômico são: o camarão, o siri, e peixes como savelha e tainhota (CAPELLESSO, 2010).

³ É conhecida na ciência como herpes, caracteriza-se como uma doença viral que se manifesta na pele.

⁴ Diz-se de quando a pessoa recebe energias negativas e sente sintomas como desânimo e fastio.

⁵ É conhecida na ciência como Erisipela, caracteriza-se como uma doença infecciosa que se manifesta na pele afetando principalmente os membros inferiores.

⁶ É conhecida na ciência verruga, caracteriza-se como uma doença de pele causada por vírus que se manifesta em forma de pele crescida.

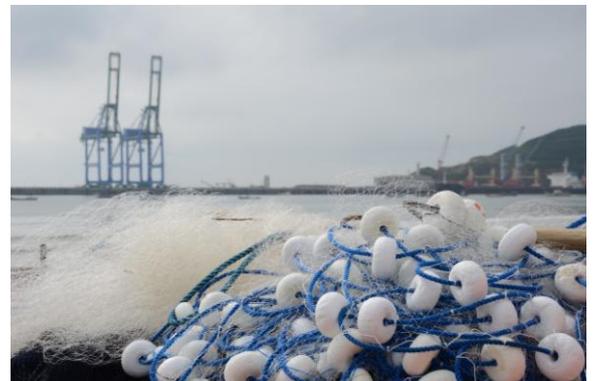
Nesses ambientes é comum a pesca individual ou em dupla, já que as embarcações são menores e a mão de obra não é tão pesada para uma pessoa ou duas. No oceano a pesca artesanal é praticada de maneira coletiva e os equipamentos são maiores e de maior custo. Muitas vezes os equipamentos e as embarcações são de propriedade individual, e os pescadores trabalham em coletivo, mesmo quando a propriedade é coletiva, geralmente o número de donos é insuficiente para pescar, o que necessita a incorporação de pescadores colaboradores, mantendo uma relação trabalhista de incorporação (CAPELLESSO, 2010).

Figura 40 – Embarcação de pesca artesanal na praia do Porto em Imbituba



Fonte: Foto - DEMATHÉ, 2015

Figura 41 – Rede de pesca artesanal na praia do Porto em Imbituba



Fonte: Foto - DEMATHÉ, 2015

XIII – Brincadeiras de base luso-açoriana

As brincadeiras praticadas pelas crianças açorianas e seus descendentes, podem ser encontradas nas brincadeiras de crianças por todo o Brasil. Grande parte delas vieram com os colonizadores da Europa, com exceção da peteca que já era praticada pelos indígenas no Brasil (FARIAS, 1998).

Todas as brincadeiras identificadas foram descritas com base no conhecimento do modo de praticá-las na região de Imbituba, sendo que muitas delas como a bolinha de vidro apresentam diversas outras maneiras de brincar. Porém, todas devem levar em consideração sua origem e a diversidade regional.

- Taco: O taco é uma brincadeira simples onde se utiliza os seguintes instrumentos: dois tacos feitos em madeira, bambu (reutiliza-se cabo de vassoura), bolinha pequena como as de jogar tênis (reutiliza-se cortiça de rede de pesca), dois tijolos para fazer a casinha

(reutiliza-se garrafas pet com areia, tijolo de construção ou armações de bambu) (FARIAS, 1998).

- Peão: A brincadeira de pião é praticada geralmente no inverno. O pião é um brinquedo de madeira com uma extremidade inferior composta por uma ponta de prego sem cabeça. Para ser lançado o peão depende de uma fieira que enrolado a seu corpo, funciona como um propulsor girando o brinquedo (FARIAS, 1998).
- Bolinha de vidro: A brincadeira de bolinha de vidro, assim como o pião também é praticada no inverno. Geralmente brinca-se no chão batido, onde cava-se uma “boca”, onde a bolinha deve entrar e matar as demais bolinhas fora da “boca” (FARIAS, 1998).
- Peteca: O objeto é composto por uma base com peso (antigamente enchia-se de areia um saquinho de pano), onde eram fixadas em geral quatro penas de tamanho médio (FARIAS, 1998).
- Pandorga ou pipa: É um brinquedo confeccionado de varetas (bambu), plástico ou papel, e fios de nylon ou tecido. Após confeccionado o brinquedo, tenta-se empiná-lo de acordo com o sentido do vento (FARIAS, 1998).
- Cozinhadinho: É uma brincadeira praticada na grande maioria das vezes por meninas, mas também há a presença de meninos na brincadeira. Faz parte da brincadeira de casinha, onde ao invés de fazer comidas de “mentirinha” se faz comidas de verdade, cozinhando em fogãozinho improvisado na rua (FARIAS, 1998).

XIV – Alimentos de base luso-açoriana

A adaptabilidade dos açorianos com as terras litorâneas do sul do Brasil fez com que houvesse uma grande mudança cultural, refletida na alimentação. A substituição do trigo pela mandioca foi o pontapé inicial, para a maior das transformações gastronômicas. Os açorianos adotaram a farinha de mandioca como ingrediente essencial para a sua alimentação.

As mudanças nos hábitos alimentares dos açorianos, foram modificados pela falta de acesso a determinados produtos, porém, a presença do peixe na alimentação em substituição da carne, causou uma nova composição gastronômica, pois além dos ingredientes básicos, os temperos também tiveram que ser substituídos, fazendo com que houvesse uma variação nos molhos e nos acompanhamentos (FARIAS, 1998).

Alguns alimentos de base cultural luso-açoriana que são consumidos em peso ainda hoje pelos descendentes e faz parte da base cultural do litoral sul de Santa Catarina, são: caldo de

peixe; beiju; cuscus; broa de polvilho; broa de milho; rosca de polvilho; pirão de farinha de mandioca (feijão ou água); mané pança; tainha assada; peixe cozido no feijão; Solda de ovo; croste ou colostro.

No entanto, esses alimentos com o passar do tempo sofreram modificações no seu modo de preparo e a substituição de alguns ingredientes, mantendo sua essência cultural e os nomes recebidos na época da colonização.

XV – Pau de fita

O folclore catarinense possui um rico acervo de manifestações, uma delas é a dança do pau de fita. Associa-se a origem da dança em Santa Catarina na difusão de diversos grupos étnicos. Entre os portugueses, há evidências de que a manifestação tenha sofrido influências de outras danças como a dança dos Arcos de Flores e a Jardineira, quanto aos espanhóis e alemães, associam-se a influências de danças típicas desses povos como as danças realizadas no campo. Entretanto, uma certeza sobre a difusão dessa dança no Brasil, é que ela chegou a terras brasileiras por meio da colonização européia (FOLCLORE DE OLÍMPIA, 2014; CULTURA AÇORIANA, 2014).

O simbolismo embutido na dança do pau de fita está ligado a rituais antigos relativos a árvore, o que está associado a fertilidade, mais precisamente ligado ao primeiro movimento para a preparação da terra para o plantio da árvore (CULTURA AÇORIANA, 2014)

Atualmente, no município de Imbituba, se pratica a dança do pau de fita apenas nas escolas em épocas de festa junina e desfile de 7 de setembro. Os alunos se reúnem e ensaiam a coreografia e apresentam em evento dentro da escola. O Grupo de dança Santa Paulina do Grupo de Mães do Paes Leme desenvolvia a dança até o ano de 2013, quando emprestaram a armação do pau de fita e o mesmo nunca mais foi devolvido.

De acordo com dona Jeni da Silveira Lourenço, coordenadora do Grupo, as apresentações eram realizadas em locais públicos promovidos pela Secretaria de Cultura e em locais privados como salões de baile da cidade. A coordenadora não possui fotos do grupo dançando, pois segundo ela, foram emprestadas para outras pessoas que não trouxeram de volta. Mas na Secretaria de Cultura foram encontradas fotos da apresentação durante o desfile de Independência em 7 de setembro de 2006, por adolescentes de escola pública.

Figura 42 – Apresentação da Dança de pau de fita, apresentação no desfile do dia 7 de setembro de 2006



Fonte: Secretaria de Cultura de Imbituba, 2014

Figura 43 – Apresentação da Dança de pau de fita, apresentação no desfile do dia 7 de setembro de 2006



Fonte: Secretaria de Cultura de Imbituba, 2014

XVI – Coberta d'alma

A coberta d'alma faz parte de uma cerimônia de oração de base cultural luso-açoriana que não possui dados de sua origem, porém sabe-se que há registros desta prática em outras partes do território brasileiro, locais também de colonização portuguesa e luso-açoriana.

No Distrito de Mirim no Imbituba, ainda encontra-se pessoas que foram coberta d'alma de entes ou amigos falecidos. A senhora Maria dos Santos Dalbosco, 54 anos nasceu no Distrito e relata que já foi coberta d'alma de pessoas chegadas da família e que existem muitas outras senhoras que ainda manifestam essa prática fúnebre. No entanto, ela percebe que há um sentimento de indiferença por parte de pessoas mais jovens que ignoram a importância do ritual para a família do defunto. A cerimônia se dá dentro da crença católica, quando no sétimo dia após a morte realiza-se uma cerimônia de oração também conhecida como “Missa de Sétimo dia” essa cerimônia pode ser substituída pelo “terço”, o que ocorria comumente nas comunidades tradicionais, onde muitas pessoas vizinhas e parentes do falecido reunia-se em uma das casas geralmente na casa onde o falecido morava e reza o terço.

O ato da coberta d'alma pode ser entendido como uma representação do defunto durante a missa de sétimo dia ou a reza do terço (BAIÃO, 2010).

Quando morre alguém da família, escolhe-se alguém chegado emocionalmente daquela pessoa (um amigo, parente) ou uma pessoa sem condições financeiras, geralmente aquelas ditas como mais pobres da comunidade e pergunta-se se aceita a coberta. Após a

anuência do receptor, doa-se uma peça de roupa para que ele compareça durante a cerimônia da missa ou do terço vestindo as roupas doadas. Essas roupas devem ser confeccionada ou comprada nova e oferecida ao receptor da coberta; porém, há casos em que são doadas roupas que pertenciam ao falecido, mas que ele não tenha usado (BAIÃO, 2010).

XVII- Pão-por-Deus

O pão – por - deus é um dos resquícios da cultura luso-açoriana que encontra-se presente na cultura dos descendentes mais antigos do município de Imbituba. Apresenta-se como um artesanato feito geralmente em papel e costurado com detalhes em renda de bilro no modo tradicional, ou apenas decorado com papel seda e recortes delicados. Dentro do artesanato, são colocados versos, o que faz com que o pão – por - deus possa ser associado a uma espécie de cartão que geralmente tem o formato de um coração (FARIAS, 1998).

A confecção do artesanato era geralmente ligada aos namoros escondidos, era uma forma romântica de demonstrar interesse e sentimento sincero ao outro, ou também podia apenas ser uma demonstração de carinho, por uma amizade verdadeira (FARIAS, 1998).

Hoje em dia esta prática é rara em Imbituba, e encontra-se apenas em momentos de lembranças a manifestação da cultura popular entre pessoas idosas que participam dos grupos de mães presentes nas comunidades do município. A maioria dos jovens desconhecem o pão-por-Deus e a prática é lembrada na escola quando é abordada a cultura luso-açoriana em Santa Catarina.

XVIII- Malhação de Judas

A malhação de Judas é uma manifestação popular comum no Brasil. Em Santa Catarina ela é percebida principalmente em cidades do litoral catarinense, onde há a presença de imigrantes lusos açorianos católicos em maior quantidade no Estado.

Essa manifestação representa a morte de Judas Iscariotes e ocorre na semana santa, simbolicamente conhecida como o momento da lembrança da crucificação e ressurreição de Cristo dentro do simbolismo religioso cristão. Para a manifestação, são confeccionados bonecos de pano em tamanho real que simbolicamente representa Judas, os bonecos são levados as ruas e surrado por membros que participam da manifestação, por fim, coloca-se fogo no boneco. A

origem da manifestação é europeia, sendo introduzida no Brasil por colonizadores espanhóis e portugueses durante o período de colonização (MENDES, 2007).

Em Imbituba a manifestação encontra-se discretamente em algumas comunidades não havendo um local específico, ocorrendo geralmente de forma discreta entre membros da comunidade, estando sendo deixada de praticar pelos indivíduos mais jovens que não possuem interesse em preservar a manifestação.

4.1.4 Patrimônio cultural natural

Durante o levantamento no poder público da cidade foram citados 3 (três) principais patrimônios naturais, são eles: a baleia franca, as dunas de Ribanceira e Ibiraquera e as praias e lagoas. Esses elementos expressivamente fazem parte da identidade social dos moradores locais e também ganham reconhecimento internacional através da prática do turismo natural.

A praia e a lagoa possuem uma representatividade cultural e econômica em Imbituba com a pesca artesanal e o turismo de esportes. As dunas de Ibiraquera e Ribanceira são paisagens naturais que sofreram com atos de ilegalidades, porém, foi defendida pela comunidade que convive com o fenômeno natural mantendo uma ligação saudável. A baleia franca, além de fazer parte da histórica do município com a caça e o desenvolvimento econômico, hoje agrega o valor do turismo com a observação das baleias na costa das praias de Imbituba.

Imbituba localiza-se dentro da APA– Área de Proteção Ambiental são áreas ambientais protegidas no Brasil, regulamentadas pela lei Federal 9.958 de 18 de julho de 2000. O município de Imbituba encontra-se entre os nove municípios da região sul do Estado de Santa Catarina que fazem parte da APA da Baleia Franca, uma unidade de conservação Federal criada pelo Decreto s/n de 14 de setembro de 2000. A APA da baleia Franca tem como objetivo principal a proteção da espécie *Eubalaena australis*, também conhecida como Baleia Franca (PROJETO BALEIA FRANCA, 2014).

A APA da Baleia Franca abrange uma área de 156.100 hectares, com aproximadamente 130 quilômetros de extensão, composta por ambientes abióticos, bióticos, estéticos e culturais diversificados e preservados que se estendem da Ponta Sul da Praia da Lagoinha do leste no leste da Ilha de Santa Catarina até o Balneário Rincão ao Cabo Sul de Santa Marta (PROJETO BALEIA FRANCA, 2014).

Figura 44 – Mapa ilustrativo de localização da APA – Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca



Fonte: Prefeitura Municipal de Imbituba, 2014

A seguir serão descritos cada um dos patrimônios naturais, a fim de elucidar um pouco sobre sua representatividade e reconhecimento da cultura local.

I – Baleia Franca

Em meados do século XVIII a pesca predatória da Baleia foi primordial para a formação e surgimento da cidade de Imbituba (SERAFIM, 2006). No ano de 1982 liderados por Ibsen de Gusmão Câmara, ambientalistas redescobriram no Estado de Santa Catarina as últimas baleias francas brasileiras e iniciaram uma ação pela preservação da espécie. O município de Imbituba tornou-se parceiro nessa ação em prol da baleia franca, devido ao reconhecimento de seu envolvimento histórico na morte da espécie. O Projeto Baleia Franca é sediado no município

de Imbituba há mais de 10 anos, cujo objetivo fundamental é garantir a sobrevivência e a recuperação populacional da baleia franca no litoral brasileiro (PROJETO BALEIA FRANCA, 2014).

O município de Imbituba é conhecido internacionalmente como o “berço da baleia franca” e turisticamente utiliza-se desse legado para atrair muitos turistas durante o período em que as baleias vêm para o litoral entre os meses de julho a outubro. Atualmente, a Baleia Franca Austral faz parte do patrimônio natural da cidade, e sua preservação faz com que muitos turistas e pesquisadores sejam atraídos para a cidade em busca de informações sobre elas.

Figura 45 – Aparição da Baleia Franca Austrais na Praia do Rosa em Imbituba



Fonte: Página do Facebook Baleia Franca, 2014

Figura 46 – Aparição da Baleia Franca Austrais na Praia do Rosa em Imbituba



Fonte: Página do Facebook Baleia Franca, 2014

II – Dunas de Ribanceira e Ibiraquera

As Dunas de Ibiraquera e Ribanceira localizam-se dentro do perímetro do município de Imbituba e são verdadeiros redutos ecológicos, frequentadas por turistas de toda a parte do mundo. No entanto esse patrimônio natural vem sofrendo com a mineração ilegal. Essa ação repugnante além de destruir o patrimônio natural, provoca a destruição da biodiversidade, e também atinge o turismo da cidade, contrariando o decreto federal de 14 setembro de 2000, quando foi criada a APA da Baleia Franca, que regulamenta a proteção da área onde se situam as dunas. O que se vê atualmente é o descumprimento da constituição, onde ilegalmente destrói-se um patrimônio nacional em prol de interesses arraigados indevidamente (PROJETO BALEIA FRANCA, 2014).

Figura 47 – Dunas da Praia de Ribanceira e Ibiraquera em Imbituba



Fonte: Foto - DEMATHÉ, 2015

Figura 48 – Dunas da Praia de Ribanceira e Ibiraquera em Imbituba



Fonte: Foto - DEMATHÉ, 2015

III – Praias de Imbituba

O município de Imbituba possui 9 (nove) belíssimas praias em seu extenso litoral, são elas: a Praia do Rosa, a Praia da Ibiraquera, a Praia da Vila, a Praia do Porto, a Praia de Itapirubá, a Praia D'Água, a Praia da Ribanceira, a Praia do Luz e a Praia Vermelha, também fazem parte do conjunto de belezas naturais as 2 (duas) lagoas são elas: a Lagoa de Ibiraquera e a Lagoa do Mirim.

As praias e lagoas são ambientes compostos de uma riquíssima biodiversidade, que é responsável pelo equilíbrio e ordenamento do contato com o homem e o meio ambiente. Em Imbituba, o ecoturismo e a pesca artesanal, são as atividades que mais influem no ambiente da APA, onde se localizam as praias e também são umas das principais atividades econômicas do município. Diante dessa dependência do homem com meio, verifica-se a necessidade de haver uma cumplicidade entre os dois, já que o convívio torna-se inevitável quando implica um na sobrevivência do outro (PROJETO BALEIA FRANCA, 2014).

As praias de Itapirubá, Ribanceira e a Praia do Porto, são as que mantêm fortemente em sua cultura, a prática da pesca artesanal. Os pescadores na maioria das vezes os que trabalham embarcados, intercalam a pesca no oceano com a pesca nas lagoas de Ibiraquera e Mirim (PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA, 2014).

Já as demais praias, possuem sua estrutura voltada para o turismo de banhistas, observadores de baleias, pesquisadores e surfistas, que frequentam o litoral de Imbituba durante o ano inteiro (PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA, 2014).

Figura 49 – Visão geral da Praia de Itapirubá



Fonte: Foto - DEMATHÉ, 2015

Figura 50 – Visão geral da Lagoa de Ibiraquera



Fonte: Foto - DEMATHÉ, 2015

Figura 51 – Visão geral da Lagoa do Mirim



Fonte: Foto - DEMATHÉ, 2015

Figura 52 – Visão geral da Praia do Porto da Vila



Fonte: Foto - DEMATHÉ, 2015

Figura 53 – Visão geral da Praia D' Água



Fonte: Foto - DEMATHÉ, 2015

Figura 54 – Visão geral da Praia da Ribanceira



Fonte: Foto - DEMATHÉ, 2015

Figura 55 – Visão geral da Praia da Vila



Fonte: Foto - DEMATHÉ, 2015

Figura 56 – Visão geral da Praia do Luz



Fonte: Foto - DEMATHÉ, 2015

Figura 57 – Visão geral da Praia do Porto



Fonte: Foto - DEMATHÉ, 2015

Figura 58 – Visão geral da Praia do Rosa



Fonte: Foto - DEMATHÉ, 2015

Figura 59 – Visão geral da Praia Vermelha



Fonte: Foto - DEMATHÉ, 2015

4.1.4.1 Discussão

O levantamento do patrimônio material, imaterial e natural realizado junto ao poder público e membros manifestantes dos patrimônios, mostraram que a constituição histórica e sociocultural do município de Imbituba pode ser compreendida através dos patrimônios evidenciados, pois estes são elementos fundamentais para o reconhecimento da cultura local, dando vazão para a valorização das raízes culturais do passado.

A cultura escolar é a representação das relações sociais internas e externas à escola, composta por indivíduos pertencentes a uma sociedade complexa, que possui suas identidades sociais constituídas (SACRISTÁN, 1998). Nessa conjuntura, a instituição escola se caracteriza como recebedora de todas essas influências culturais oriundas de diferentes vertentes sociais, sendo ela local e/ou global e desempenha a função de sistematizadora da cultura local.

Diante dessa colocação, o patrimônio cultural adentra como o elemento simbólico indispensável para o reconhecimento da cultura local, agindo como uma ferramenta moduladora na tentativa de compreender a relação entre a cultura escolar, memória e identidade social, oportunizando identificar de que forma esses elementos sociais são abordados no Ensino Médio Inovador.

O Capítulo 5 traz um apanhado sobre a pesquisa na escola, apresentando a relação entre a cultura escolar, memória e identidade social expondo a proposta do Ensino Médio Inovador nas escolas públicas brasileiras; como esse programa foi instalado na Escola de Ensino Médio Engenheiro Annes Gualberto e os dados obtidos por meio da análise dos documentos da escola e questionários aplicados com alunos e professores.

5 ENSINO MÉDIO INOVADOR – A PESQUISA NA ESCOLA ENG. ANNES GUALBERTO

5.1 CONHECENDO O ENSINO MÉDIO INOVADOR E SUA PROPOSTA PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

A história do Ensino Médio no Brasil começa a tomar visibilidade com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no ano de 1996, passando a ser vista como uma etapa da educação básica, através das diretrizes expressas nos Artigos 35 e 36 da LDB, que situa o Ensino Médio como uma fase da educação que deve estabelecer princípios orientadores para a formação de jovens que se encontram na faixa etária de escolarização do Ensino Médio entre os 15 aos 17 anos (BRASIL, 2009).

O Ensino Médio nunca teve uma identidade unitária que demonstrasse solidez, assim como o Ensino Fundamental. Sua funcionalidade uma hora estava ligada à continuação do ensino básico, outra hora ligada a um caráter totalmente profissionalizante (BRASIL, 2009).

Todavia, essas divergências encontradas na formação e identidade do Ensino Médio trazem a discussão questões relacionadas à educação e formação cidadã no ensino básico do Brasil. Fatores como evasão e mau desempenho escolar, são uns dos maiores problemas do Ensino Médio atualmente, e estão associados à falta de interesse dos alunos pelos conteúdos ofertados nesse período da educação básica, bem como a oferta de trabalho, que os desvia da continuação escolar (BRASIL, 2009; 2013).

Portanto, são fatores como esses citados acima, que foram responsáveis por acordarem dirigentes do ensino para a necessidade de uma nova concepção de Ensino Médio no país. Foram criados inúmeros programas de incentivo aos adolescentes e jovens que estão cursando ou irão cursar essa etapa escolar, um deles é o Ensino Médio Inovador que é o foco dessa pesquisa e entrou em estágio experimental nas Escolas Públicas Estaduais no ano de 2010, tendo como objetivo principal promover através do trabalho, tecnologia, ciência e cultura a preparação de alunos para o mercado de trabalho de uma forma mais humanizada, agindo em uma perspectiva sociocultural mais abrangente (BRASIL, 2009; 2013).

Nessa nova estruturação, uma das competências do Ensino Médio Inovador é realizar a reformulação curricular, utilizando-se de dois aspectos essenciais: o aspecto sociocultural e o científico, pois se entende que eles sejam fundamentais para que o aluno se compreenda dentro de um processo de inserção social cidadã, que os faça reconhecerem-se como sujeitos de intervenção dentro do processo histórico e social (BRASIL, 2009). Dessa forma, propõe-se que:

O Projeto de Redesenho Curricular (PRC) deverá apresentar ações relacionadas ao currículo que podem ser estruturadas em diferentes formatos tais como disciplinas optativas, oficinas, clubes de interesse, seminários integrados, grupos de pesquisas, trabalhos de campos e demais ações interdisciplinares (...) (BRASIL, 2013, p.14).

Essa nova proposta vem ao encontro do momento histórico em que estamos vivendo marcado pela multiplicidade e pelo deslocamento do indivíduo como ser histórico em constante transformação (BAUMAN, 2005). O Brasil se caracteriza pela multiplicidade cultural. Nos quatro cantos do país encontram-se modos de ser e de viver diferentes uns dos outros. No entanto, essa riqueza cultural não pode ser igualada e ignorada perante a tentativa de homogeneização cultural global midiática, ela deve ser vista e trabalhada no âmbito escolar de forma única e particular em cada região, em cada Estado, em cada município, em cada escola, tendo em vista a inter-relação entre elas (RIBEIRO e SIQUEIRA, 2007). Nessa perspectiva as Diretrizes Curriculares Nacionais sobre a pluralidade cultural, traz a seguinte colocação:

Construir a qualidade social pressupõe conhecimento dos interesses sociais da comunidade escolar para que seja possível educar e cuidar mediante interação efetiva entre princípios e finalidades educacionais, objetivos, conhecimento e concepções curriculares. (...) consideração sobre a inclusão, a valorização das diferenças e o entendimento à pluralidade e à diversidade cultural, resgatando e respeitando os direitos humanos, individuais e coletivos e as várias manifestações de cada comunidade (BRASIL, 2013 p. 152).

Considerando a reflexão proposta nas Diretrizes Curriculares Nacionais sobre a pluralidade cultural, entende-se que é o papel do Ensino Médio Inovador, considerar a diversidade cultural brasileira no processo de reorganização da grade curricular. Isso será possível por meio de uma articulação interdisciplinar, que deverá organizar em conjunto as ações do PRC – Projeto de Redesenho Curricular, voltada para o desenvolvimento de conhecimentos, saberes e competências que visam atender as necessidades e interesses da equipe pedagógica, dos professores e da comunidade escolar, dando maior qualidade a educação brasileira com o compromisso político e competência técnica de professores para lidar com a diversidade cultural e social de estudantes por todo o Brasil (BRASIL, 2009; 2013).

O contexto da globalização econômica e social deve ser levado em consideração nesse processo de reorganização curricular, pois a base para a formação do Ensino Médio deve ir além da compreensão basilar das três áreas do conhecimento: Linguagens, códigos e suas tecnologias, Ciências da natureza, Matemática e suas tecnologias e Ciências humanas e suas tecnologias (BRASIL, 2000). Cabe a essa nova reorganização reconhecer a história do processo

de produção do conhecimento em uma dinâmica global transdisciplinar, que permita dar liberdade aos jovens e adultos para realizarem uma leitura crítica do mundo.

É no contexto da Educação Básica que a Lei nº 9.394/96 Art.26, determina a construção dos currículos, no Ensino Fundamental e Médio, com uma base nacional comum, fundamentada em características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da população afetada, preparando o currículo de forma orgânica, superando a organização por disciplinas incentivando a integração e articulação dos conhecimentos em um processo permanente de interdisciplinaridade e transdisciplinaridade (BRASIL, 2000; BRASIL, 1996).

Contudo é importante compreender que a base nacional comum não pode ser um engessamento da capacidade dos sistemas de estabelecimentos de ensino e do educando, em usufruírem da flexibilidade que a lei permite. A flexibilidade dessa lei deve ser assegurada, tanto na organização dos conteúdos mencionados, quanto na metodologia a ser desenvolvida no processo de ensino aprendizagem e na avaliação (BRASIL, 2000).

A nova proposta para o Ensino Médio Inovador prioriza como foco, estimular alunos, professores e a comunidade a agir de forma ativa, utilizando-se de princípios educativos que “unifique na pedagogia, *éthos*, *logos* e *tecno*, tanto no plano metodológico quanto epistemológico” (BRASIL, 2009 p.17), materializando-se na formação humana, relacionando o trabalho, a ciência e a cultura, como bases para a reestruturação do Ensino Médio (BRASIL, 2009).

Como já foi comentado, essa nova prática deverá ser articulada através de uma “perspectiva interdisciplinar, voltada para o desenvolvimento de conhecimentos - saberes, competências, valores e práticas” (BRASIL, 2009 p.13). Todavia, essa nova proposta dinâmica na educação no Ensino Médio terá uma grande barreira a ser transpassada. Trata-se da quebra do ensino tradicional, homogêneo e limitador (BRASIL, 2013), dando maior autonomia para a configuração dessa nova estruturação que visa promover inovações nas práticas educacionais, permitindo a escola construir estratégias para formar cidadãos participativos e críticos (BRASIL, 2009).

O programa, além de trazer uma nova perspectiva para a educação básica, tem como desafio ampliar a carga horária dos alunos da escola pública, mantendo os estudantes com idade entre 14 a 17 anos ocupados em sala de aula, comprometidos com o desenvolvimento de atividades dinâmicas de ensino aprendizagem, pautadas na estruturação curricular de forma agradável e atraente para os alunos, encontrando na grade curricular disciplinas pensadas para o desenvolvimento da cultura, cidadania e ciência e suas tecnologias.

Portanto, o papel da educação na sociedade tem como objetivo romper com o padrão segundo o qual a educação seria instrumento de “conformação” do futuro profissional, restrito a obediência, regras estabelecidas, condições até então necessárias para a inclusão social via profissionalização (BRASIL, 2000 p.8).

Sendo o foco do ProEMI,

(...) fortalecer o desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras na escola de ensino médio, ampliando o tempo dos estudantes na escola e buscando garantir a formação integral com a inserção de atividades que tornem o currículo mais dinâmico, atendendo, também as expectativas dos estudantes do Ensino Médio e às demandas da sociedade contemporânea (BRASIL, 2008, p.83)

A dinamicidade proposta no Redesenho Curricular ao qual se propõe o ProEMI, enfatiza que a Educação Básica na qual se encaixa o Ensino Médio no Brasil tem como intenção, agregar valores antes deixados de lado, como a valorização da cultura local, da identidade social e da memória social, através da reorganização das disciplinas em macrocampos⁷. Dessa forma o Ensino Médio:

(...) vai além da formação profissional, e atinge a construção da cidadania, é preciso oferecer aos nossos jovens novas perspectivas culturais para que possam expandir seus horizontes e dotá-los de autonomia intelectual, assegurando-lhes o acesso ao conhecimento historicamente acumulado e a produção coletiva de novos conhecimentos, sem perder de vista que a educação também é, em grande medida uma chave para o exercício dos demais direitos sociais (BRASIL, 2011, p.1)

Dentro dos macrocampos são definidas quais as dimensões a serem abordadas, para a elaboração de conteúdos programáticos das disciplinas. Assim:

O redesenho curricular que se pretende, reafirma a importância dos conteúdos específicos de cada componente curricular, mas transcende as fragmentações frequentes com o padrão constituído apenas nas disciplinas e tempo de 50’, apontando a necessidade de diálogo entre componentes e áreas que compõe o currículo para pensar ações e respectivas atividades dentro de cada macrocampo (BRASIL, 2013, p.15).

Esse rompimento de conformação do futuro profissional proposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais vem ao encontro da nova proposta do Ensino Médio Inovador, que tem como eixo desenvolver através do trabalho, da ciência e da cultura, habilidades que não estejam

⁷ Compreende-se por macrocampo um campo de ação pedagógico-curricular no qual se desenvolvem atividades interativas, integradas e integradoras dos saberes, dos tempos, dos espaços e dos sujeitos envolvidos com a ação educacional. Os macrocampos se constituem, assim, como um eixo a partir do qual se possibilita a integração curricular com vistas ao enfrentamento e a superação da fragmentação e hierarquização dos saberes (BRASIL, 2009 p.15)

apenas ligadas ao mercado de trabalho, mas que desenvolvam nos educando a consciência cidadã estruturando-os na sociedade contemporânea.

5.1.1 O Ensino médio inovador na Escola de Ensino Médio Engenheiro Annes Gualberto

O Programa de Ensino Médio Inovador (ProEMI), foi implantado na escola Engenheiro Annes Gualberto no ano de 2013. A escola foi convidada pela Secretaria de Educação – SED e pela Gerência de Educação – GERED, para participar do programa, devido a sua exclusividade em trabalhar com turmas do Ensino Médio e disporem de uma grande quantidade de oferta de vagas para o Ensino Médio.

Porém, apesar da grande oferta de vagas da escola para o ensino médio, surge o primeiro desafio, convencer os pais/responsáveis e alunos a conhecerem e participarem do programa, ainda em fase de experimentação na instituição. A apresentação da proposta do ProEMI aos pais/responsáveis e alunos foi realizada durante o período de matrícula dos estudantes oriundos do ensino fundamental, que seriam matriculados no primeiro ano do ensino médio no período letivo de 2013/1.

Nessa ocasião foram apontados os objetivos e metodologias do programa, bem como, apresentadas as disciplinas agregadas a nova reestruturação do currículo, onde passou-se a incluir aulas de teatro, violão, tênis de mesa, ioga, informática, além das disciplinas obrigatórias presentes no currículo do ensino médio regular. Também foi ressaltada a forma como se pretendia articular todas essas disciplinas, assumindo junto ao aluno o compromisso de inovar a metodologia de trabalho em sala de aula, através da exposição mais dinâmica do conhecimento, oportunizando o aluno a contribuir diretamente para o processo de ensino aprendizagem.

Diante da apresentação da proposta do ProEMI, nesse primeiro ano obteve-se a constituição de uma turma experimental de 1º ano composta por 31 alunos. No ano de 2014 o ProEMI, seguiu com a turma do ano anterior, agora cursando o 2º ano, e abriu mais uma turma de 1º ano, totalizando 2 (duas) turmas matriculadas, no Ensino Médio Inovador (GRADE DE MATRICULA, 2013/2014).

Após a implantação do ProEMI na primeira turma em 2013, foi verificada a desistência de alunos matriculados no programa. Muitos foram removidos para turmas do ensino médio regular e outros transferidos para escolas localizadas dentro e fora do município de

Imbituba. No ano de 2014, a recém criada turma de 1º ano, logo no mês de abril, também recebeu pedidos de remoção e transferência de alunos (GRADE DE MATRICULA, 2013/2014).

Os motivos para as transferências e remoções relatados pela orientadora pedagógica do ProEMI da escola foram diversos. O impulso pelo primeiro emprego foi um dos motivos mais expressivos nas transferências, seguido pela falta de identificação dos alunos com a nova proposta do ProEMI ou a forma como ela é colocada na sala de aula. Reclamações como a falta de espaço adequado para o desenvolvimento das atividades realizadas pelo inovador, e o descontentamento dos alunos com as disciplinas propostas e método de trabalho, também foram argumentados, além de reclamações quanto ao longo tempo que devem permanecer na escola com a ampliação da carga horária, são algumas das justificativas alegadas pelos alunos e responsáveis para a desistência de permanecer no programa.

Como já foi comentado, um dos grandes problemas relativos a implantação do ProEMI, é a falta de estrutura física e pedagógica da instituição. A disposição de turmas durante o período integral na escola requer uma estrutura pedagógica com professores fixos e qualificados, além de uma estrutura física básica, com salas de estudos, ginásio de esportes, e ambientes elaborados com a finalidade de atender as necessidades das disciplinas incluídas na reestruturação curricular, além de salas de aula fixas que podem ser ocupadas em dois períodos, sem prejudicar outras turmas de ensino.

Todavia, não é dessa forma que é planejada a implantação de um programa educacional como este; muito pelo contrário, primeiro implanta-se a ideia e depois cuida-se da parte prática cotidiana, onde serão encontradas as dificuldades que ocasionaram no esgotamento do projeto.

Essa é uma realidade presente em diversas escolas públicas do Brasil, e também enfrentada pela Escola de Ensino Médio Engenheiro Annes Gualberto, que ainda encontra-se em reforma na sua estrutura física, não estando após 2 anos de implantação do ProEMI, apta a desenvolver suas atividades pedagógicas de forma adequada, pela falta de estrutura.

Por fim, esses podem ser entendidos como alguns dos motivos pelos quais se tem a saída de muitos alunos matriculados no ProEMI na Escola de Ensino Médio Eng. Annes Gualberto, que logo no início do ano letivo, acaba percebendo a desorganização estrutural e desanimam de continuar no programa, encontrando no ensino regular ou profissionalizante a melhor solução para seguir a educação básica, quando não, desistem inteiramente de continuar essa etapa do ensino.

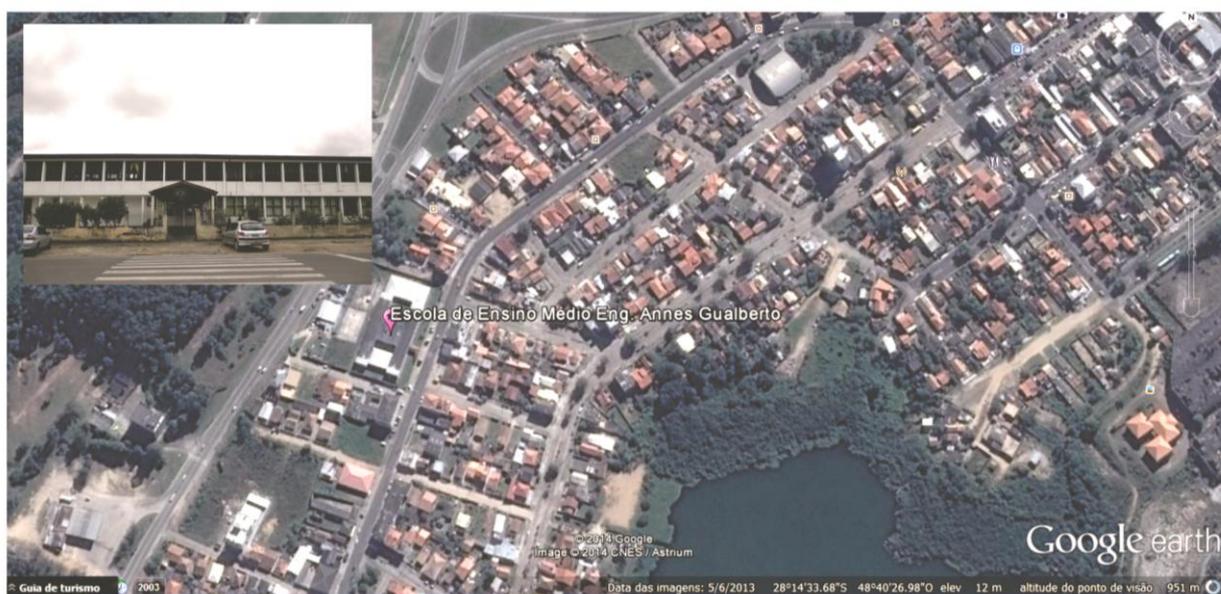
5.2 TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO ENGENHEIRO ANNES GUALBERTO

A Escola de Ensino Médio Engenheiro Annes Gualberto situa-se na Avenida Brasil número 1564 no bairro Paes Leme. Segundo Serafim (2006), o terreno onde foi construída a escola foi doado pela família Catão.

Criada no ano de 1966, através do decreto de n 3983/SEE, tornou-se vinculada ao Ginásio Normal Luiza Bocaiuva Keenner que funcionava nas dependências da E. E. B. Henrique Lage, transformou-se em Ensino Médio no ano de 1998, sendo mantida pelo Estado de Santa Catarina e administrada pela Secretaria de Estado da Educação e Desporto (PPP, 2012; SERAFIM, 2006).

O patrono da Escola é Annes Gualberto, um engenheiro diplomado que nasceu no município de São Francisco do Sul litoral norte de Santa Catarina, que exerceu sua profissão no Estado de São Paulo, foi nomeado para o serviço público federal no ano de 1947, atuou como engenheiro civil no Ministério da Viação e Obras Públicas, foi convidado a trabalhar na direção da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina. O ano de 1961, Annes Gualberto foi nomeado Secretário Executivo do Gabinete do Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, falecendo no ano de 1968 (PPP, 2012; SERAFIM, 2006).

Figura 60 – Localização da Escola de Ensino Médio Engenheiro Annes Gualberto.



Fonte: GoogleEarth, modificado pela autora, 2014

5.3 LEVANTAMENTO DOS DADOS NA ESCOLA

A fim de se conhecer a escola pesquisada utilizou-se como estratégia de pesquisa, investigar e analisar o PPP – Projeto Político Pedagógico, o Plano de Ensino das disciplinas de Geografia, Sociologia e Educação Física, aplicar questionários para os professores das disciplinas e para os alunos do Ensino Médio Inovador. Esses instrumentos analisados forneceram subsídios para o entendimento de como se dá a relação entre cultura escolar, identidade e memória social, e como são trabalhados esses conceitos dentro da escola fazendo uma analogia com a cultura local.

a. Projeto Político Pedagógico:

O PPP - Projeto Político Pedagógico é um documento norteador utilizado pela escola para orientar as atividades pedagógicas, a fim de alcançar os objetivos propostos nas leis e diretrizes do ensino básico. O PPP da escola Eng. Annes Gualberto foi elaborado no ano de 2012 e é utilizado atualmente, como base orientadora para todo o ensino médio: regular⁸, técnico⁹ e inovador¹⁰. Na presente pesquisa, pesquisou-se no documento informações relativas à identidade social, memória social e cultural local, como abordagem para se compreender o aluno como indivíduo na sociedade contemporânea.

b. Plano de Ensino:

O Plano de Ensino, assim como o PPP, é também um documento orientador; porém, difere-se quanto a sua abrangência. O PPP, traz direcionamentos que cabe a todas as disciplinas e comunidade escolar; no entanto, o plano de ensino aborda de forma específica objetivos, conteúdos e metodologias individuais por disciplinas, sendo uma importante ferramenta do educador para planejar de forma mais atenuante suas aulas. Na análise do Plano de Ensino dos professores buscou-se traçar uma relação entre o documento e as respostas fornecidas pelos professores ao questionário aplicado.

⁸ Está focado em aprofundar e conceitos e práticas ensinadas durante o Ensino Fundamental.

⁹ Está focado em formar educandos para o mercado de trabalho.

¹⁰ Está focado na formação integral do educando, ampliando seu tempo de aula e tornando o currículo mais dinâmico.

c. Questionários para os professores:

O questionário aplicado com os professores (Apêndice B) compunha-se de 4 (quatro) questões abertas que tiveram como objetivo, vislumbrar, na visão dos docentes qual era a cultura da escola, a cultura dos alunos, o que eles reconheciam como patrimônio no município de Imbituba, e se trabalhavam e abordavam esses patrimônios em sala de aula. A ideia de elaborar as questões abertas para os professores seguiu a lógica de que não teriam tanta dificuldade em escrever sobre o tema, por tratar-se de educadores e também por dar a possibilidade a eles de dissertarem mais à vontade sobre o que pensam em relação a essas questões, expressando sua opinião.

Para Gil (1999) o questionário com questões abertas é uma técnica de investigação abrangente que quando direcionada, tem como função, promover liberdade de opiniões, crenças, expectativas, situações vivenciadas entre outras ocasiões vividas pelo objeto de estudo, não influenciando o indivíduo pesquisado.

d. Questionário aplicado aos alunos:

O questionário aplicado com os alunos (Apêndice C) das duas turmas de 1º e 2º ano do Ensino Médio Inovador, compunha-se de 19 (dezenove), questões mistas, (abertas e fechadas).

O questionário foi elaborado com base no levantamento dos patrimônios materiais, imateriais e naturais de Imbituba, sendo abordados elementos da cultura local e identidade social, que tiveram como objetivo compreender qual a visão dos alunos em relação às práticas culturais tradicionais no município de Imbituba, buscando identificar aspectos importantes para a preservação do patrimônio como: se os alunos reconhecem a cultura local do município de Imbituba, se acham importante preservar os patrimônios culturais, se gostariam de conhecê-lo melhor, se essas práticas culturais fazem parte do cotidiano dos alunos e familiares, se os alunos consideram os patrimônios culturais como parte de sua identidade cultural e de qual forma esses patrimônios são abordados em sala de aula.

Optou-se por produzir um instrumento com questões abertas e fechadas, a fim de facilitar o acesso dos entrevistados ao objeto da pesquisa.

5.3.1 Análise do Projeto Político Pedagógico da Escola de Ensino Médio Engenheiro Annes Gualberto e sua relação com a identidade social, memória social e cultura local

A análise do Projeto Político Pedagógico tem como objetivo verificar se a escola enquanto instituição se coloca como reconhedora da cultura local de Imbituba, valorizando a diversidade e preocupada em atuar de forma política e social através do ensino.

O PPP - Projeto Político Pedagógico é o documento norteador de todas as atividades da Escola e segundo consta no próprio documento, a sua construção é realizada através de reuniões com toda a comunidade escolar no início do ano letivo, sendo feito o último, no ano de 2012, com base no PPP já utilizado no ano de 2011.

O método de pesquisa para a análise do PPP consistiu em avaliar cada um dos 12 (doze) Capítulos que compõe o documento, a fim de observar alguma referência a cultura local, onde fosse abordado os patrimônios culturais da cidade, o reconhecimento da cultura escolar e a diversidade cultural presente hoje no mundo globalizado. Portanto, apenas os Capítulos 3, 4, 5, 6, 7 e 8, apresentaram referências ao objetivo proposto.

O Capítulo 3 do PPP refere-se ao Marco Situacional, ali é apresentada a história de origem de Imbituba, salientando a economia do município, e as belezas paisagísticas da região, bem como o turismo. Nesse capítulo identificou-se que Imbituba situa-se na “Microrregião de base cultural açoriana do complexo Lagunar” (PPP, 2012, p.07), trazendo em sua constituição a herança cultural de seus antepassados.

Essa informação exposta no PPP demonstra a importância do (re) conhecimento da cultura local como base para a formação cidadã na escola, pois os indivíduos que fazem parte da instituição escolar são produto dessa cultura local e as recriam a todo o momento através das relações sociais ocorridas dentro e fora da escola.

O Capítulo 4 do PPP refere-se ao Marco Teórico, onde é discutida a relação do homem e da sociedade, frisando a preocupação com o mundo globalizado capitalista e como vencer os desafios da vida. Esse capítulo vai ao encontro, do Projeto Integrador que tem como tema central “Qualidade de Vida”.

São fundamentados no Marco Teórico os problemas e desafios em que a sociedade atual vem enfrentando, afirmando que as “grandes transformações que abrangem os planos econômico, social, cultural, educacional, político, ambiental entre outros” (PPP, 2012, p.18), faz com que o indivíduo adapte as novas circunstâncias do mundo contemporâneo; e é papel da educação participar desse desafio de compreender e solucionar esses problemas, por meio da

adoção de uma visão mais democrática e inclusiva, fundamentada em valores como “liberdade, solidariedade, igualdade, conhecimento, sobriedade, perdão, fraternidade, pois são valores fundamentais na sobrevivência humana” (PPP, 2012, p.18).

A escola como instituição assume o compromisso de integrar de forma inovadora os alunos na sociedade atual, admitindo a integração entre a cultura escolar produzida dentro da escola com a cultura da sociedade externa, produzida na comunidade. Essa referência é observada quando se afirma que “a escola o único espaço para ser provocada a efetiva mudança social que permita avançar para a modernização e a realização humana, ela constitui um espaço que precisa ser assumido e articulado por todos (família e os diferentes segmentos da sociedade)” (PPP, 2012, p.18-19).

O Capítulo 5 do PPP refere-se ao Marco Operacional, nele são abordados os objetivos que a escola deve alcançar em relação ao compromisso com seus alunos, ali são ressaltados alguns aspectos que dizem como a escola deve propiciar um ensino aos alunos. Primeiramente, indica que a escola deve seguir os projetos pedagógicos relacionando-os com a realidade e com as experiências dos alunos; deve incluir temas de significância social, como saúde, educação, ambiental e social; deve favorecer a socialização do saber e a interdisciplinaridade, estimular a reflexão e a criatividade; valorizar a autoestima; respeitar e atender a diversidade cultural; auxiliar os alunos na valorização do pensar e agir. Esses itens comentados no PPP, mostram a preocupação da escola com as diretrizes centrais do Projeto interdisciplinar “Qualidade de vida”, pois, atende perfeitamente aos objetivos propostos que é auxiliar os alunos na sua lida com as dificuldades comportamentais do mundo atual.

Na sequência, Capítulo 6 discute-se sobre os serviços dos técnicos pedagógicos¹¹ e algumas funções que compete a esse profissional, sendo que entre outras, chama a atenção o papel de: “desenvolver o auto conceito positivo, visando a aprendizagem do aluno, bem como a construção de sua identidade pessoal e social” (PPP, 2012, p.26) e “garantir que cada área do conhecimento recupere o seu significado e se articule com a globalização do conhecimento historicamente construído” (PPP, 2012, p.27). Esses dois argumentos, reafirmam o papel social da instituição escola, que deve proporcionar o diálogo gerando o respeito a diversidade cultural do mundo contemporâneo, compreendendo as mudanças comportamentais da adolescência considerada um período de transição, pois é por meio dos conflitos socioculturais presentes na

¹¹ Especialistas em assuntos educacionais, assistente técnico-pedagógico, docência, biblioteca e serviços integrados escola-empresa (PPP, 2012)

escola, que a mesma, assume o cargo importante na construção de princípios que auxiliem na construção social dentro e fora da sala de aula.

Ainda no Capítulo 6, quando se refere ao corpo docente o PPP aborda que a aquisição do conhecimento por parte dos alunos deve ser elaborada com base em “novos conhecimentos respeitando os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social do educando, garantindo-lhe a liberdade de criação e o acesso a fonte de cultura” (PPP, 2012, p.30). Diante dessa frase, fica evidente que é compromisso da escola enquanto instituição social, reconhecer e valorizar a cultura local do município onde ela encontra-se inserida, elaborando os métodos de ensino aprendizagem com base no contexto histórico, patrimonial e social dos alunos, respeitando a diversidade e as nuances presentes com a globalização.

O Capítulo 7 trata sobre a Organização curricular, que aqui é abordada de forma clara e atribui ao educador o dever de “planejar as ações do seu ano letivo, dentro de suas especificidades, para que seu trabalho tenha direção objetiva e concreta, perspectiva de uma transformação escolar e social, capaz de instrumentalizar os educandos para que os mesmos assumam o seu papel de sujeitos da sua história e da totalidade da humanidade” (PPP, 2012, p.47). Na argumentação, percebe-se que é função do educador adaptar seu plano de ensino unindo os conteúdos programáticos oriundos da grade curricular obrigatória com a realidade histórica e cultural do educando. Essa afirmação proporciona ao educador a liberdade para adaptar o currículo escolar, incrementando na didática, aspectos sociais e culturais da sociedade local, onde o educando encontra-se inserido, fazendo da escola uma instituição realmente a par da sociedade atual, capaz de “vincular os conteúdos de ensino a exigências teóricas e práticas de formação de alunos, em função das atividades da vida prática” (PPP, 2012, p.49).

Nesse mesmo Capítulo o PPP trata da reforma curricular do ensino médio, e enfatiza mais uma vez a necessidade de estabelecer “a divisão do conhecimento escolar em áreas, uma vez que entende os conhecimentos cada vez mais imbricados aos conhecedores, seja no campo técnico-científico, seja, no âmbito do cotidiano da vida social” (PPP, 2012, p.52). Apresenta o currículo como um instrumento transdisciplinar que se refere as “marcas das linguagens, das ciências, das tecnologias e, ainda, dos conhecimentos históricos, sociológicos e filosóficos, como conhecimentos que permitam uma leitura crítica do mundo, estejam presentes em todos os momentos da prática escolar” (PPP, 2012, p.53). Essas atribuições ao currículo vão ao encontro do que diz a LDB – Art.26, onde “à parte diversificada do currículo destina-se a atender às características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela” (PPP, 2012, p.53).

No item ‘Projetos’ do Capítulo 7, é justificada a necessidade de se elaborar o Projeto Interdisciplinar, intitulado “Qualidade de Vida”. Afirma-se que sua criação surge da necessidade de integrar o “cotidiano dos alunos, da cidade, do estado e do próprio país, onde a escola, professores, alunos e comunidade escolar se engajam para um determinado fim” (PPP, 2012, p.55). Portanto, através do Projeto Interdisciplinar a escola tenta proporcionar a relação entre a cultura escolar e a cultura local.

O Capítulo 8 refere-se a Associação de Pais e Professores – A.P.P, nele são descritas algumas atribuições da comunidade com a escola, onde deve se “integrar escola e comunidade através da participação que aproxima seus segmentos do cotidiano escolar” (PPP, 2012, p.58). Nessa conjuntura, a escola não deve se apresentar alheia a comunidade e vice e versa, elas precisam estar atreladas, pois os membros que a pertencem (alunos e funcionários) são também indivíduos sociais externos que são imbuídos de símbolos e significados através de sua constituição cultural formando o que se conhece como cultura escolar. “Ultrapassar os muros da escola, constituindo-se em um espaço público de participação da Comunidade local” (PPP, 2012, p.58) é por fim, o compromisso da escola.

Através das colocações acerca do Projeto Político pedagógico elaborado em 2012 pela Escola de Ensino Médio Eng. Annes Gualberto, percebe-se que não há menção ao Ensino Médio Inovador, já que este, foi implantado na escola a partir do ano de 2013. Assim não foi elaborado um PPP, no ano de 2013 e 2014, em que se realizou a pesquisa de campo. Todavia, essa constatação proporcionou uma análise genérica de todas as turmas de ensino médio –regular técnico e inovador- presentes na escola.

Levou-se em consideração que a integração entre o Projeto Político Pedagógico e o Projeto Interdisciplinar intitulado “Qualidade de vida”, como instrumento de conexão entre a realidade dos alunos, seu contexto sociocultural local e global, com os conteúdos curriculares obrigatórios, devem ser adaptados de acordo com a realidade da escola. Sendo que esses dois documentos são utilizados para todas as turmas de ensino médio presentes na escola, incluindo as duas turmas de primeiro e segundo ano do Ensino médio Inovador.

Diante dessa consideração, analisaram-se no Projeto Político pedagógico, todas as referências ligadas à valorização da identidade e memória social e da cultura local, onde se salientou o reconhecimento da cultura do educando, como base para a adaptabilidade dos conteúdos escolares obrigatórios, resgatando e respeitando toda cultura produzida pelo aluno fora da escola, integrando-a com a instituição, à medida que é dado o convívio social entre os alunos e demais membros da escola, gerando o que se entende como relações sociais.

No entanto, percebeu-se que a instituição escola, assume como compromisso fazer essa ponte teórica entre a sociedade e a escola, afirmando a importância das reuniões promovidas pela APP durante a elaboração do Projeto Político Pedagógico, onde são discutidos todos os marcos teóricos que nortearão o ano letivo, além de auxiliar na elaboração do Projeto Interdisciplinar, que tem como objetivo atender as necessidades sociais e culturais dos educandos, educadores, corpo de funcionários e também a sociedade externa representada por todos, inclusive pais e responsáveis pelos educandos.

5.3.2 Analisando os Planos de Ensino e as respostas dos professores

A proposta desse item é analisar os Planos de Ensino e as respostas dadas pelos professores ao questionário aplicado para essa pesquisa, observando as considerações em relação à cultura local, identidade e memória social nos dois documentos.

Os Planos de Ensino da Escola de Ensino Médio Engenheiro Annes Gualberto, são construídos anualmente pelos professores que lecionam as disciplinas, e são direcionados para todos os ensinos médios, sendo ele técnico, regular e inovador. Porém, no ensino médio inovador há disciplinas que não estão presentes nos outros ensinos médios são elas: teatro, tênis de mesa, violão e ioga. Para essas disciplinas, não há Planos de Ensino individuais, uma vez que se encontram organizadas dentro de outras disciplinas como artes e educação física.

A outra ferramenta analisada são os questionários aplicados aos professores, compostos de perguntas abertas, que tiveram como finalidade, obter dados sobre a opinião dos professores acerca da cultura da escola, a cultura dos alunos, o que consideram patrimônio material, imaterial e natural no município de Imbituba, e se na disciplina que lecionam eles enfocam os elementos dos patrimônios citados pelos professores e de que forma isso acontece.

No que tange a análise dos Planos de Ensino e questionários, realizou-se uma seleção, onde se identificou em quais deles enfatizou-se a cultura local, identidade e memória social.

Entre os Planos de Ensino disponíveis para a análise, estavam os das disciplinas de matemática, geografia, química, sociologia, biologia, história, física, língua inglesa, administração (empreendedorismo) e educação física. Contudo, no processo de seleção realizada de acordo com o objetivo da pesquisa, foram selecionados 4 (quatro) Planos de Ensino: história, geografia, sociologia e educação física, esse baixo índice de planos é devido as respostas obtidas com o questionário aplicado ao professores. Já que os questionários selecionados para a análise

se restringiram aos respondidos pelos professores que lecionam as disciplinas de geografia, sociologia e educação física, onde também foi averiguada alusão sobre a cultura local, identidade e memória social na elaboração do documento.

Como forma de identificação dos questionários dos professores optou-se por identificá-los de acordo com as iniciais das disciplinas que lecionam, assim, para identificar os professores (as) foram utilizadas siglas, ‘G1’ para Geografia, ‘S1’ para Sociologia, ‘EF1’ para Educação Física. O professor de história não respondeu ao questionário, portanto a disciplina não fez parte dessa amostra.

Com o objetivo de entrelaçar às referências a identidade, memória social e cultura presente nos Planos de Ensino com as respostas dadas ao questionário pelos professores, buscou-se expor as referências nos Planos de Ensino, seguidas das respostas obtidas nos questionários, fazendo breves considerações acerca dos dados obtidos nos documentos investigados.

O primeiro Plano de Ensino analisado foi o da disciplina de Geografia. Observou-se que nos objetivos específicos do documento foi verificada havia referência a cultura local e global, abordando a possibilidade de trabalhar a cultura local na perspectiva da geografia, avaliando os impactos naturais, sociais, culturais e políticos que a sociedade contemporânea vem sofrendo.

Houve a preocupação do professor em adaptar a disciplina as necessidades socioculturais dos alunos, abordando assuntos do cotidiano, fazendo-o compreender-se na sociedade contemporânea enquanto cidadão crítico e participativo.

Nos conteúdos programáticos, observou-se ligações abordando a dinâmica histórica responsável pela organização do espaço brasileiro e sua colonização, fazendo referência as regionalizações e o processo de industrialização, o que culmina na mudança no espaço social e cultural dos indivíduos, assumindo que “a compreensão das relações entre sociedade e o espaço inserido no tempo, é um poderoso instrumento para a formação de pessoas com condições de transformar conscientemente o lugar em que vive. A visão de um mundo em que o local e o global interajam” (PLANO DE ENSINO DE GEOGRAFIA).

Essa afirmação vai ao encontro da resposta dada pelo professor (a) de Geografia que reside em Imbituba e aqui será denominado de G1. Quando perguntado qual a cultura dos alunos, ele discorreu que se tratava de uma “cultura típica do jovem”, tem no grupo de amigos o seu maior interesse dentro do espaço da escola. Essa argumentação coloca a escola como um espaço importantíssimo para as relações sociais dos adolescentes e jovens que cursam o ensino médio, pois é através dessas relações que eles compreendem a sociedade em que estão inseridos,

podendo transformá-la através de uma percepção local e global indissociável (QUESTIONÁRIO GEOGRAFIA).

Ao ser interrogado sobre a cultura da escola, G1, argumenta que as relações escolares não possuem uma integração forte, mas que esse problema vem sendo resolvido através de trabalhos em grupo, a fim de suprir essa dificuldade. Essa segunda resposta está estreitamente ligada à resposta anterior sobre a cultura do aluno, pois se percebe que para os alunos o convívio em grupo é bastante valorizado e na escola ainda verifica-se uma barreira de integração, que, no entanto, vem sendo quebrada através da realização de atividades em conjunto, envolvendo alunos, pais, professores e membros administrativos.

O diálogo entre todos os membros da escola em prol de objetivos únicos ligados ao bom funcionamento educacional, auxilia na aproximação entre a escola e a comunidade externa que a compõe, sendo esta formada por diferentes bairros do município de Imbituba, de onde são originários os alunos do Ensino Médio Inovador.

Essa aproximação cultural e social da instituição e da comunidade, também pode ser entendida como uma ponte para a inserção de estudos sobre a cultura local no âmbito do global. Assim, o reconhecimento do patrimônio cultural do município é importante para que os alunos situem-se como parte integrante da cultura local. Em resposta à pergunta sobre patrimônio cultural e se trabalha sobre os patrimônios culturais locais em suas disciplinas, G1, afirma que “o próprio prédio da escola” pode ser considerado patrimônio cultural, logo argumenta que no que tange ao patrimônio imaterial “as histórias ou o folclore do município” são muito importantes para a identidade cultural e memória local. E a disciplina de geografia encarrega-se de fazer essa ligação entre a cultura local e a cultura global afirmando que ela “trabalha com a visão do município”, sendo o “patrimônio discutido por meio dos demais conteúdos” (QUESTIONÁRIO GEOGRAFIA).

O segundo Plano de Ensino analisado foi o da disciplina de Sociologia, onde foi verificado o conteúdo e os conceitos do Plano de Ensino, onde havia alusões a noções e conceitos de “ideologia, cultura: conceitos e definições, cultura e antropologia, diversidade cultural, ideologia e classe social, cultura popular e erudita, folclore: tradição e transformação, a indústria cultural e as culturas de massas, o universo da propaganda, mundialização da cultura, imigrantes e etnias que compõe a sociedade catarinense” (PLANO DE ENSINO SOCIOLOGIA).

Dentro dessa grande quantidade de conceitualizações trabalhadas em sala de aula na disciplina de Sociologia, verificou-se a importância dessa disciplina para o entendimento da

inserção do indivíduo na sociedade local e global. Todas essas abordagens são relevantes a ponto de possuírem um papel diferencial na construção da memória e identidade social local.

A conceitualização de cultura é extremamente importante para que os alunos tenham uma visão geral da sociedade, conhecendo e valorizando a influência dos diversos imigrantes que chegaram a Santa Catarina e que deixaram sua herança cultural, disseminada através dos tempos até os dias atuais. Ao discutir o conceito de ideologia, é possível compreender como se deu o processo de colonização e perpetuação das manifestações culturais através do poder ideológico dominante. Ao tratar de cultura popular, entra-se em meio à imensa riqueza cultural local de Santa Catarina e do município de Imbituba, bem como todo o restante do país, abordando a diversidade cultural. A discussão em torno do folclore é atribuída como uma boa oportunidade para que o aluno conheça um pouco mais sobre a sua região e as manifestações folclóricas presentes nela, identificando-se através da cultura imaterial, podendo ter uma visão abrangente do global e local. Ao falar em cultura global e de massas, também se discute o universo da propaganda e da mundialização da cultura. O aluno passa a ter uma noção de tempo e espaço na cultura, visualizando todas as influências culturais que o rodeiam. A partir dessas discussões trabalhadas em sala de aula é possível que os alunos se compreendam como seres que produzem expressões culturais e conflitos.

Os conteúdos programáticos expostos no Plano de Ensino de Sociologia interagem com as respostas dadas pelo professor (a) de Sociologia que reside em Imbituba e aqui será denominado de S1. Sobre a cultura da escola S1, entende que ela reflete a do município, caracterizando a cultura local como “portuária, pesqueira, com festas típicas como a do camarão, preservando a época da tainha [SIC], sendo a cidade praiana, esportes típicos como o surf são muito praticadas na região” (QUESTIONÁRIO SOCIOLOGIA). Esse reconhecimento da cultura local por parte de S1 enfatiza os conteúdos do Plano de Ensino, quando reconhece a prática tradicional da pesca como herança cultural refletida na alimentação e nas festas típicas que trazem a culinária de base luso-açoriana como foco da festa do camarão, por exemplo, tenta através da valorização da cultura local, disseminar o entendimento da formação social do município.

Sobre a cultura dos alunos S1, entende que “a cultura dos alunos era local, hereditária de pai para filho. Mas a nova geração não segue os costumes dos pais e sim seguem muito a mídia e modismo repassado nas TVs” (QUESTIONÁRIO SOCIOLOGIA). A essa afirmação de S1, percebe-se que o conceito de cultura de massa discutida no conteúdo programático do Plano de Ensino, tem expressões fortes no universo dos adolescentes e jovens,

que vivem em uma sociedade global, sem fronteiras de informação e por isso são fortemente influenciados pelos meios de comunicação.

Todavia, essa é uma realidade superficial da cultura dos alunos, pois grande parte deles participa diretamente da cultura local, conforme item 4.2.3 através das práticas culturais tradicionais do município de Imbituba. Os alunos são reflexos da globalização e conseguem captar e adaptar-se, tanto a cultura de massa transmitida através dos meios de comunicação e pelo poder ideológico dominante, como também conseguem viver a cultura local passada de geração em geração, por meio de seu convívio cotidiano na comunidade em que se encontram inseridos. Em relação ao patrimônio cultural de Imbituba S1, argumenta “cultura do município – Museu da baleia Franca, (...) festa de igreja (...) as praias” e afirma que trabalha esses patrimônios com os alunos através de levantamentos em livros, viagens de estudo e pesquisas variadas, esses trabalhos são desenvolvidos em grupo e em duplas e afirma que a cultura da escola é em sua forma de trabalhar: “tradicional, utiliza livros didáticos, professor em sala de aula” (QUESTIONÁRIO SOCIOLOGIA).

O reconhecimento do patrimônio cultural promovido por S1 auxilia na elaboração e aplicabilidade dos conteúdos programados em sala de aula, através do Plano de Ensino, pois ao colocar o Museu da Baleia Franca, a festas religiosas e as praias como patrimônios e símbolos da identidade social do município, o professor reforça a formação histórica e social de Imbituba.

O terceiro Plano de Ensino analisado foi o da disciplina de Educação Física, onde estão inseridas também as disciplinas próprias do Ensino Médio Inovador como tênis de mesa e violão. O que chamou a atenção foi à forma como são abordados os conceitos essenciais a serem trabalhados em aula, argumentados como as “construções culturais internalizadas pelo indivíduo ao longo de seu processo de desenvolvimento” e também afirma que “a construção e a reconstrução das manifestações culturais produzidas na Educação Física devem ter por base o conhecimento e o princípio da autonomia para discutir, analisar e modificar conforme as necessidades, respeitando a diversidade (de sexo, etnia, religião e ideologia)”. (PLANO DE ENSINO EDUCAÇÃO FÍSICA).

Os objetivos propostos no Plano de Ensino seguem uma linha representativa para a valorização da memória e identidade da cultura local do município de Imbituba no contexto global. Quando são colocadas a “(...) pluralidade de manifestações de cultura corporal na comunidade, no município, no estado no país e no mundo (...)”, propiciando a integração da cultura de diferentes grupos sociais distintos (PLANO DE ENSINO EDUCAÇÃO FÍSICA).

No que tange a valorização e reconhecimento da cultura local, na Educação Física foi verificada que o espaço da dança propicia essa socialização e é capaz de representar a sociedade

através da linguagem corporal e interpretativa, que “permite exteriorizar os sentimentos, emoções da afetividade vividas nas esferas da religiosidade, do trabalho, dos costumes, dos hábitos (...)” (PLANO DE ENSINO EDUCAÇÃO FÍSICA). Na perspectiva da dança é abordado no Plano de Ensino, que ela representa a diversidade cultural brasileira, mantendo suas raízes significativamente criadas através da tradição e da simbologia, perpetuando-se através dos tempos, sendo a todo o momento (re) significado através das influências culturais. Assim, são abordadas na dança, as manifestações folclóricas típicas no litoral sul de Santa Catarina e que são comuns em Imbituba, como: o boi-de-mamão e quadrilha.

Os conteúdos programáticos e objetivos expostos no Plano de Ensino de Educação Física interagem com as respostas dadas pelo professor de Educação Física que não reside em Imbituba, mas nas proximidades e aqui será denominado de EF1. Em resposta a questão sobre a cultura da escola EF1, argumenta que a cultura escolar é complexa, no entanto é composta basicamente da “bagagem cultural que os alunos trazem consigo e em meio ao grupo”, todavia ele complementa que “hoje a cultura sofre diversas influências devido às novas tecnologias e isso reflete na escola”. EF1, afirma que a cultura escolar é formada pela cultura local de base cultural luso-açoriana e região litorânea, admitindo que essa cultura esteja no aluno e membros da instituição escolar (QUESTIONÁRIO EDUCAÇÃO FÍSICA).

Em relação ao patrimônio cultural de Imbituba, EF1, diz que considera os eventos tradicionais realizados anualmente e comenta que “as praias talvez sejam o maior patrimônio natural”. Sobre se trabalha e a forma como trabalha os patrimônios nas aulas, EF1, argumenta que desenvolve atividades “através de jogos e eventos (...)”, sendo as danças a forma mais prática de expressar as manifestações culturais típicas (QUESTIONÁRIO EDUCAÇÃO FÍSICA).

O quarto Plano de Ensino a ser analisado refere-se à disciplina de história, onde logo na justificativa verifica-se o entendimento da cultura local, memória e identidade social destacando “o reconhecimento dos níveis históricos vividos, refletidos e concebidos. O conhecimento histórico é uma construção do conhecimento de vários sujeitos” (PLANO DE ENSINO DE HISTÓRIA).

Nesse mesmo viés destacam-se os principais conceitos a serem trabalhados no âmbito da cultura local e global, são eles: “tempo, espaço, temporalidade, cultura, memória, identidade, ideologia, imaginário, relações sociais e relações de produção, produção de saberes”. Quanto aos objetivos destacam-se a valorização da “herança histórico cultural percebendo suas influências na atualidade” e complementa “identificar e valorizar o legado cultural das diversas

sociedades antigas e sua importância para as sociedades contemporâneas” (PLANO DE ENSINO DE HISTÓRIA).

A disciplina de história já possui enraizada o conceito de memória, identidade e cultura, tendo uma vasta abordagem teórica que serve como tripé para discutir os acontecimentos históricos nas diversas sociedades que existiram e que ainda existem no mundo. Valorizar e preservar a herança histórica cultural percebendo sua influência na atualidade bate diretamente com um dos objetivos proposto em nossa pesquisa, que visa à valorização do patrimônio cultural. Ainda a conceitualização de memória social, identidade social, temporalidade, cultura e imaginário, contribuem para a formação do processo histórico do indivíduo, fazendo com que o mesmo reconheça-se dentro do contexto sócio cultural do município de Imbituba.

Por não ter os dados do questionário da disciplina de história, foi realizada apenas a análise do Plano de Ensino, onde foi percebida a alegação acerca da cultura, da identidade e da memória social, fazendo uma ponte entre a formação social e o contexto histórico, tanto no âmbito local como global, através das abordagens históricas das diversas sociedades.

Durante a análise dos Planos de Ensino, não foi verificada diferenças no método de ensino pedagógico e conteúdos destinados ao Ensino Médio Regular, Técnico e Inovador. Porém, no plano de ensino de Geografia foi comentado que no Ensino Médio Inovador realiza-se uma metodologia de trabalho diferenciada, onde é realizado maior número de atividades em equipe, saídas a campo e demais atividades extraclasse.

Quanto os quatro Planos de Ensino analisados, foi percebido que todos são fundamentados com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais, a Proposta do Ensino Médio de Santa Catarina, o Projeto Político Pedagógico (PPP) e o Projeto Interdisciplinar denominado Projeto Qualidade de Vida.

Fazendo a ponte entre os conteúdos e objetivos propostos nos Planos de Ensino utilizados na pesquisa e as respostas aos questionários aplicados aos professores, foi verificada uma integração entre ambos, já que para os professores, a cultura da escola e do aluno é composta pela miscigenação entre a cultura do município (cultura local), a cultura de massas, proveniente da globalização, e as regras e comportamentos disseminados pela instituição e todos os membros que a compõe. Em relação ao patrimônio cultural, os professores reconhecem as manifestações culturais (festas populares e religiosas), as praias e as ruínas do barracão da baleia (Museu da baleia de Imbituba), como um dos patrimônios mais importantes, possuindo forte representatividade da identidade e memória social de Imbituba. Ainda nas respostas dos professores, todos confirmaram que já trabalharam alguns dos patrimônios citados por eles, e

utilizaram métodos tradicionais como livros e pesquisa em grupo, além de métodos mais lúdicos como jogos e apresentações culturais.

5.3.3 Analisando os dados dos questionários com os alunos

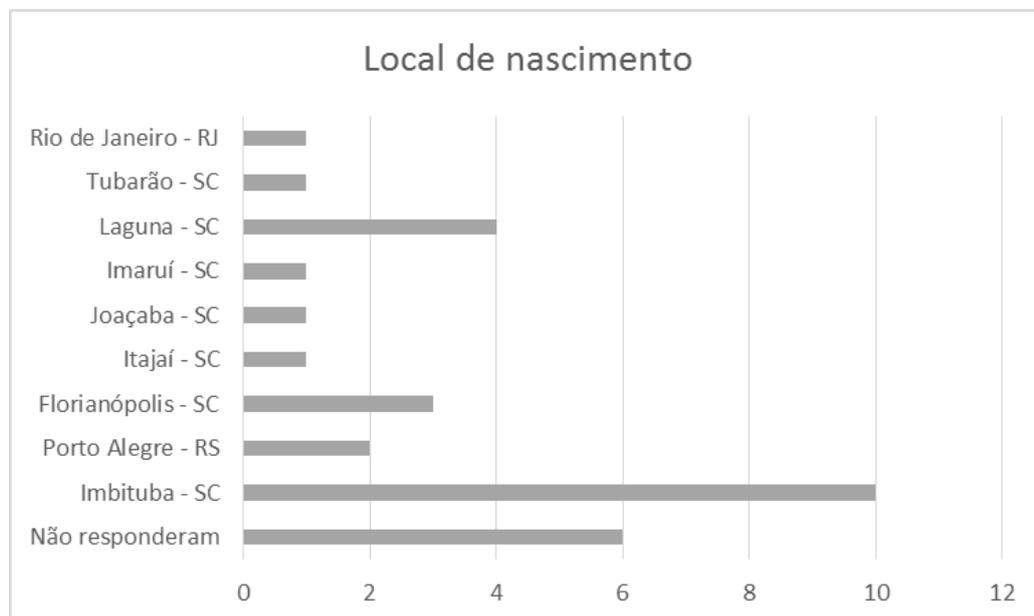
O Ensino Médio Inovador na Escola de Ensino Médio Engenheiro Annes Gualberto, possuía no ano de 2014 duas turmas de 1º e 2º ano, totalizando 30 alunos matriculados.

Os dados a seguir apresentam a discussão acerca do patrimônio cultural e o reconhecimento por parte dos alunos enquanto testemunhas vivas desse patrimônio. Foram aplicados questionários com questões referentes ao patrimônio cultural levantado durante a pesquisa de campo no município de Imbituba.

As primeiras questões presentes no questionário, diz respeito ao local de nascimento do aluno, bairro onde reside, sexo e idade. Essas questões são pertinentes, pois identifica o local social de onde fala o aluno. De acordo com Duarte (2012), o delineamento desses critérios interfere diretamente na qualidade das informações, pois é a partir desses dados que será possível compreender de forma mais ampla o problema delineado na pesquisa. As questões de identificação do indivíduo, ou seja, do objeto pesquisado constituem um problema a ser acometido já que se trata da origem social onde o objeto pesquisado está inserido, e as influências que esse local social pode proporcionar aos resultados da pesquisa.

O gráfico 1 apresenta os dados referentes ao local de nascimento dos alunos. Nele é possível perceber que grande parte dos alunos, são nascidos em Imbituba, seguidos de Laguna, Florianópolis e Imaruí, cidades litorâneas e que também possuem sua base cultural luso-açoriana. Os demais, nascidos em Joaçaba e Itajaí também são do Estado de Santa Catarina, todavia, foi verificada uma pequena parcela de alunos que nasceram fora do Estado e outros que não responderam.

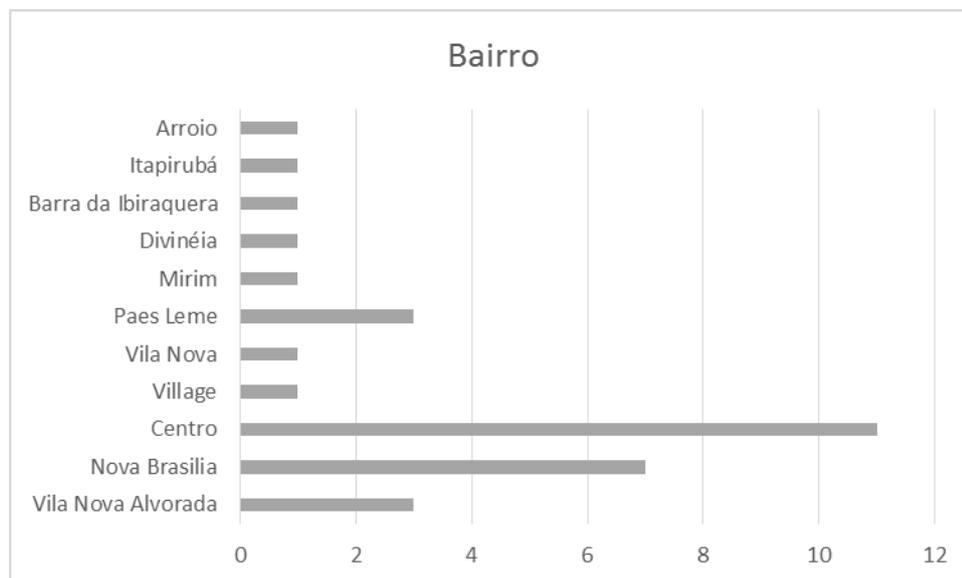
Gráfico 1- Local de nascimento



Fonte: Autora, 2014.

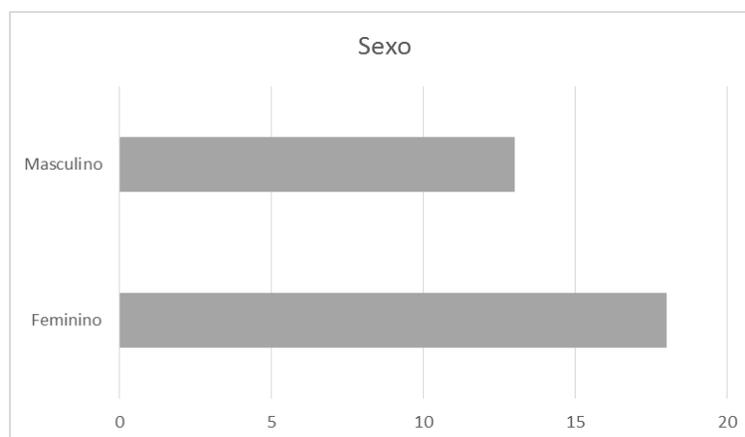
Os gráficos 2, 3 e 4 apresentam os dados, que apontam, respectivamente, o bairro, o sexo e a idade dos alunos. No gráfico 2, tem-se os dados referentes ao bairro onde residem os alunos, que apresentam os seguintes resultados: grande parte mora no Centro de Imbituba, local onde foram identificados os conjuntos arquitetônicos tanto de residências como de edificações comerciais, industriais, instituições e estabelecimentos que fizeram parte da formação econômica e histórica do município. Outra grande parte dos alunos reside no bairro de Nova Brasília pertencente ao Distrito de Mirim. Alguns poucos alunos residem no bairro Paes Leme, e o restante dos alunos moram em bairros como Vila Nova Alvorada, Divinéia, Arroio, Itapirubá, Barra da Ibiraquera, Vila Nova e Village. Quanto ao sexo e idade dos alunos entrevistados (gráfico 3), grande parte deles fazem parte do sexo feminino e possuem idade entre 14 a 16 anos (gráfico 4), possuindo a maioria idade de 15 anos, isso porque a turma com maior quantidade de alunos é a do 1º ano do Ensino Médio.

Gráfico 2- Bairro



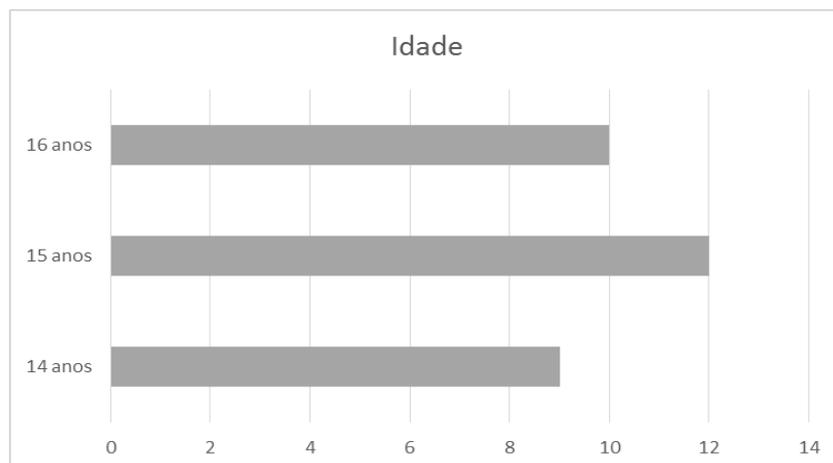
Fonte: Autora, 2014.

Gráfico 3- Sexo



Fonte: Autora, 2014.

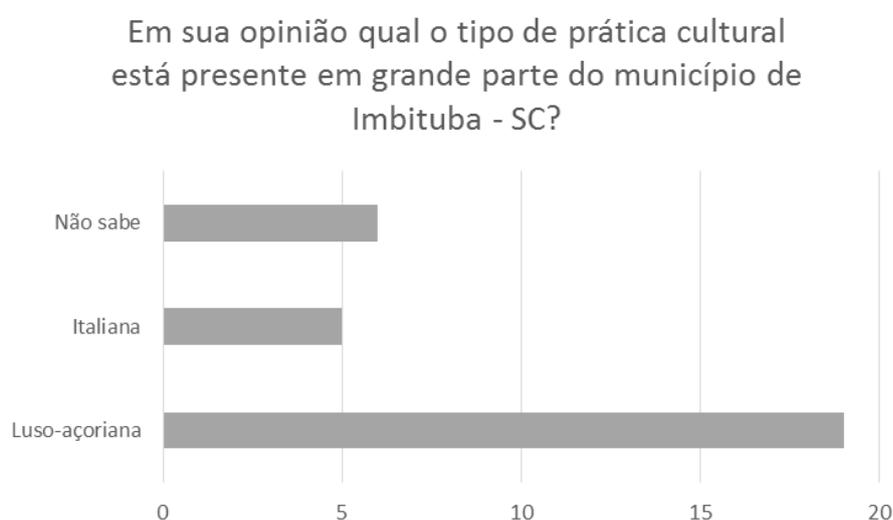
Gráfico 4- Idade



Fonte: Autora, 2014.

O gráfico 5 apresenta os dados referentes ao conhecimento dos alunos quanto ao tipo de prática cultural presente em grande parte do município de Imbituba. Foram citados no questionário 4 (quatro) opções de resposta: luso-açoriana, alemã, italiana e a opção outras, onde os alunos poderiam citar alguma prática diferente das sugeridas. A maioria dos entrevistados, afirmou que a prática cultural é a luso-açoriana; outros, representando uma significativa, responderam que não sabiam; todavia, a minoria dos entrevistados, respondeu ser a prática cultural italiana presente em grande parte do município.

Gráfico 5 – Em sua opinião qual o tipo de prática cultural está presente em grande parte do município de Imbituba – SC?



Fonte: Autora, 2014.

A questão exposta no gráfico 6 diz respeito ao conhecimento do aluno em relação aos patrimônios materiais arquitetônicos presentes no município de Imbituba. Foi citado no questionário os patrimônios levantados durante a pesquisa de campo, porém, a Estação da Ferrovia e o Hotel Imbituba colocados no levantamento de campo individualmente, foi acrescentado no questionário como parte do conjunto arquitetônico do centro de Imbituba, igualmente ocorreu com o prédio da Coopeimb, que foi colocado individualmente no questionário por ter grande visibilidade, sendo abordado dentro do conjunto arquitetônico do centro de Imbituba durante o levantamento de campo, por ter sido uma residência no passado.

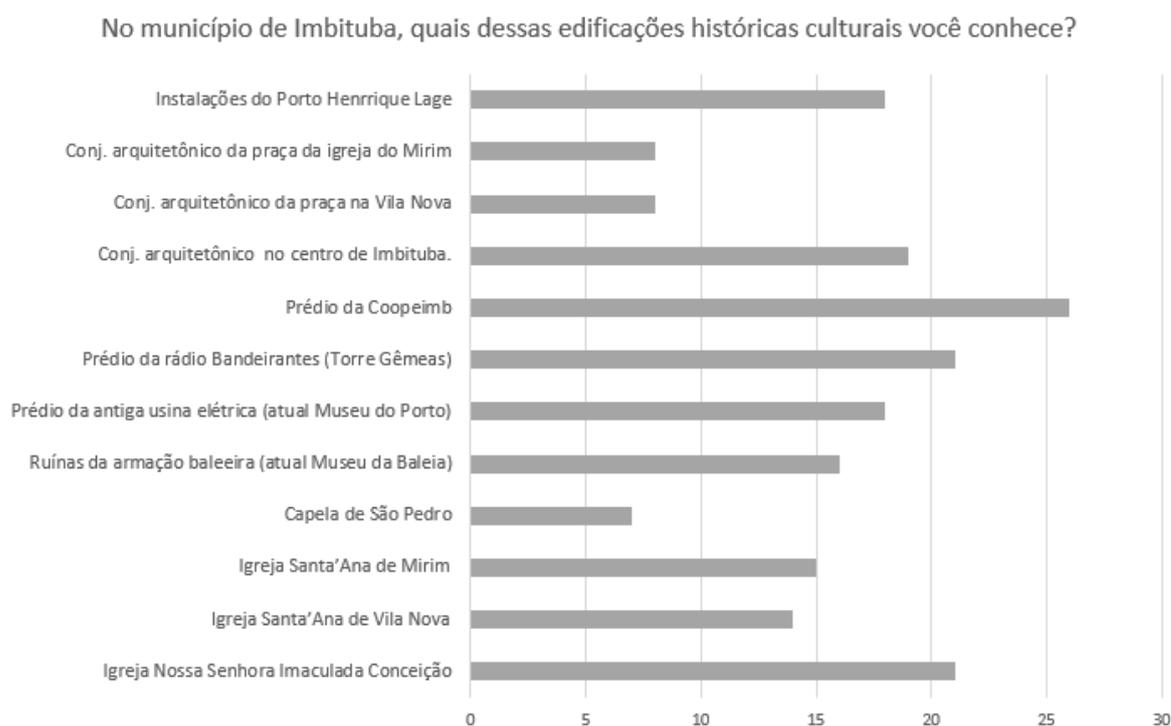
Para responder a esse questionamento foi citada as edificações levantadas e os alunos preencheram com um 'X', as que eles conheciam. Na perspectiva de conhecer, foi explicado que o fato de ter passado e observado o patrimônio, já se considerava como conhecedor. Já que grande parte dos patrimônios é residencial e outros se encontram em propriedade privada. Os resultados relativos a este questionamento foram bastante promissores, pois demonstrou que os alunos conhecem e observam grande parte das edificações históricas, que representam a formação sócio cultural do município de Imbituba.

O prédio da Coopeimb foi à edificação mais conhecida; esse fato diz respeito à utilização atual do prédio que é uma Escola. A igreja matriz Nossa Senhora Imaculada Conceição, o prédio da antiga rádio Bandeirantes, também conhecido como Torres Gêmeas localizada no centro de Imbituba, foram uns dos mais citados, seguidos do conjunto arquitetônico de casas antigas localizadas na praça da igreja matriz situada no centro e das instalações administrativas do Porto Henrique Lage, vistas da rua geral que dá acesso ao Porto. As demais edificações como igrejas da Vila Nova e do Mirim, também foi bastante citada, seguidas das ruínas do barracão da baleia atual Museu da Baleia, prédio da antiga usina elétrica, atual Museu do Porto e conjuntos arquitetônicos de Vila Nova e Mirim. Percebeu-se que poucos alunos assinalaram conhecer a capela São Pedro, também conhecida como Capelinha da Praia, localizada dentro das dependências do Porto.

Atrelada a essa questão, interrogou-se aos alunos se eles já haviam trabalhado sobre essas edificações em sala de aula, 100% dos alunos disseram não. Também se perguntou se consideravam importante preservar as edificações antigas, 90% responderam sim e 10% responderam não, os que responderam sim, justificaram que consideravam esses patrimônios como parte da história do município e por isso eram importantes para a população; os que responderam não, afirmaram que não se identificavam e não tinham interesse em preservar, também afirmaram que se devia dar lugar às novas construções. Aos que responderam sim, foi

perguntado se tinham interesse em conhecer um pouco mais sobre essas edificações: 34% responderam não e 36% responderam sim.

Gráfico 6 - No município de Imbituba, quais dessas edificações históricas culturais você conhece?



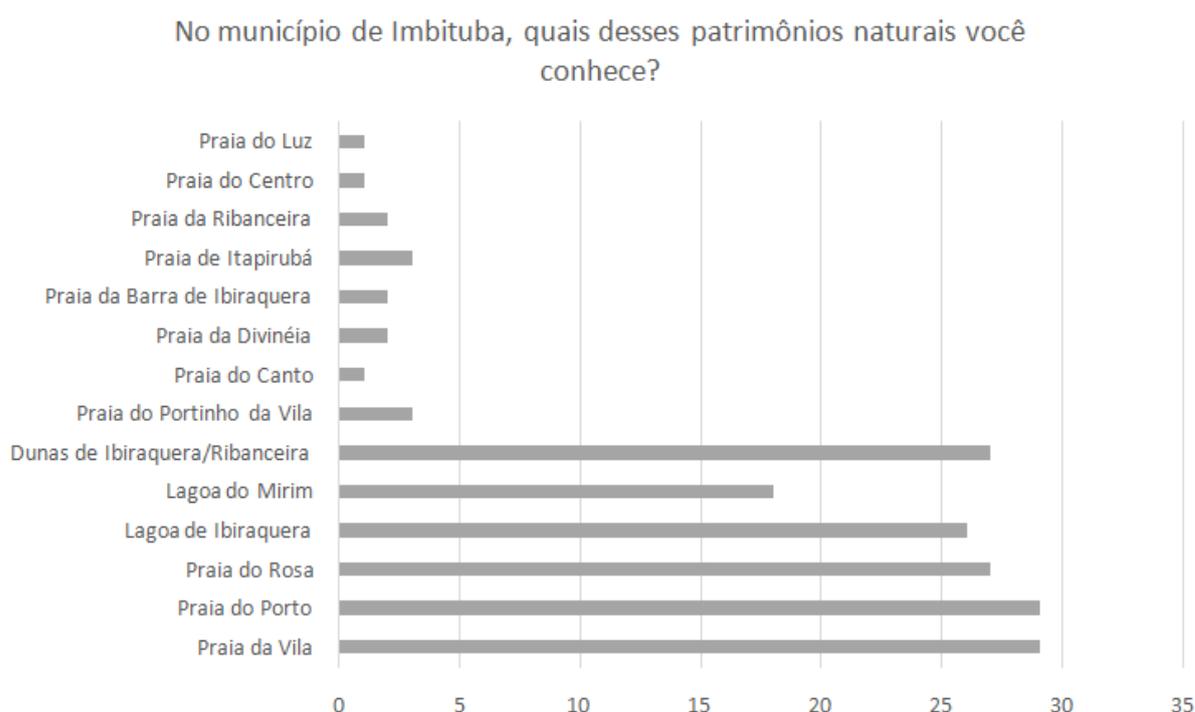
Fonte: Autora, 2014.

No gráfico 7 estão os dados referentes aos patrimônios naturais do município de Imbituba, onde incluiu-se as dunas, as lagoas e as praias, patrimônios naturais levantados através da pesquisa de campo. Nessa questão foram citadas algumas praias, lagoas e dadas à opção de 'outras' para serem acrescentadas pelos alunos, também foi citada as dunas de Ibiraquera e Ribanceira. De acordo com os dados obtidos, verificou-se que grande parte dos alunos reconheceram esses patrimônios e já frequentaram esses locais. Sendo que as praias mais famosas no município como: a Praia da Vila, Praia do Rosa, Praia do Porto e as Lagoas de Ibiraquera e do Mirim, foram as mais lembradas pelos alunos. As lagoas foram lembradas porque grande parte deles conhece a pesca artesanal e quem as pratica conforme será exposta nas respostas oriundas do Gráfico 8.

Atrelada a essa questão, foi perguntado se os alunos já trabalharam alguns desses patrimônios naturais em sala de aula, 3% responderam que sim e 97% responderam que não. Aos que responderam positivamente, perguntou-se qual disciplina, como se desenvolveu a

atividade, qual tema abordado e o que o aluno aprendeu. Foi respondido que a disciplina que trabalhou esses patrimônios foi geografia, onde se falou sobre a poluição das praias pelos turistas e pela comunidade, e aprendeu-se que se deveria preservar a natureza e não jogar lixo e rejeitos na praia. Também foi perguntado aos alunos se consideravam importante preservar os patrimônios naturais de Imbituba. Todos responderam que sim, e justificaram que as belezas naturais do município garantem a vinda de turistas, o que auxilia economicamente toda a região.

Gráfico 7 – No município de Imbituba, quais desses patrimônios naturais você conhece?



Fonte: Autora, 2014.

O gráfico 8 apresenta os dados referentes ao conhecimento do patrimônio imaterial. A colocação das manifestações no questionário foi dividida em formas de expressão, celebrações religiosas, crença e modo de fazer. Foram citadas 17 práticas culturais, não sendo citada pelos alunos a Coberta d' Alma.

Quanto aos dados, observou-se que as práticas culturais mais conhecidas entre os alunos são aquelas apresentadas em festas juninas como a quadrilha, boi de mamão, pau de fita e histórias folclóricas como os contos de bruxas, lobisomem e boitatá. Todavia, vale lembrar que essas práticas são disseminadas pela escola através de datas comemorativas como: dia do folclore e festa Junina. A pesca artesanal, também é bastante conhecida entre os alunos, já que

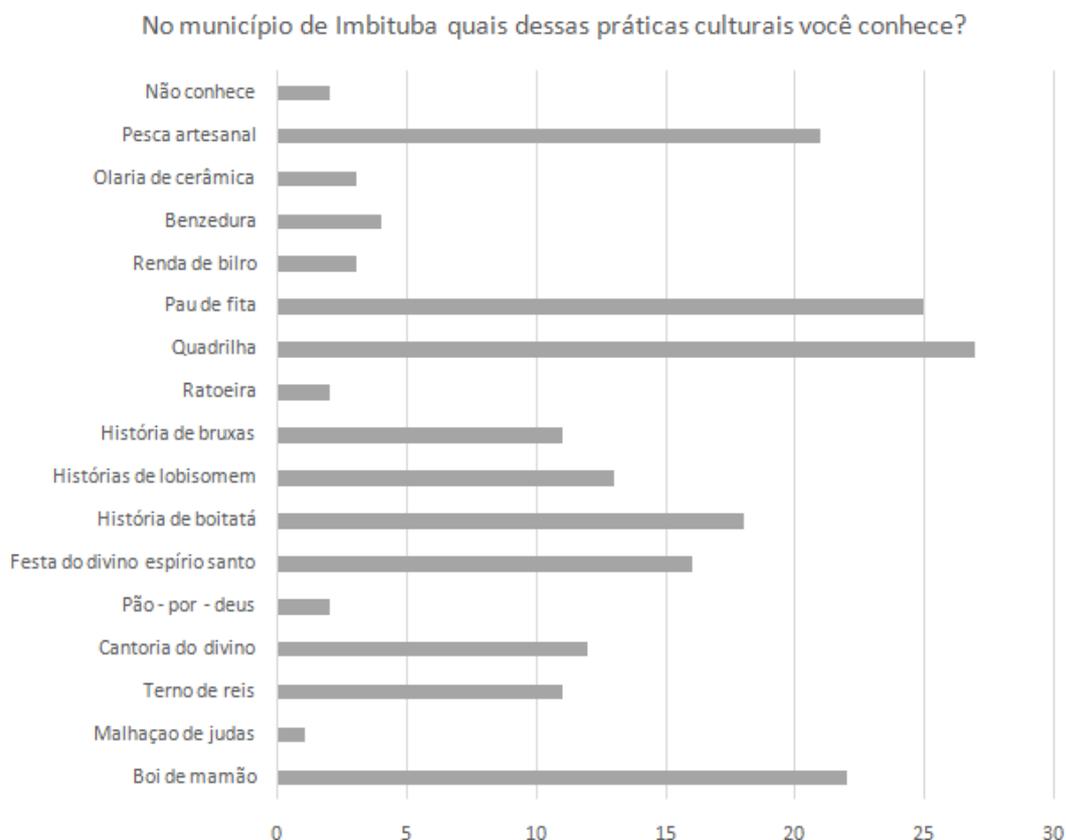
grande parte deles vive em comunidades próximas a lagoa e ao mar e tem conhecimento da prática cotidianamente. As demais manifestações foram citadas, porém em pequenas proporções como: a olaria de cerâmica, benzedura, renda de bilro, ratoeira, festa do divino espírito santo, pão-por-deus, cantoria do divino, terno de reis e malhação de Judas. As celebrações e manifestações religiosas como cantoria do divino, festa do divino espírito santo e terno de reis, são conhecidas devido ao grande reconhecimento da cidade de Imbituba pelo tradicionalismo religioso. Os alunos que disseram não conhecer nenhuma das manifestações, não são nascidos em Imbituba e seus pais também são oriundos de outras cidades e Estados do Brasil, Gráfico 1.

Ligadas a essa questão, perguntou-se aos alunos se alguém da família participa de alguma dessas práticas culturais, 63% afirmaram que não e 37% disseram que sim. Aos alunos que afirmaram conhecer alguém da família que participa de alguma das práticas culturais, foi perguntado quem são os membros que participa e quais são as práticas culturais. Diante dessa questão os alunos afirmaram que os praticantes são os pais, avós, tios, irmãos e sobrinhas, sendo que a prática mais citada foi a pesca artesanal, seguida das danças como, quadrilha, pau de fita e boi de mamão.

Quando perguntados se tinham interesse em preservar essas manifestações 77% disseram que sim e 23% disseram que não. Os que afirmaram sim, justificaram que essas manifestações representam a história e a cultura de Imbituba e os que responderam não, justificaram que não se identificam e não se importam com a preservação das práticas. Também aos que nunca participaram e não conheciam as manifestações foi perguntado se tinham interesse em conhecer: 60% responderam que não tinham interesse e 40% responderam que sim.

Perguntou-se aos alunos se já haviam discutido sobre essas práticas culturais em aula: 73% disseram que não e 27% responderam positivamente. Aos alunos que responderam sim, perguntou-se em quais disciplinas, as mais citadas foram: matemática, educação Física, artes, teatro e sociologia. Quando perguntados quais foram às práticas, foi respondida: a quadrilha, pau de fita e pesca artesanal. A quadrilha e o pau de fita foram conhecidos por meio de ensaios e apresentações na festa junina; a pesca artesanal foi encenada pelos alunos, que tiveram a oportunidade de ter contato com os instrumentos de pesca e com o cotidiano dos pescadores. Os alunos que encenaram a peça disseram que gostaram muito de participar e fariam novamente.

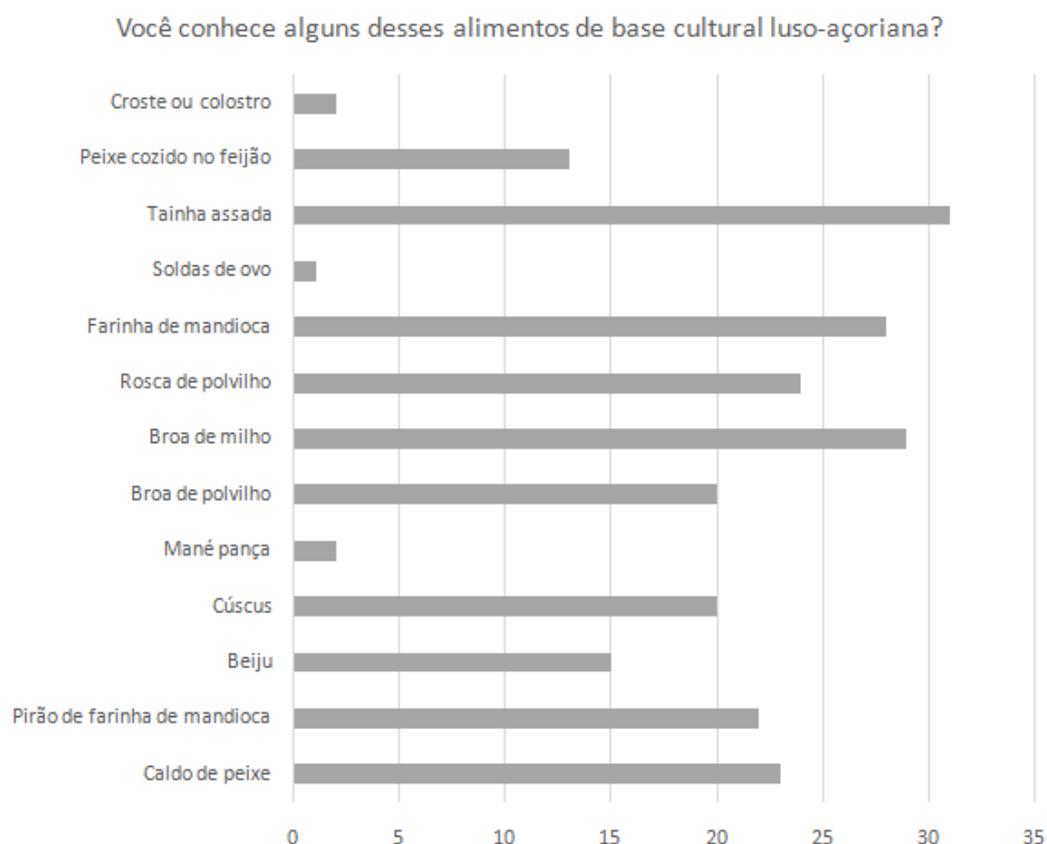
Gráfico 8 – No município de Imbituba quais dessas práticas culturais você conhece?



Fonte: Autora, 2014.

O gráfico 9 apresenta dados sobre o patrimônio imaterial de Imbituba como a alimentação e o modo de fazer herdado dos descendentes luso-açorianos. Foram elencados alguns alimentos de base cultural luso-açoriana, e os alunos marcaram com um 'X' se conheciam ou não os alimentos. Essa questão mostrou que a culinária tradicional é bastante comum no cotidiano dos alunos, pois grande parte deles conhece basicamente todos os alimentos citados. Todavia, a solda de ovo, o croste ou colostro e a mané pança, possui pouca expressividade entre os alunos. Ligadas a essa questão foi perguntado se algum desses alimentos faz parte da alimentação cotidiana dos alunos, 77% responderam que sim e 23% disseram que não. Porém, entre os alimentos mais consumidos estão: a farinha de mandioca, pirão de água e feijão, a tainha assada, as roscas e broas de milho e polvilho, o cuscuz, o beiju, e o peixe cozido no feijão.

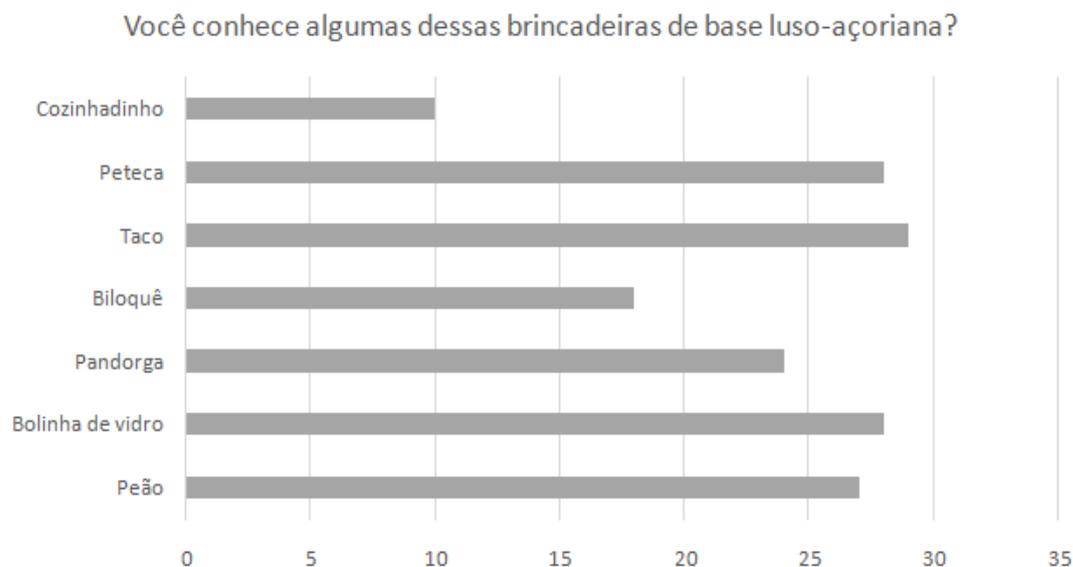
Gráfico 9 – Você conhece alguns desses alimentos de base cultural luso-açoriana?



Fonte: Autora, 2014.

O gráfico 10 diz respeito às brincadeiras típicas da cultura luso-açoriana e que fazem parte do patrimônio imaterial de Imbituba. No questionário foram citadas 7 (sete) brincadeiras e os alunos marcaram com um 'X' nas brincadeiras que conheciam. Basicamente, todos os alunos conhecem as brincadeiras, sendo o bilboquê e o cozinhadinho os menos populares entre eles. Arelada a essa questão os alunos foram interrogados se já brincaram com essas brincadeiras: 93% responderam que sim e apenas 7% responderam que não. Aos que responderam sim, foi perguntado quem apresentou as brincadeiras a eles; diante dessa pergunta, os alunos disseram que foram os pais, irmãos mais velhos, avós e amigos de infância.

Gráfico 10 – Você conhece algumas dessas brincadeiras de base luso-açoriana?



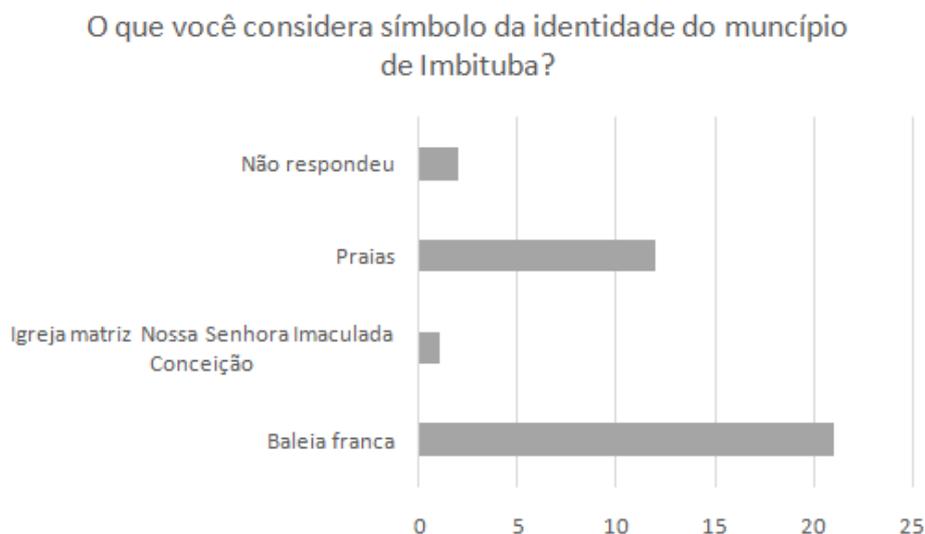
Fonte: Autora, 2014.

Por fim, perguntou-se aos alunos se eles se identificavam com as práticas culturais expostas na pesquisa: 50% responderam que sim. Esse resultado mostra que apesar de participarem das práticas culturais, metade dos alunos não se identifica e não reconhecem as práticas como parte de sua identidade social. Todavia, quando perguntados se consideravam importante passar essa herança cultural para as gerações futuras, 87% responderam que sim e 13% responderam que não. Os que responderam positivamente, afirmaram que essas práticas fazem parte da cultura de Imbituba, porém, alguns afirmaram que apesar de acharem importante passar para as futuras gerações não consideram para si como representativa de sua identidade cultural. Os alunos que responderam não justificaram que não acham importante passar essas informações, porque não consideram importantes.

O último questionamento feito aos alunos buscou saber o que eles consideram o símbolo da identidade do município de Imbituba. Os dados foram quase que unânimes, mostrando que para os alunos os patrimônios naturais representados pelas praias e pelas baleias são os símbolos da identidade de Imbituba. A igreja matriz Nossa Senhora da Imaculada Conceição foi citada uma vez, e outra parte dos alunos não respondeu.

Quando justificam o motivo pelo qual consideram as praias e a baleia franca como símbolos da identidade de Imbituba, as respostas são semelhantes, afirmam que: esses patrimônios atraem os turistas para a cidade, fazendo render lucros.

Gráfico 11 – O que você considera símbolo da identidade do município de Imbituba?



Fonte: Autora, 2014.

5.4 CRUZANDO DADOS: CULTURA LOCAL E CULTURA ESCOLAR

Os dados do estudo apontaram uma relação concomitante entre todos os objetivos propostos na pesquisa, compostos por documentos da instituição (Projeto Político Pedagógico – PPP e Plano de ensino de História, Geografia, Educação Física e Sociologia), referências bibliográficas e questionários aplicados com alunos e professores do ensino Médio Inovador. Através da associação dos dados foi possível obter a comunicação entre o campo da cultura escolar e da cultura local, através do reconhecimento e valorização da memória e identidade dos indivíduos envolvidos na pesquisa.

O Projeto político pedagógico da escola Engenheiro Annes Gualberto aborda elementos da cultura local, ao assumir o compromisso de integrar os alunos a sociedade atual, valorizando e respeitando as diferenças culturais e sociais presentes na sociedade contemporânea. O documento também ressalta o papel da escola como instituição social formadora, transformando-a em uma ferramenta importantíssima no processo de formação cidadã, com a capacidade de influenciar e dinamizar a troca de informações e conhecimento provindo de diferentes meios, mediando o processo de constituição da identidade cultural dos alunos.

Como sugere Marques (200) à postura da escola apontada no Projeto político pedagógico, estabelece a reciprocidade necessária entre as mudanças socioculturais presentes na

sociedade atual, com as normas estabelecidas pela instituição do Estado, atuando de forma dinâmica e transformadora incluindo-se como uma extensão da sociedade.

Como resposta aos questionários, os professores conjecturaram que os alunos são seres heterogêneos e trazem consigo sua herança cultural, adquirida através das relações com seus familiares, vizinhos, amigos e a sociedade global, por intermédio das influências trazidas principalmente com a utilização de tecnologias, como a televisão e internet. No entanto, os professores reconhecem que é na escola que todas essas informações são processadas e transformadas, pois dentro da instituição os alunos se deparam com uma gama enorme de indivíduos que também são responsáveis por trazerem aspectos de sua formação social, causando o que se pode chamar de trocas culturais.

Essas trocas culturais fazem parte do que Castells (1999) coloca como identidade, cujo processo de interação e significado representa uma complexa construção de elementos que podem ser entendidos como heranças culturais adquiridas com familiares, vizinhos, amigos e a sociedade em geral e que combinadas e vivenciadas formam o que o autor conceitua de identidade social.

Os dados das entrevistas feitas com os professores indicaram que eles possuem conhecimento quanto a cultura local e reconhecem as manifestações populares e religiosas como parte da identidade. Porém, os patrimônios elencados durante o levantamento de campo do patrimônio material, imaterial e natural do município, foi pouco citado por eles. Todavia, houveram referências indiretas a esses patrimônios, sendo citados: o folclore, a pesca artesanal, e o turismo de praias e da baleia como parte indissociável da identidade de Imbituba. Essa tendência, também é manifestada nas respostas dos alunos que tem como símbolo da identidade do município as praias e a baleia franca, utilizada pelo poder público como logomarca de Imbituba.

Nos questionários respondidos pelos alunos, percebeu-se que a maioria deles vivem cotidianamente os costumes e heranças culturais tradicionais, que são passados de geração em geração de maneira inconsciente através das relações sociais construídas, porém, poucos reconhecem todas esses costumes como parte de sua identidade enquanto indivíduos. Isso se deve ao fato de não haver nos alunos um entendimento sobre a importância do patrimônio para a formação da identidade nem mesmo a sua função integradora, que promove o reconhecimento de si enquanto singular e plural ao mesmo instante.

Através da análise dos planos de ensino das disciplinas pesquisadas, verificou-se que esses documentos são pautados em atribuições descritas no PPP - Projeto político pedagógico e, portanto, trazem consigo aspectos sociais e culturais que visam o reconhecimento e o

entendimento da cultura local a partir da cultura global, havendo uma interação entre elas. Os objetivos propostos nas disciplinas reforçam a missão de valorização da identidade e memória da cultura local ao reconhecerem a importância social da interdisciplinaridade, interligando conteúdos através da propagação da diversidade cultural. As diversas maneiras de se trabalhar a cultura observada nos objetivos dos planos de ensino, avigora que cada disciplina estudada atribui a importância de se trabalhar a cultura e as relações sociais que delas são derivadas, através de suas especificidades como ciência humana.

Baseada nas informações obtidas com a pesquisa, é importante que se faça um adendo nas questões relativas a relações sociais ocorridas dentro da escola, lembrando que a instituição é formada por uma série de regras e normas estabelecidas culturalmente por meio de seu processo histórico e por isso, também é responsável pela inserção de elementos transformadores que dinamizam as relações sociais dentro do seu muro (SACRISTÁN, 1998). Assim ela é o berço das relações sociais, críticas e democráticas de um indivíduo fora de sua família, pois proporciona a reunião de elementos básicos para o entendimento do outro enquanto indivíduo singular em uma sociedade plural. É na escola que os indivíduos interagem e procuram se entender como seres portadores de culturas múltiplas.

É dentro dessa abordagem que se pode perceber a importância da promoção e valorização do patrimônio cultural local dentro da escola, pois é na escola que estão indivíduos em formação, capazes de processar ideias e abrir caminhos para novas perspectivas.

O universo jovem é repleto de dúvidas e medos que são próprios do mundo contemporâneo, porém, são esses jovens os responsáveis por perpetuar a memória e a identidade enraizada em uma sociedade. Fazê-los compreender a importância do patrimônio para sua própria formação é papel da escola e da comunidade. O conhecer faz com que o sentimento de pertencimento aflore e assim a valorização e preservação aconteça.

Todavia, a partir da análise dos dados da pesquisa realizada na escola, bem como da observação no modo como as relações acontecem dentro do âmbito escolar, percebe-se que a cultura escolar na Escola de Ensino Médio Engenheiro Annes Gualberto é reflexo da cultura local do município de Imbituba. Por situar-se na microrregião de base cultural luso- açoriana o município possui aspectos culturais peculiares, que podem ser observados nas relações estabelecidas entre alunos, professores da instituição e membros externos da sociedade local.

A possibilidade de analisar esses parâmetros se fez possível através do levantamento do patrimônio cultural local. Conversando com membros do poder público e representante das manifestações culturais que resistem, mantendo viva a memória por meio do patrimônio.

A escola como instituição formadora de opinião e construtora no processo cidadão, tem o papel de disseminar e manter viva a chama da cultura local através de movimentos de revitalização e valorização do patrimônio cultural de Imbituba.

Por meio do levantamento dos patrimônios culturais do município, percebeu-se que cada uma das edificações, paisagens e bens naturais, formas de expressão, saberes e celebrações são partes integrantes e indissociáveis da formação histórica e cultural do município de Imbituba, pois através deles foi possível transcorrer todo o contexto sociocultural do município e região. Identificando os laços culturais dos moradores do município, incluindo nesse caso os alunos e professores que vivem cotidianamente em Imbituba, sendo apenas na escola ou residindo no município.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciar a presente pesquisa a grande inquietação foi o desafio de conseguir sistematizar elementos culturais como: a cultura local, o patrimônio cultural, a memória e identidade social com a cultura escolar existente na Escola de Ensino Médio Engenheiro Annes Gualberto, situada no município de Imbituba - SC. Para tal, estipulou-se o alcance de três objetivos: I) identificar a cultura local do município através do patrimônio cultural; II) entender o papel da memória e identidade social para a formação dos indivíduos; e III) relacionar a cultura local, identidade e memória social com o ambiente escolar, introduzindo-os na cultura escolar e a proposta do Programa do Ensino Médio Inovador.

Todavia, ao reunir todos estes diálogos verificou-se que estes elementos sistematizam-se automaticamente, pois se encontram interligados através das relações simbólicas e sociais ocorridas cotidianamente dentro e fora do espaço da instituição escolar, estando inseridos na vida social dos indivíduos membros da instituição.

A demonstração de como se dá a interligação desses elementos pode ser atribuída as considerações finais desta dissertação, que teve como intuito expor esses elementos e o diálogo possível entre eles para auxiliar na problemática que gira em torno do Ensino Médio no Brasil, que passa por uma crise de perspectivas e identidade (BRASIL, 2009; KLEIN, 2008; CARNEIRO, 2012), e por isso necessita de um novo caminho para encontrar-se em meio a educação básica.

Ao expor a problemática do Ensino Médio no Brasil, não é objetivo dessa pesquisa propor uma solução para a sua crise, mas sim, apresentar diálogos entre os elementos da cultura local, patrimônio cultural, memória e identidade social, articulando com a cultura escolar, em uma teia de discussões indispensáveis para a formação cidadã dos educandos, auxiliando-os no entendimento de que são indivíduos portadores de uma cultura diversificada.

Como resultado deste diálogo entre os elementos culturais, identificou-se com esse estudo, que a cultura local formada pela integração entre o patrimônio cultural e o contexto histórico social de Imbituba encontra-se fundidos com a cultura escolar da Escola de Ensino Médio Engenheiro Annes Gualberto. As práticas culturais vivenciadas pelos educandos e seus familiares cotidianamente são transmitidas por meio da memória, nas relações sociais, dinamizando a relação escola/comunidade e fundindo-as em laços culturais.

Essa constatação serviu de base para se pensar o redesenho curricular, que pode prever o envolvimento da cultura local na sua matriz. Através dos instrumentos de pesquisa

utilizados nesse estudo, foi possível visualizar como se estruturaram os elementos culturais com a realidade dos alunos, interagindo com a problemática de identidade do Ensino Médio.

Assim, a proposta de agregar valores culturais locais às disciplinas do Ensino Médio Inovador é uma iniciativa importantíssima para o avanço da educação, pois se entende que coligir valores culturais com o processo de formação cidadã dos educandos é indispensável para o bom funcionamento dessa etapa do ensino. É por meio da inovação curricular que o Ensino Médio Inovador objetiva “promover uma escola média onde os saberes e conhecimentos tenham significado para os estudantes desenvolvem sua autonomia intelectual” (PORTARIA n. 971 de 09 de outubro de 2009).

Levar os educandos e todos os demais membros da instituição escolar a compreender-se enquanto peça chave para o fortalecimento de elos culturais, garantem a continuidade e sobrevivência da herança cultural e assim proporciona o comprometimento de todos em prol da valorização da cultura local.

Conhecer as origens de suas práticas culturais cotidianas possibilita ao indivíduo perceber-se como constituidor de memória e identidade social, pois é através do reconhecimento de suas influências, que ele se desloca do lugar de observador passivo para o de agente transformador e produtor de sua história.

Com isso, identificou-se que os alunos refletem os movimentos de um mundo globalizado, no entanto, são capazes de captar e adaptar, tanto a cultura transmitida pelos meios de comunicação quanto pelo poder ideológico dominante. Conseguem ainda, viver e produzir a cultura local, adquirida através do convívio social na escola, família e na comunidade da qual fazem parte.

Essa informação transmite o compromisso social da unidade dos elementos culturais de uma sociedade, uma vez que todas essas práticas locais e globais são canalizadas pelas relações sociais, sendo que na vida dos adolescentes o ambiente mais propício para esse evento é a escola, que se constitui em um espaço de maior interação social nessa fase do ensino sendo também, o local onde eles se deparam com os primeiros choques culturais. Todavia, é o espaço ideal para o diálogo entre a identidade e memória social, abrangendo aspectos sociocultural distintos, oriundos de educandos e membros da instituição.

Essa constatação é contemplada quando analisados os documentos pedagógicos da instituição pesquisada, PPP e Plano de Ensino. A análise do Projeto Político Pedagógico possibilitou diagnosticar a preocupação da escola com a valorização da cultura local, que dialoga com a cultura global, assumindo o compromisso de efetivar a articulação entre elas, com o patrimônio, memória e identidade social. No Plano de Ensino das Disciplinas, verificou-se que

há o entrecruzamento dos aspectos culturais locais com os globais, considerados uma relação de interação necessária, que traz para a sala de aula um entendimento amplo dos conteúdos, com explicações que contemplam respostas críticas e não meras reproduções conceituais. A fala dos educadores avaliada a partir da análise dos questionários aplicados corroborou com o discurso encontrado no plano de ensino. Com isso, se constatou que os educadores reconhecem a necessidade do diálogo entre os elementos culturais para o bom desempenho do ensino médio.

Quanto aos objetivos propostos nesta pesquisa, todos foram alcançados. Ao que se refere à cultura local, foi possível por meio do patrimônio cultural e história da formação social de Imbituba visualizar as características culturais do município, suas tradições e memórias que são passadas de geração em geração através das relações sociais.

Ainda para os objetivos, foi possível por meio da conceitualização de elementos culturais ligados a memória e identidade social, entender o papel deles para a formação dos indivíduos, voltando-se aí para a instituição escolar, entendida como um local de interação e trocas culturais; e por fim, envolvendo todos os dados levantados na presente pesquisa, se alcançou o objetivo geral, que foi entender a relação entre a memória, identidade social, cultura local e cultura escolar com os professores e alunos do 1º e 2º ano do Ensino Médio Inovador, compreendendo como esses indivíduos se relacionam com a cultura local e a nova proposta do ensino Médio Inovador.

Não se ergue uma estrutura de qualidade sem fortes pilares. A ideia é boa, mas a base precisa ser reestruturada.

É assim que concluo essa pesquisa, pois é evidente a necessidade de planejamento em todas as etapas da educação no Brasil. Buscando a sintonia entre métodos de ensino, conteúdos programados e políticas pedagógicas, passando pela organização adequada da infraestrutura para a qualidade no desenvolvimento das práticas pedagógicas. Não há resultados sem planejamento. Cada instituição possui sua cultura que se modifica com o tempo por meio dos indivíduos que as compõe, assim é responsabilidade de todos os membros da escola desenvolver e instituir suas características culturais valorizando-as como promotoras de cidadania. Essa é uma das oportunidades que o Programa do Ensino Médio Inovador oferece as instituições, dando uma liberdade assistida para o desenvolvimento de práticas que se encaixa na cultura dos membros internos e externos da instituição; porém, falta planejamento, orientação e apoio gerenciador para que essa proposta adquira sucesso.

Como elementos conclusivos desse estudo, pode ser elencada a importância da abordagem do patrimônio cultural nas escolas, pois se verifica que é através dessa aproximação dialógica que ocorre a interação entre as características culturais presentes nas representações

simbólicas existentes no cotidiano dos alunos, e a relação social vivida por estes, no âmbito da escola e da família. Dessa forma atribui-se a essa interação a troca cultural entre os indivíduos portadores de heranças culturais diversificadas, e o relacionamento destes com patrimônio cultural local, fazendo com que seja despertada a responsabilidade pela valorização e preservação desse patrimônio entendido como parte da identidade social, fortalecendo a ideia de cidadania.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Antônio A. **Patrimônio Imaterial e referências culturais**. Revista TB, Rio de Janeiro, 147:129/139, out.-dez., 2001.

ARROYO, Miguel G. **Fracasso-sucesso: o peso da cultura escolar e do ordenamento da educação básica**. Em Aberto, Brasília, ano 11, n.53, jan./mar. 1992. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/793/712>

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas: Papirus. 1994.

AUGUSTO, Maria Helena Oliva. **Tempo, memória e identidade: Algumas considerações**. In.: Política & Trabalho. Revista de Ciências Sociais, n. 34 Abril de 2011. P.41-72. ISSN 0101-8015.

BAIÃO, Sara Raquel Nacif. **Os mortos de São Tomaz: Ritos funerários em um bairro rural do Sul de Santa Catarina**. (Trabalho de conclusão de curso apresentada a disciplina de Estágio Curricular) Florianópolis, 2010.

BARRETO, Jucineide Cardoso. **Festa do Divino Espírito Santo e Santa'Ana – Mirim – Imbituba, ontem, hoje e sempre**. 1993.

BAUMAN, Zigmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Trad.Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005.

BIBLIOTECA DO FOLCLORE. **Sites de dicas**. Disponível em: < http://sitededicadas.ne10.uol.com.br/biblio_folclore_index.htm> Acesso em: 12/10/2014.

BRASIL, **Senado Federal**. Constituição Federal de 1988. Brasília: Gráfica do Senado, 1988. Disponível em: http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_04.02.2010/CON1988.pdf

BRASIL. **Constituição (1937) Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 13/01/2014.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de educação Básica**. Ensino Médio Inovador. Brasília: MEC, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=1038&id=13439&option=com_content&view=article . Acesso em: 13/01/2014.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio)**. Brasília: MEC, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/catalogo.pdf> . Acesso em: 13/01/2014.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica Diretoria de Currículos e educação integral coordenação geral de ensino médio. Programa ensino médio Inovador Documento orientador**. Brasília: MEC, 2013.

Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=13249&Itemid=. Acesso em: 11/2014.

BRASIL. **Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB N: 5/2011. Brasília.** Mec. 2011. Disponível em:

http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/pceb005_11.pdf. Acesso em: 12/2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. Brasília: MEC. SEB. DICEI, 2013. Disponível em: http://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2014/07/diretrizes_curriculares_nacionais_2013.pdf. Acesso em: 01/08/2015.

BARBOSA, Aline Miranda. **Agricultores e pescadores dos areais da Ribanceira, Imbituba – SC: uso comum da terra e território tradicional.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia). UFSC. Florianópolis, 2011.

CAPELLESSO, Adinor José. **Os sistemas de financiamento na pesca artesanal:** um estudo de caso no litoral centro-sul catarinense. (Universidade Federal de Santa Catarina) Florianópolis, 2010.

CARUSO, Raimundo C. **Franklin Cascaes:** Vida e arte, e a colonização açoriana. Florianópolis: Ed. UFSC, 1982.

CASTELLS, M. O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Maria Laura Viveiros de. **Patrimônio imaterial no Brasil**/Maria Laura Viveiros de Castro e Maria Cecília Londres Fonseca. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008.

CDIPOINT. **Capela São Pedro da Praia Comemora 113 anos.** Disponível em: <http://www.cdiport.com.br/noticia/2011/capela.html>>. Acesso em: 01/02/2014.

CHOAY, Françõise. **A alegoria do patrimônio.** São Paulo: Editora da Unesp: Estação Liberdade, 2006.

CHUVA, Márcia. **Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil.** Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 34, p. 147-165, 2012 a.

CHUVA, Márcia. **Introdução - História e patrimônio:** entre o risco e o traço, a trama. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 34, p. 147-165, 2012 b.

CORDOVA, Maria Cristina Neves. **Terno, Canto dos Reis de Sambaqui –** Uma etnografia de uma performance musical. (Dissertação de mestrado a pós-graduação em Antropologia Social) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991.

CONEVA, Ada. **A imigração açoriana no Brasil meridional.** Faculdade de Filosofia e letras da Universidade Carolina de Praga. Edição XV. 3ºPremio Ibero Americano. Ano 2009. Disponível em: <http://www.premioiberoamericano.cz/pt/ganador2009.php>. Acesso em 11/2014.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura em ciências sociais**. 2 Edição. Bauru: Edusc, 2002.

CULTURA AÇORIANA. **Folclore**. Disponível em:
<<http://culturaacoriana.blogspot.com.br/2010/10/folclore-boi-de-mamao.html>> Acesso em:
14/10/2014

Curitiba, 2006. Disponível em:<
http://www.embap.pr.gov.br/arquivos/File/anais4/monica_uriarte.pdf> Acesso em: 05/0/2014.

D'ALESSIO, Maria Mansor. **Intervenções da memória na historiografia**: Identidades, subjetividades, fragmentos, poderes. Projeto História, São Paulo, (7), nov. 1998.

D'ALESSIO, Marcia Mansor. **Metamorfoses do patrimônio**: O papel do historiador. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 34, p. 147-165, 2012

DAYRELL, Juarez. **Múltiplos olhares sobre a educação e cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

DIÁRIO DO SUL. **Capela pode sair do porto**. Disponível em:<http://www.diariosul.com.br/imprimir_conteudo.php?coda=11546 >. Acesso em: 01/10/2014.

DUNAS DO PASSADO-DUNAS DO PRESENTE. **Dunas – o que são e como se formam**. Disponível em:<http://associacaodpga.org/v_al_albufeira_files/aula%20de%20campo.pdf> Acesso em: 14/10/2014.

DUARTE, Rosália. **Pesquisa qualitativa**: reflexões sobre o trabalho de campo. Cadernos de pesquisa, v. 115, n. 1, p. 139-54, 2002.

FARIAS, Vilson Francisco de. **Dos Açores ao Brasil meridional uma viagem no tempo**: uma viagem no tempo: povoamento, demografia, cultura, Açores e litoral catarinense: um livro para o ensino fundamental. Florianópolis: Ed. do Autor, 1998. 402 p.

FARIAS, Vilson Francisco. **De Portugal ao sul do Brasil**: 500 anos, história, cultura, turismo. Florianópolis: Ed. do Autor, 2001. 840 p.

FARIAS, Vilson Francisco. **Dos açores ao Brasil Meridional**: uma viagem no tempo: 500 anos litoral catarinense. Vol. 2. Florianópolis, SC. Ed. Do autor, 2000.

FOLCLORE DE OLÍMPIA. **Danças**. Disponível em:<<http://www.folcloreolimpia.com.br/index.php?abre=folclore=dancas>> Acesso em: 14/10/2014.

FORQUIN, Jean – Claude. **Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993. 205 p. (Educação: teoria e crítica).

Fotos das praias e dunas - Alexandro Demathé, 2015

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989. 313 p.

GÓMEZ, A. I. Perez. **A cultura escolar na sociedade neoliberal**. Porto Alegre: ArtMed Editora, 2001.

GONÇALVES, José. **Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônio**. Horizontes Antropológico, Porto Alegre, Ano 11, n.23, pp.15-36, jan/jun. 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória Coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

Hall, Stuart. **A identidade cultural e da diáspora**.1990. p. 222-237

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 4ª. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

IGREJA MATRIZ DE IMBITUBA. **70 anos de história**: da pedra fundamental aos dias atuais 1942-2012. Imbituba: 2012. Folder.

IPHAN – Instituto do patrimônio histórico e artístico nacional. Patrimônio natural. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=17229&retorno=paginaIphan>. Acesso em 31/12/2014.

IPHAN – Instituto do patrimônio histórico e artístico nacional. Patrimônio material. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12297&retorno=paginaIphan>. Acesso em: 31/12/2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**: Imbituba. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=420730&search=santa-catarina%7Cimbituba%7Cinfograficos:-dados-gerais-do-municipio&lang=>. Acesso em: 11/2014.

KNORST, Patrícia Andréa Rubber. **Repensando alguns traços históricos de Santa Catarina**. Unoesc & Ciência – ACHS, Joaçaba, v. 2, n. 2, p. 198-205, jul./dez. 2011.

LIMA, M., **Povoamento e história demográfica dos Açores**: o contributo da genética. Boletim do Núcleo Cultural da Horta. 2008. 17: 227-241.

LE GOFF, Jaques. **História e memória**. Campinas: Ed, Unicamp, 1996.

LEMOS, Carlos A.C. **O que é Patrimônio Histórico**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

LENDAS REGIONAIS. **Lendas do Brasil**. Disponível em: <https://sites.google.com/site/lendasregionaisbrasil/lobisomen>> Acesso em: 12/10/2014.

MALLON, Monique. **A influência do Contexto Institucional no Processo de Reinstucionalização da Festa do Divino Espírito Santo no centro de Florianópolis**. (Universidade Federal de Pernambuco) Recife, 2006.

MANOEL MARTINS. **Hotel mais antigo de Imbituba**. Disponível em: <<http://manoelmartins.blog.br/2014/03/>>. Acesso em: 03/10/2014.

MANOEL MARTINS. **Retratos de Imbituba**. Disponível em:
<http://manoelmartins.blog.br/retratos-de-imituba/> Acesso em: 09/10/2014

MANOEL, Josiane. **Primeira rádio difusora de Imbituba**. Disponível em:
 <<http://www.carosouvintes.org.br/primeira-radio-difusora-de-imituba/#sthash.4iH1Im9x.dpuf>>.
 Acesso em: 10/2014.

MARQUES, A.F. **A Educação Escolar e o Resgate da Identidade Cultural das Classes Populares**. Ciência & Educação, v.6, n.1, p.65-73, 2000. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v6n1/07.pdf>. Acesso em: 10/2014.

MARTINS, Almir. **Presença da baleia no sul. Imbituba**: Lex Graf, 1998.

MARTINS, Almir. **Romanceiro açoriano**. Editora: Lex Graf. Imbituba – SC, 1995.

MARTINS, Manoel Dias. **Imbituba**: história e desenvolvimento. s.d.

MARTINS, Maria das Graças Barretos. **A cultura luso-açoriana em Imbituba no contexto da descaracterização e preservação das práticas culturais**. (monografia apresentada ao curso de História da UNISUL – Campus Tubarão), Tubarão, 2006.

MATTOS, Tarcísio (edição das fotos). **Feito a mãos**: o artesanato de Santa Catarina. Florianópolis: Tempo Editorial, 2008.

MATTOS, Fabio Yorran. SILVA, Robson H. A imigração açoriana na grande Florianópolis: Características e desdobramentos. In.: **Maiêutica – Curso de História**. Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI. 2012.

MELLO FILHO, Dorvalino Pedro de. Porto Don Rodrigo: Uma história do Brasil Meridional. São Paulo: Scotecchi, 2009.

MEMÓRIAS DE IMBITUBA. **Fotos**. Disponível em:
 <<https://www.facebook.com/MemoriasDeImbituba?ref=ts&fref=ts>> Acesso em: 01/10/2014.

MENEZES, Avelino de Freitas de. Os Açores na história do Atlântico: sustentáculo da aproximação dos mundos e acervo de património cultural submarino. **Arquipélago – História**, Portugal, 2, série, II, p. 11-32, 1997.

MENDES, Andréa Regina Moura. **A malhação do Judas: rito e identidade**. 2007.

MIRA, Marly Ana Fortes B. A população da ilha de Santa Catarina. In: Ilha de **Santa Catarina**: Espaço, tempo e gente. Volume 1, Florianópolis: Instituto Histórico e geográfico de Santa Catarina, 2002.

MIRIM ONTEM E HOJE. **Fundação da Freguesia de Sant' Ana de Mirim**. Disponível em:
 <mirimontemhoje.blogspot.com.br/2011/01/fundacao-da-freguesia-santana-de-mirim.html>.
 Acesso em: 04/10/2014.

MOTTA, Alexandre de Medeiros. **Viajando pelas fronteiras de Santa Catarina**: da gênese a atualidade – Tubarão: Ed.Copiart, 2011.

MUNDO LOBSOMEM. **Mitos e Lendas**. Disponível em:
<http://mundodolobisomem.blogspot.com.br/p/mitos-e-lendas.html> Acesso em: 12/10/2014.

NEU, Márcia Fernandes Rosa. **Porto de Imbituba**: de armação baleeira a porto carbonífero. Tubarão: Ed. Unisul, 2003. 118 p.

OLIVEIRA, Rita de Cássia Martins, and Shirley FERREIRA. **Literatura e identidade nacional: desafios do romantismo e modernismo brasileiros**. Disponível em:
<http://www.fsd.edu.br/site/wp-content/uploads/2014/03/Literatura-e-Identidade-Nacional.pdf>. Acesso em:01/2014.

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE IMBITUBA, 2008.

PEREIRA, Nereu do Vale. **O boi mamão**: folguedo folclórico da Ilha de Santa Catarina. 1. ed. Florianópolis Ecomuseu do Ribeirão da Ilha, 2010. 184 p

PIAZZA, Walter F. **Aspectos folclóricos catarinenses**. Florianópolis: Comissão Catarinense de Folclore, 1953.

PITTA, Ludmila N. de Macedo. **Trabalho manual**: técnica da renda de bilro como elemento de promoção de saúde. (Universidade Estadual do Ceará). Fortaleza. 2010.

PLANETA FERROVIA. História. Disponível em:<<http://www.planetaferrovia.com/2013/03/ferrovia-tereza-cristina.html>>Acesso em: 09/10/2014.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Rio de Janeiro. In. Revista Estudos Históricos., vol.5, n. 10. 1992 p.200-2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA. **Aberta a safra anual da Tainha**. Disponível em: <<http://www.imbituba.sc.gov.br/noticias/aberta-a-safra-anual-da-tainha-com-bandeiras-ao-surfe>>.Acesso em: 15/10/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA. **Aspectos ambientais**. Disponível em:<<http://www.imbituba.sc.gov.br/a-cidade/aspectos-ambientais>> Acesso em: 14/10/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA. **História**. Disponível em: <<http://www.imbituba.sc.gov.br/a-cidade/historia>>. Acesso em: 01/02/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA. **Rotas turísticas**. Disponível em:<<http://www.imbituba.sc.gov.br/rotas-turisticas> > Acesso em: 14/10/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA. Secretaria Municipal de Educação e desporto. De Imbé a Imbituba. Imbituba – SC. 1996.

PROJETO BALEIA FRANCA. **A baleia**. Disponível em:
<<http://www.baleiafranca.org.br/abaleia/abaleia.htm>> Acesso em: 14/10/2014

PROJETO BALEIA FRANCA. **Área de proteção ambiental**. Disponível em:
<<http://www.baleiafranca.org.br/area/area.htm>> Acesso em: 14/10/2014

PROJETO BALEIA FRANCA. **Histórico**. Disponível em:
<http://www.baleiafranca.org.br/oprojeto/oprojeto_historico.htm>. Acesso em: 01/10/2014.

PROJETO BALEIA FRANCA. **O projeto**. Disponível em:
<http://www.baleiafranca.org.br/oprojeto/oprojeto_historico.htm> Acesso em: 14/10/2014

PPP-**Projeto Político Pedagógico da Escola de Ensino Médio Engenheiro Annes Gualberto**. Imbituba - SC. 2012.

QUADRILHA (DANÇA). In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2014. Disponível em:
<[http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Quadrilha_\(dan%C3%A7a\)&oldid=39920346](http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Quadrilha_(dan%C3%A7a)&oldid=39920346)>. Acesso em: 14 out. 2014.

RAMOS, Graça. Rendas – Moldura europeia. In: **Rendas de bilro Vila do Conde**. Edição: Associação para Defesa do Artesanato e Patrimônio de Vila do Conde. Portugal, 2000. Requerimento do senhor deputado Edinho Bez ao excelentíssimo presidente Câmara dos Deputados Marco Maia. Ofício. Ano de 2012.

RIBEIRO, Claudia Regina e SIQUIERA, Vera Helena Ferraz de. **O novo Homem na mídia**: ressignificações por homens docentes. Rev.Estud. Fem. [online]. 2007, vol.15, n.1. p.217-241.

ROSSATO, Noeli Dutra (org). **O simbolismo das Festas do Divino Espírito Santo**. Santa Maria: UFSM, 2003.

SACRIATÁN, J. Gimeno. A educação obrigatória. Porto Alegre: Artmed, 2001. In.: HALL, S.A. **Questão da identidade cultural**. Textos Didáticos. São Paulo, SP: IFHC; Unicamp, 1998.

SANTANA, Maria Aparecida Pamato. **Revivendo a história Imbitubense**. Popular Catarinense – Imbituba. Disponível em:
<http://www.adjorisc.com.br/polopoly_fs/7.1928061.1341590823!/menu/main/file/Revivendo%20a%20hist%C3%B3ria%20Imbitubense%20-%20Usina%20Termoeletrica%20de%20Imbituba%20-%20Um%20Patrim%C3%B4nio%20Sucateado.pdf>. Acesso em: 03/10/2014.

SANTAELLA, Lucia. **Culturas e arte do pós-humano**: Da cultura das mídias á cibercultura. São Paulo: Paulus, 2003.

SANTOS, Cecilia Rodrigues dos. **Novas fronteiras e novos pactos para o patrimônio cultural**. São Paulo em Perspectiva, v. 15, n. 2, p. 43-48, 2001.

SEQUEIRA, Gil Mont'Alverne de. **Questões açorianas**. Ponta Delgada: Jornal de Cultura, 1994. 396 p.

SERAFIM, Armando. **Redescobrimo Imbituba Origem e Evolução**. Laguna: OPINIÃO – Editores Associados, 2006. 204 páginas.

SEVERINO, Fabricio. **Imbituba é referencia em altitude**. Jornal Diário do sul, Imbituba, 06 de setembro de 1999, p.02.

SILVA, Jair Militão da. **A autonomia da escola pública: re-humanização da escola**. Campinas: Papyrus, 1996.

SILVA, Elsa Peralta da. **Patrimônio e identidade**. 2000.

SÓ HISTÓRIA. **A lenda do Boitató**. Disponível em: <
<http://www.sohistoria.com.br/lendasemitos/boitata/>> Acesso em: 12/10/2014.

SOARES, Doralécio. **Boi-de-mamão catarinense**. Cadernos de Folclore, 27. Rio de Janeiro: MEC, 1978.39 p.

SOARES. Fernanda B. **Inventário e reconhecimento do patrimônio Histórico e arquitetônico do centro de Imbituba – SC**. Monografia apresentada ao curso de história na Universidade do Sul de Santa Catarina. Tubarão – SC, 2006.

SOUZA, Miriam Querino de Souza. **Lagoa de Imbituba, SC: Margens encantadas que contribuem para um estudo etnotopônimoico**. Universidade de São Paulo (Pós-graduação em semiótica e linguística geral). 2012.

TILIO, Rogério. **Reflexões acerca do conceito de cultura**. Revista eletrônica do Instituto de Humanidades Volume VII, Número XXVIII, 2009.

TORO A., José Bernardo; WERNECK, Nísia Maria Duarte. **Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, 1997. 104 p.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. Paris, 17 de outubro de 2003. Documento originalmente publicado pela UNESCO. Tradução feita pelo Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 2006.

URIARTE, Mônica Zewe. **Projeto Boi Bom e as Interfaces Artísticas**. ANAIS. IV Fórum de Pesquisa científica em arte. Escola de Música e Belas Artes do Paraná, Curitiba. 2006.

VANNUCCHI, Aldo. **Cultura brasileira: o que é, como se faz**. São Paulo: Ed Loyola, 1990.

VÁRZEA, Virgílio. **Santa Catarina: a Ilha**. 2. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1985. 226 p.

VELOSO, Mariza. **O Fetiche do Patrimônio**. Habitus, Goiânia V.4, n.1, p.437 – 454, jan/jun. 2006.

VIANNA, Leticia Costa Rodrigues. **Patrimônio imaterial:** novas leis para preservar - o quê? Texto elaborado para o Programa Um Salto para o Futuro, da TVE do Rio de Janeiro.2003.

Disponível em:

<http://www.cnfcp.gov.br/pdf/Patrimonio_Imaterial/Patrimonio_Imaterial_Novas_Leis/CNFCP_PatrimonioImaterialLeis_LeticiaVianna.pdf>Acesso em: 10/2014.

VIÑAO-FRAGO. El espacio y El tiempo escolares como objeto histórico. In: Warde, M.J (org.). **Contemporaneidade e Educação.** Temas de História da Educação. Rio de Janeiro: Instituto de estudos da Cultura da Educação, 2000.

VOGT, Olgário Paulo. **Patrimônio cultural:** um conceito em construção. Dossiê Méris: História, memória institucional e gestão patrimonial. V.7, n.13, p.13-31, jan/jun.2008.

WEHLING, Arno & WEHLING, Maria José. As estratégias da memória social. In. **Brasilis: revista de história sem fronteiras.** Rio de Janeiro: Editora Atlântida, Ano 1n 1, 2003.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Ficha de identificação do patrimônio cultural preenchida pela pesquisadora

Ficha de identificação de Bem Cultural – Material/Imaterial/Natural

Município (área - urbana/rural):	Estado:
Pesquisador (a):	Data:

- 1- Nome do bem:**
2- Localização:
3- Proprietário e/ou autoridade responsável:
4- Grau de interesse de preservação do patrimônio cultural:

- () Alto
 () Médio
 () Baixo

Tombamento – Sim () * Não () *Dados do registro:

5- Categoria do patrimônio cultural:

Material:

Bens imóveis:

- () Coleções arqueológicas
 () Núcleos urbanos
 () Sítios arqueológicos histórico
 () Paisagísticos
 () Edificação

Bens móveis:

- () Bibliográficos
 () Acervos museológicos
 () Cinematográficos
 () Documentais
 () Arquivísticos
 () Videográficos
 () Fotográficos

Imaterial:

- () Saberes
 () Celebrações
 () Formas de expressão
 () Lugares

Natural:

4 - Informações sobre organizações locais interessadas no patrimônio cultural:

5 – Estado de conservação e atual uso do bem (no caso das edificações: se está sendo ocupada como moradia, museu, sala comercial, etc.):

5.1 Fatores que afetam o patrimônio cultural:

- Pressões do desenvolvimento
- Pressões ambientais
- Desastres naturais ou riscos
- Pressão de turistas ou visitantes
- Número do habitantes no bem ou seu entorno
- Nenhum fator

6 - Informações do patrimônio cultural (Descrição, história e desenvolvimento, mudanças significativas que afetam o patrimônio cultural):

Referencias:

Documentação fotográfica:

APÊNDICE B – Questionário aplicado aos professores

Questionário aplicado aos professores

Escola:	Formação:
Disciplina que leciona:	Mora o município: Sim () Não (), Caso sim, a quanto tempo?_____

1. Em sua opinião, qual é a cultura da escola?

2. Em sua opinião, qual é a cultura dos alunos?

3. O que você considera patrimônio cultural material, imaterial e natural no município?

4.

5. A disciplina que você leciona trabalha com patrimônio material, imaterial e natural do município? Quais? De que forma?

Muito obrigada pela sua atenção, sua participação é muito importante.

APÊNDICE C – Questionário aplicado aos alunos

Questionário aplicado com alunos do Ensino Médio Inovador

Sua Idade:	Sexo: Masculino () Feminino ()
Local de nascimento:	Bairro em que mora:

1) Em sua opinião qual o tipo de prática cultural está presente em grande parte no município de Imbituba?

- () Luso-açoriana
 () Italiana
 () Alemã
 () Outra: Qual _____

2) No município de Imbituba, quais dessas edificações históricas culturais você conhece?

- () Igreja Nossa Senhora da Conceição
 () Igreja Santa' Ana de Vila Nova
 () Igreja Santa' Ana de Mirim
 () Capela de São Pedro
 () Ruínas da Armação Baleeira (atual Museu da Baleia)
 () Prédio da Antiga Usina Elétrica (atual Museu do Porto)
 () Prédio da Radio Bandeirantes (Torre Gêmeas)
 () Prédio da Coopeimb
 () Conjunto arquitetônico de casas antigas no centro de Imbituba.
 () Conjunto arquitetônico de casas antigas da praça na Vila Nova.
 () Conjunto arquitetônico de casas antigas da praça da igreja no distrito de Mirim
 () Instalações do Porto Henrique Lage (escritório e antiga cooperativa)

3) No Ensino Médio Inovador você já visitou/ou trabalhou aspectos de algumas dessas edificações?

- () sim
 () Não

Caso sim:

Em qual disciplina? _____

Quais das edificações? _____

Conte como foi:

O que você aprendeu com a visita/ou trabalho?

Caso não:

Você tem interesse em conhecer um pouco mais sobre essas edificações históricas e culturais. Justifique:

R _____

4) Você considera importante preservar as edificações antigas no município de Imbituba? Justifique.

R _____

5) No município de Imbituba, quais desses patrimônios naturais você conhece?

- () Praia da Vila () Praia do Rosa () Praia do Porto
() Lagoa de Ibiraquera () Lagoa do Mirim () Outras _____
() Dunas de Ibiraquera/Ribanceira

6) No Ensino Médio Inovador você trabalhou aspectos de alguns desses patrimônios naturais?

- () sim
() Não

Caso sim:

Em qual disciplina? _____

Conte como foi:

O que você aprendeu com a visita/ou trabalho?

R _____

7) Você considera importante preservar esses patrimônios naturais? Justifique.

R _____

8) No município de Imbituba quais dessas práticas culturais você conhece:

- | | |
|------------------------|------------------------------------|
| () Boi de mamão | () História de Bruxas |
| () Ratoeira | () Histórias de lobisomem |
| () Quadrilha | () História de boitatá |
| () Coberta d'Alma | () Cantoria do Divino |
| () Pau-de-fita | () Festa do Divino Espírito Santo |
| () Renda de Bilro | () Pasquim |
| () Olaria de cerâmica | () Benzedura |
| () Pesca artesanal | () Pão por Deus |
| () Malhação de judas | () Cacumbi |
| () Terno de reis | () Não conhece |

9) Na sua família (pai, mãe, avó, avô, tia, tio) alguém pratica algumas das práticas culturais indicadas acima?

- () Sim
() Não

Caso sim. Quem? _____

10) Sobre as práticas culturais luso açorianas expostas acima, você considera importante preservá-las? Justifique.

R _____

11) No Ensino Médio Inovador, alguma disciplina trabalhou essas práticas culturais de base luso-açoriana?

- () Sim
() Não

Caso sim:

Em qual disciplina? _____

Quais das práticas culturais? _____

Conte como foi:

O que você achou de participar dessa (s) prática(s)? _____

Caso não:

Você tem interesse em conhecer um pouco mais sobre essas práticas culturais? Justifique:

R _____

12) Você conhece alguns desses alimentos de base cultural luso-açoriana?

- | | |
|----------------------------------|----------------------------|
| () Caldo de peixe | () Farinha de mandioca |
| () Pirão de farinha de mandioca | () Rosca de polvilho |
| () Beiju | () Broa de milho |
| () Cúscus | () Broa de polvilho |
| () Soldas de ovo | () Mané Pança |
| () Tainha assada | () Peixe cozido no feijão |
| () Croste ou colostro | () Não conhece |

13) Alguns desses alimentos fazem parte da alimentação no seu cotidiano?

- () Sim
() Não

Caso sim. Quais? _____

14) Você conhece algumas dessas brincadeiras de base luso-açoriana?

- () Peão
() Bolinha de vidro
() Pandorga
() Biloquê
() Taco
() Peteca
() Cozinhadinho
() Não conhece

15) Você já brincou com algumas das brincadeiras expostas acima?

() Sim

() Não

Caso sim. Quem lhe apresentou as brincadeiras? _____

16)O que você entende por identidade cultural?

17)Você se identifica com as práticas culturais luso-açoriana presentes no município de Imbituba?

() Sim

() Não

18)Você considera importante passar a herança cultural de base luso-açoriana para as gerações futuras? Justifique.

R _____

19)O que você considera símbolo da identidade do município de Imbituba? Justifique.

R _____

Obrigada pela atenção e participação.